

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Cristal Magalhães da Rocha

**Força Expedicionária Brasileira e seu lugar no patrimônio documental
brasileiro: Identificando arquivos**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2016

CRISTAL MAGALHÃES DA ROCHA

Força Expedicionária Brasileira e seu lugar no patrimônio documental brasileiro:
Identificando arquivos

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d672f da Rocha, Cristal Magalhães
Força Expedicionária Brasileira e seu lugar no
patrimônio documental brasileiro: Identificando
arquivos. / Cristal Magalhães da Rocha ;
orientadora Heloísa Liberalli Bellotto. - São Paulo,
2016.
136 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Segunda Guerra Mundial. 2. Força Expedicionária
Brasileira. 3. Patrimônio Histórico. 4. Arquivos
Privados. I. Bellotto, Heloísa Liberalli, orient. II.
Título.

CRISTAL MAGALHÃES DA ROCHA

Força Expedicionária Brasileira e seu lugar no patrimônio documental brasileiro:
Identificando arquivos

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto – USP

Prof. Dr. José Eduardo Marques Mauro – USP

Profa. Dra. Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano – UNESP

Dedico este trabalho a todos os arquivistas que destinaram suas vidas a desbravar os arquivos da Força Expedicionária Brasileira.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Izabel, exemplo de força, independência, perseverança e otimismo. Sua alegre companhia e auxílio nos cuidados com o Roger sempre que lhe foi possível, mesmo morando em cidades diferentes, principalmente na fase final da conclusão do trabalho.

Ao Eduardo, meu inseparável amigo, mesmo que entre nós estejam mais de mil quilômetros. Sem seus constantes empurrões e palavras de otimismo, aliados a muitas revisões, sugestões e dicas, eu jamais teria chegado até aqui. Conte com meu encorajamento para a conclusão de seu mestrado na UFRGS e sonhos maiores.

Ao professor Cesar, com seus prestimosos conselhos em tantas conversas, por sua sabedoria e verdadeira capacidade em ensinar sobre o que sabe a respeito da FEB, além de seu sincero incentivo.

A Karla, pela amizade e pelas conversas diárias. Para mim tão presente mesmo tão longe de mim no globo terrestre. Seu apoio me ajudou a seguir em frente. Espero estar ao seu lado nesta trajetória em concluir o seu mestrado em Stuttgart.

Ao jornal O Estado de São Paulo, em nome de Edmundo Leite, meu superior imediato, que permitiu que eu me ausentasse de meus compromissos profissionais, nos momentos finais da redação desta dissertação, para me dedicar exclusivamente à conclusão deste trabalho. Jamais me esquecerei de sua generosa atitude.

E, claro, a minha orientadora. Jamais havia ousado sonhar com a possibilidade de trabalhar sob a tutela de Heloísa Bellotto, referência no que de melhor foi pensado, desenvolvido e aplicado em termos de Arquivologia. Suas orientações, constante auxílio, bastante paciência e incentivo me fizeram chegar até aqui. Não há palavras para expressar minha eterna gratidão. Sempre me lembrarei de nossa jornada juntas.

E, por último, ao meu filho Roger, a melhor parte de mim.

Run, rabbit run

Dig that hole, forget the sun

And when at last the work is done

Don't sit down it's time to dig another one

David Gilmour, Richard Wright & Roger Waters

RESUMO

Os documentos da participação do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto Força Expedicionária Brasileira encontram-se em diversas instituições do País, somados aos documentos pessoais que constituem os arquivos e acervos dos veteranos. São diferentes locais com histórias próprias que mantêm estes documentos. O presente trabalho tem o propósito de mapear os principais mantenedores de memória que contém documentos a respeito da FEB, assim como traçar um panorama teórico a respeito de patrimônio histórico e cultural. O objetivo aqui é deixar aparente a importância da documentação da FEB na história do país, bem como demonstrar seu papel diante do patrimônio documental brasileiro. Explora, ainda, a contextualização da FEB e seus trâmites políticos, bem como a atuação em terreno italiano até chegar a sua desmobilização. Esta dissertação possui o olhar arquivístico a guisa dos documentos e os coloca em primeiro plano, ilustrado aqueles que pontuam situações históricas ou que trazem ricos detalhes a respeito da participação do Brasil na guerra.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Força Expedicionária Brasileira, Patrimônio Documental, Arquivos Pessoais da Força Expedicionária Brasileira.

ABSTRACT

The official documents which document the Brazilian participation in the IWW as Brazilian Expeditionary Force are spread in several institutions around Brazil. In addition to the official documents we also have the personal archive from the veterans. This paper will try to identify the main institutions which keep the documents about Brazilian Expeditionary Force. It will also give a theoretical, cultural and historical panorama about this time. The main goal of the paper is to show how important the documents are to Brazilian's history and the importance as a document. Lately it will try to show the political context and performance from Brazilian Expeditionary Force, the time in Italy and the demobilization. This paper was written with an archivist point of view, where the documents come in the first position. You can find several pictures which are very important examples about Brazilian performance during the IWW.

Keywords: IWW, Brazilian Expeditionary Force. Documental Heritage. Personal Archives from Brazilian Expeditionary Force.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Envelope de carta enviada do Brasil para um soldado da FEB na Itália...	41
Figura 2 – Envelope de carta enviada do Brasil para um soldado da FEB na Itália...	41
Figura 3 – Envelope de carta enviada de soldado da FEB na Itália para o Brasil.....	42
Figura 4 – Envelope de carta enviada de soldado da FEB na Itália para o Brasil.....	42
Figura 5 – Organograma: Sistema Cultural do Exército.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 UM CONFLITO MUNDIAL E O BRASIL.....	18
1.1 Brasil dividido entre laços diplomáticos.....	19
1.2 Brasil entre os Aliados.....	24
1.2.1 Correspondência no <i>front</i>	31
1.2.2 Correspondentes de guerra.....	35
1.2.3 Censura Postal.....	38
1.3 Brasileiros em combate.....	43
2 FEB E O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO.....	66
2.1 Patrimônio Histórico e Patrimônio Cultural.....	68
2.2 Patrimônio Documental.....	69
2.3 FEB vista por seu Patrimônio.....	71
3 IDENTIFICANDO FUNDOS DOCUMENTAIS:ALGUNS CUSTODIADORES.....	77
3.1 A documentação da Força Expedicionária Brasileira hoje.....	79
3.2 Arquivo Histórico do Exército.....	81
3.3 Arquivo Nacional.....	84
3.4 Primeiro Batalhão de Infantaria: Regimento Sampaio.....	86
3.5 Coleções Particulares.....	88
4 ARQUIVOS PESSOAIS:O VETERANO E SEUS FUNDOS DOCUMENTAIS.....	96
4.1 Documento e Arquivista.....	101
4.2 Arquivos Pessoais.....	105
4.3 Documento pessoal e patrimônio.....	108
4.4 Acesso ao Arquivo Pessoal.....	109
CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA DE APOIO	127
ANEXO 1.....	131
ANEXO 2.....	132
ANEXO 3.....	135
ANEXO 4.....	136

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial, desde seu acontecimento até o presente, gera grande interesse dos mais diversos segmentos sociais e institucionais, sendo alvo de uma infindável produção ensaística, jornalística, dramaturgica, literária, cinematográfica e de outras vertentes da arte e produção intelectual. São autores e criadores que dedicam parte de suas vidas a descrever histórias, recontar memórias e construir novos entendimentos, a fim de esclarecer como foram estes dias sombrios da história. O cinema aborda constantemente o tema, por vezes de maneira bastante realista, tentando apresentar da forma mais verídica possível, ou mesmo fantasiosa. Diretores e roteiristas também se aproveitam do tema enquanto pano de fundo para contar outras histórias. Há, ainda, os documentários, formas mais factuais de tentar contar ou celebrar fatos e personalidades do período, apoiados em depoimentos de quem participou da guerra ou conhecidos, filhos e amigos de quem vivenciou o conflito como soldado ou civil. O fato é que este período da história contempla um momento trágico em que pessoas foram obrigadas a passar por privações, fome, violência psicológica e, na maioria das vezes, violência física. Torna-se difícil descrevê-lo com palavras. Embora existam fotografias, filmagens, personagens e histórias, não é tarefa fácil conseguir exprimir de forma pontual o que as pessoas viveram e sentiram.

Assim como em outros conflitos ao longo da trajetória da humanidade, a Segunda Guerra Mundial causou muitas baixas e uma completa mudança na rotina das pessoas. Não devemos deixar de fora fatos concretos ocorridos, como a morte em escala industrial de homens, mulheres e crianças judias em nome de uma ideologia política desenvolvida e aplicada por Adolf Hitler, líder alemão e figura principal que desencadeou o conflito.

Há um interesse contínuo pelos detalhes da guerra: quem atuou, como as pessoas sobreviveram a tudo, como era viver sob o terror de ser bombardeado, ser privado de direitos básicos e fundamentais como a liberdade. Este empenho em saber mais sobre estes seis anos de luta por ideais políticos à base de suor e sangue reverbera pelo mundo.

No intuito de entender melhor como o presente se constrói, há certa tendência em voltar às origens do conflito e compreender os atos realizados por líderes ao longo de muitos anos. Neste empenho de conhecer melhor sua própria história, cada país participante da guerra compreende suas especificidades, e com o Brasil não poderia ser diferente. Os cidadãos de cada localidade possuem, de forma geral, curiosidade por entender como os detalhes da estrutura da sociedade em que vivem e da qual participam ocorreram.

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito que abrangeu grande parte do globo terrestre. O Brasil teve uma discreta participação no conflito. Um número relativamente pequeno, que compreende pouco mais de 25 mil homens envolvidos diretamente na Itália, sem contabilizar o número total de homens e mulheres mobilizados no país nas demais questões civis, tais como preencher as lacunas vagas dos trabalhadores de fábricas que foram convocados para servir na Europa.

Embora sua colaboração tenha sido menor em relação aos outros países, os soldados brasileiros pegaram em armas e construíram sua própria história no conflito armado. É esta história, a dos homens que voltaram da guerra, que hoje gera interesse não apenas de pesquisadores, mas de todos aqueles que têm o desejo de ter contato com os relatos de quem participou de forma ativa na guerra. Este anseio por explorar os fatos desconhecidos que ocorreram há décadas atrás é evidenciado também pela produção intelectual. São textos impressos nas páginas dos jornais ou publicados em seus portais na internet, artigos, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros. Talvez a capacidade de compreensão humana seja ampla de tal forma que através da construção acadêmica seja possível compreender e explicar as coisas.

No presente estudo não foi diferente. A curiosidade aguçada através dos anos, com muitas leituras, pesquisas e viagens, me levaram a assumir que este meu *hobby* em relação à guerra e a participação do Brasil na mesma já não cabiam mais nas horas vagas e precisariam ter uma estrutura melhor. Era a vontade de contribuir com a construção do entendimento desta presença brasileira no conflito que me fizeram, desde a graduação, assumir este como meu tema de trabalho e pesquisa.

Meu encontro com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ocorreu após muitas leituras sobre a Segunda Grande Guerra, e minha natural curiosidade de juventude levou-me pelos caminhos deste conflito armado. Era uma questão de

tempo chegar na participação do Brasil, que veio a acontecer pelos idos dos anos 2000, com a minha primeira visita à Associação dos Veteranos da FEB, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Mesma cidade onde eu cresci e desenvolvi minha graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Eram encontros amistosos que não tiveram sequência, porém deixaram uma semente e uma inquietação pelo resto de minha vida acadêmica. Ao ingressar na universidade tive contato com a profissão que havia escolhido para mim: ser arquivista.

À medida que tive segurança em relação a minha escolha profissional, fui retomando contato com os veteranos da FEB e senti que a partir daquele momento traria algo que eu tinha como informal para algo formal, sério e concreto, seria meu objeto de estudo para o trabalho de conclusão de curso. Ao sentir que havia muito mais que poderia ser dito a respeito do que eu costumava ler sobre FEB, percebi que ser arquivista me proporcionaria amplos conhecimentos para trabalhar com documentos originais e dali tirar novos dados. Havia uma sensação de limitação se trabalhasse apenas com fontes secundárias, como os livros. Ser arquivista e trabalhar com os documentos da FEB me traria os esclarecimentos que eu tanto almejava a respeito da participação destes 25 mil homens e demais envolvidos.

No ano de 2010, viajei até a cidade de São Gabriel, localizada no interior do Rio Grande do Sul, para conhecer o maior museu sobre FEB do Estado. Este museu abrigava, segundo constava, as maiores doações de documentos e artefatos dos brasileiros na guerra. Ali estavam as contribuições que seguiram de Porto Alegre e outras cidades. Entrevistas informais com os veteranos mostravam que muitos destes já não possuíam mais nada do período consigo, eles haviam doado tudo para o Museu Mascarenhas de Moraes.

Tive o primeiro impacto enquanto profissional da Ciência da Informação ao me deparar com um local visivelmente abandonado, sem os devidos cuidados práticos quanto à conservação dos documentos e objetos. Foi a constatação de que aquelas estruturas idealizadas no decorrer da graduação não estão adequadas a muitas realidades, infelizmente. Concluí meu trabalho com base naquela visita, abordando temas da documentação pessoal e difusão de seus acervos.

Deste período na graduação até algum tempo depois, já com o intuito de prosseguir na carreira acadêmica, segui com o desejo de explorar melhor a

literatura, os conceitos de arquivo, documento e acervo pessoal. Seguiu em paralelo o desejo de trabalhar com os relatos dos veteranos da associação que eu frequentava, ideia que logo foi posta de lado por ter percebido que eu não me sentia segura no campo da história oral e que preferia dar voz aos documentos destes mesmos veteranos.

Ao ingressar na Universidade de São Paulo como pós-graduanda no curso de História Social, vi a possibilidade de trazer à luz do conhecimento acadêmico os documentos da FEB e suas histórias. Entendi como uma forma de aperfeiçoar meus conhecimentos e uma oportunidade de mostrar às pessoas os acervos dos veteranos, no entendimento de que talvez, a partir do meu trabalho, pudessem também se interessar pelo tema e ingressar pelo mesmo caminho que eu.

Na presente dissertação procuro demonstrar o peso que os acervos da FEB possuem, enquanto patrimônio documental. Patrimônio é entendido aqui como construção humana (CHUVA, 2005) e que seus documentos e objetos contribuem para a construção do referencial de uma sociedade. A presença dos soldados brasileiros na Itália com sua participação na Segunda Guerra, também é patrimônio. Sua contribuição enquanto patrimônio está aqui entendida como a produção documental. São documentos produzidos pelo Exército, cartas escritas pelos veteranos e seus familiares, coleção e acumulação de objetos, bem como os monumentos construídos no Brasil para relembrar a participação da FEB na guerra e seus feitos.

Minha abordagem, enquanto arquivista, se ateve apenas aos documentos, as demais contribuições, em termos de patrimônio, são citadas aqui de forma ilustrativa.

A estrutura desta dissertação está dividida em quatro partes que abordam questões correlatas, primeiramente construindo uma malha histórica e arquivística que abrange desde a criação da FEB até seu último dia de existência. Depois são trabalhados os conceitos de patrimônio e como se dá a presença do Brasil em solo italiano. Em seguida, passa-se pelas principais instituições mantenedoras dos documentos da participação do Brasil na guerra, chegando-se aos arquivos pessoais dos veteranos.

Todas as etapas da redação são ilustradas com uma seleção de documentos advindos de diferentes instituições de memória, seleção esta que possui a intenção

de enriquecer os conceitos apresentados ao longo da dissertação: são os documentos o objeto principal deste trabalho. O desejo é evocar sua presença e demonstrar como eles merecem lugar de destaque. A FEB possui um papel maior do que as pessoas imaginam, aqui há uma tentativa de elucidar este fato.

No primeiro capítulo, intitulado “Um Conflito Mundial e o Brasil”, está colocado de maneira geral o início da Segunda Guerra Mundial e como ela chegou até o Brasil. São explorados dados a respeito da política internacional e diplomática do governo brasileiro na época. Desta forma, é possível compreender as decisões políticas que trouxeram a guerra para o nosso continente. Aproveitei a oportunidade para ilustrar o capítulo com a contribuição de Francisco César Ferraz e de César Campiani Maximiano, dois professores e pesquisadores do tema que possuem várias publicações a respeito do Brasil em armas e um amplo conhecimento da causa expedicionária. Vi neste capítulo uma forma de trazer à tona nomes de pesquisadores da FEB, com diferentes formações acadêmicas, sejam historiadores ou jornalistas, em detrimento de apenas publicações que abordam a participação do Brasil como algo corriqueiro e de menor importância.

Entendo a participação do Brasil como algo de menor amplitude em relação ao contexto total do conflito. Percebo, porém, que os pesquisadores da área buscam em seus livros procurar apurar os fatos com maior clareza. Um entendimento histórico descomplicado, sem o peso do julgamento de a FEB ter sido ou não relevante. A participação destes soldados na Itália foi relevante, mas para essa percepção é necessário entender os detalhes de sua contribuição, pois cada presença na guerra é importante se bem contextualizada. Esse choque na sociedade é bem ilustrado através do autor Ricardo Bonalume Neto:

O Brasil teve uma participação modesta, compatível com um país subdesenvolvido. Justamente por isso o impacto na sociedade brasileira foi grande, apesar de nossos combatentes não serem medidos em milhões. Houve um aporte considerável de reservistas nas Forças Armadas, cuja influência dentro delas e depois, na sociedade civil, ainda não foi devidamente medida (BONALUME NETO, 1995, p. 7).

Nesta dissertação não pude trazer estas medidas, ou parte delas, no que diz respeito da influência da FEB na sociedade. O que tento aqui é mostrar, com a

construção teórica e os documentos, é esta influência na construção do patrimônio documental no Brasil. Este impacto ainda não foi bem trabalhado.

No capítulo que segue, “FEB e o Patrimônio Documental Brasileiro”, há a disposição de conceitos referentes à conceituação de patrimônio e patrimônio documental. Partindo do pressuposto que o conjunto de documentos já avaliados como históricos possuem caráter de guarda permanente, logo fazem parte do que chamamos de patrimônio documental. Também trabalho com conceitos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que diz serem estes documentos históricos parte do patrimônio material, portanto possuem legislações que os protegem.

No terceiro capítulo, “Identificando Fundos Documentais”, procurei elencar algumas das instituições que acredito serem as referências em termos de FEB no Brasil no que diz respeito à documentação. Ainda trabalho a questão das coleções particulares, que foram criadas e reunidas a partir de doações e aquisições e que se diferem do arquivo pessoal, pois as coleções não se formam de forma orgânica.

Em termos de documentação da participação do Brasil na guerra, ao meu entender, ainda não há nenhuma instituição que consiga atender a todas as normas de preservação e conservação da documentação, bem como uma tabela de temporalidade e que disponham de uma gestão de arquivos bem esclarecida e pontual. Obviamente, o esforço feito nas instituições elencadas no trabalho não pode ser diminuído frente aos desafios da atualidade. Nosso presente tecnológico impõe algumas mudanças que nem sempre são as melhores, em termos de digitalização e descarte indevido de acervos históricos. Entendo aqui que a tecnologia é sim uma aliada, porém não é solução definitiva para preservação. Parece ser uma utopia acreditar que a tecnologia, digitalização e outros meios de suporte irão preservar eternamente as informações. Não coube no capítulo discutir estas novas possibilidades, apenas considerei relevante nesta pesquisa e neste capítulo abordar o histórico dos locais que mantêm os acervos referentes à FEB. Assim como descrever a constituição de seus acervos.

No último capítulo, denominado “Arquivos Pessoais: O Veterano e Seus Fundos Documentais”, trabalho conceitos de arquivos pessoais, discutindo teoricamente a constituição de um arquivo pessoal, com a menção à leis no que se refere ao interesse público a frente de acervos que podem contribuir com a

sociedade. Há o retorno ao tópico de correspondentes de guerra, onde discuto a diferenciação dos textos produzidos e como contribuem para a constituição da memória da presença do Brasil na Itália no período do conflito armado. Neste capítulo final há uma tentativa de trazer todas as formas de acervos, o papel relevante do arquivista e mais uma demonstração de patrimônio documental.

Os objetivos do presente trabalho são: Retratar a presença do Brasil na Segunda Grande Guerra; identificar os fundos documentais referentes à FEB e seus custodiadores e abordar os arquivos pessoais dos veteranos, retratando algumas situações específicas. Quanto a metodologia procuramos fazer uma pesquisa exploratória dos fundos relativos à FEB na qual encontramos muita dificuldade quanto ao acesso e quanto a qualificação destes acervos.

Não me sinto à vontade em nenhum momento, seja em meu cotidiano ou através de minha produção acadêmica, julgar a participação da FEB na Itália. Não cabe a mim, enquanto Arquivista e mestranda mencionar se a presença do Brasil na Itália foi ou não relevante socialmente. O papel que me cabe é trazer os documentos desse momento da história à superfície, deixá-los visíveis e não tentar impor às pessoas o seu caráter de patrimônio documental, mas favorecer para que todos possam perceber o papel destes documentos na história. Com ênfase nos documentos, conjuntos documentais e arquivos, tenho a consciência de ter abordado a FEB de uma forma diversa do que ela tem sido estudada por historiadores, ensaístas, jornalistas, memorialistas, escritores e cineastas. Julgo ser esta uma contribuição que desta vez não é a daqueles profissionais acima citados, e, sim, de uma arquivista.

1 UM CONFLITO MUNDIAL E O BRASIL

No dia primeiro de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, dando início ao segundo conflito de proporções mundiais, a Segunda Guerra Mundial. Era o começo de uma violenta corrida territorial.

A Alemanha, numa rapidez incrível, avançara sobre a Polônia. Ao redor do planeta, desde o fim da sangrenta revolução espanhola, era possível intuir a breve eclosão de um conflito de grandes proporções. A guerra que estourava vinha sendo germinada desde 1918 (GONÇALVES; MAXIMIANO, 2005, p. 21).

Havia duas frentes no conflito, a Alemanha liderava o chamado Eixo, com a participação do Japão e Itália contra os Aliados: Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética. Todas as relações políticas e diplomáticas estavam propensas a alterações. Era inevitável, em algum momento, decidir qual grupo de países apoiar. Possíveis inimizades seriam criadas e o andamento da política internacional seria drasticamente modificado.

Em um primeiro momento, a guerra mostrava-se tão longe do continente sul-americano que era, aparentemente, uma questão entre potências europeias que seriam resolvidas sem interferir na economia do Brasil. Esta foi uma ilusão que durou pouco tempo.

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito que envolveu significativamente todos os continentes, e o autor Vágner Camilo Alves cita em seu livro *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, que:

A Segunda Guerra Mundial foi provavelmente a primeira, e espera-se a última, guerra total e global travada. A partir do momento em que todas as grandes potências se envolveram, a guerra atingiu todos os rincões do planeta e arrastou como um furacão todos os Estados soberanos então existentes (ALVES, 2002, p.24).

Assim sendo, cabe dizer que economia foi drasticamente abalada, assim como o abastecimento de produtos e a agricultura. Os homens foram obrigados a pegar em armas e deixar seus empregos e, assim, a força de trabalho esvaziou setores importantes da economia para lutar.

Nada mais seria como antes. Há algumas décadas este conflito é citado como o maior do século XX. Deixou marcas na estrutura da sociedade até os dias presentes.

A segunda Guerra Mundial era uma reparação, segundo a Alemanha, por todos os feitos sofridos por ela enquanto potência na Primeira Guerra Mundial. Tinha como um de seus propósitos dominar todo continente europeu, tomando por força o que julgava seu por direito. Acabou chegando ao Brasil.

O presente capítulo aborda sucintamente o contexto no qual o Brasil alinhou sua participação no conflito, assinando em definitivo um acordo com os Estados Unidos. Assumindo, assim, oficialmente estado de beligerância contra os países do Eixo, a criação da FEB e seu envio para a Itália. Oportunamente é trabalhada a questão da correspondência trocada pelos soldados com seus familiares e o trabalho dos correspondentes. Em meio ao conflito armado, documentos foram produzidos, cartas foram escritas e o seu conjunto, hoje, representa, aliados a outros documentos também produzidos no período, o patrimônio documental da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Será tratado aqui o contexto no qual todos estes documentos foram produzidos, o que elucida o entendimento de que documentos produzidos pela FEB, com ela ou para ela, são patrimônio histórico tal qual objetos e monumentos.

1.1 Brasil dividido entre laços diplomáticos

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial foi criada, então, a necessidade de se produzir subsídios de toda ordem para abastecer esta máquina de guerra. Artigos alimentícios, munição e vestuário, assim como recursos humanos,

foram necessários para manter a guerra por quase seis anos. No livro *Guerra sem Guerra*, de autoria de Roney Cytrynowicz, o autor nos diz que toda a sociedade foi mobilizada, a fim de prover materialmente a guerra. Havia uma grande demanda de recursos humanos, ou seja, indivíduos capazes de suprir as fábricas, garantindo a produção e o abastecimento do conflito em todas as suas esferas, seja nas frentes de batalhas ou nos setores envolvidos:

A Segunda Guerra, no entanto, viu instaurar-se a guerra total, a inteira indistinção entre os *fronts* interno e externo, entre o *front* militar e o civil. A partir dos bombardeios sobre civis, que ocorreram em escala maciça na Primeira Guerra Mundial, e da mobilização também maciça de todos os recursos chamados civis, da intervenção do Estado, tornando cada indivíduo um soldado – seja do *front* externo seja interno – definiu-se a constituição do front interno. Não se tratava apenas de oferecer toda retaguarda e a infraestrutura econômica e militar para os exércitos, mas de se preparar militarmente para bombardeios contra alvos claramente civis e, essencialmente, de manter todas as esferas da vida privada e pública em permanente estado de mobilização a serviço do Estado, submetidas a uma lógica e a um controle que escapavam inteiramente à compreensão do indivíduo (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 15).

Sob esse aspecto, poderia então o Brasil contribuir com manufaturas, produtos primários e um ponto geográfico militarmente favorável, localizado na cidade de Natal/RN. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial está atrelada a decisões políticas e diplomáticas, independente da possibilidade de colaborar com sua parca produção industrial, produtos manufaturados e produtos primários.

Em meio ao conflito estava o Brasil, país grande em proporções geográficas, porém os outros países percebiam seu potencial em termos de recursos:

No início da década de 1940, a guerra chegou ao Brasil. Na verdade, antes mesmo de seu início “oficial”, com a invasão da Polônia pelas forças alemãs em setembro de 1939, a iminência de um novo conflito de grandes dimensões já podia ser sentida em quase todos os países. Para alguns, potencialmente beligerantes, tratava-se de preparar forças materiais e ideológicas de suas nações para o confronto inevitável. Para outros, havia a expectativa de dificuldades na importação de vários itens e a possibilidade de oferecer matérias-

primas e produtos estratégicos para as nações em conflito (FERRAZ, 2012, p.46).

Embora o Brasil possua uma vasta dimensão geográfica, isso não significava que também seria dotado de políticas internacionais e industrialização avançadas. O País caminhava a curtos passos no que dizia respeito de seu desenvolvimento.

[...] Geograficamente distante do conflito, o país, no fim da década de 1930, era o retrato do atraso em todos os setores: exportador de produtos primários, sem industrialização massiva, mostrava flagrantes carências econômicas, tecnológicas, educacionais e sanitárias. Politicamente, era uma nação que vivenciava o autoritarismo do Estado Novo, ao mesmo tempo que a integração das massas urbanas à política era feita sob o manto do populismo. Entre todas as forças políticas de então, era o Exército o mais presente e influente (FERRAZ, 2012, p.46-47).

Ainda assim, possuía um ponto militarmente favorável na região de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Por ali seria possível a entrada e saída de manufaturas e embarcações militares, além de ser um interessante ponto para o tráfego de aeronaves.

Situada no extremo oriental da América do Sul, Natal constitui-se em um ponto de concentração das rotas aéreas e marítimas dos Aliados, ligando as Américas à Europa, à África e às costas do Oceano Índico. Com as vitórias alemãs no Norte da África e seus sucessos com o bloqueio submarino na Batalha do Atlântico (ameaçando o fluxo de suprimentos e materiais estratégicos à Grã-Bretanha), o domínio dos pontos extremos dos continentes africano e americano – Dakar e Natal – permitiria posição privilegiada nos combates do Atlântico Sul. Isso era vital para reverter os reveses aliados na África, preservar suas linhas de suprimento a salvo de ataques do Eixo e, principalmente, manter a guerra longe do continente americano. Assim, durante a guerra, a cidade foi considerada um dos quatro pontos de maior importância estratégica no mundo, ao lado do Canal de Suez e dos estreitos de Gibraltar e Dardanelos (FERRAZ, 2005, p. 33).

Naquele momento da história brasileira, vivia-se sob o regime militar do Estado Novo, que havia sido instituído por Getúlio Vargas. Esta forma de governar assemelhava-se com outros governos ditatoriais da época. Embora o Brasil se

mantivesse neutro até o ano de 1941, o então presidente mostrava-se favorável a estes regimes e seus líderes, cujos países eram participantes do bloco que compunha o Eixo.

O governo brasileiro, nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, estava dividido entre as duas principais potências mundiais que rivalizavam no conflito. Pela vertente pan-americana, seguindo filosofias liberais, estava Osvaldo Aranha que atuava politicamente como o ministro das Relações Exteriores do Brasil. Do outro lado figurava o próprio Getúlio, alinhando-se com filosofias totalitárias.

A divisão existente, dentro do governo brasileiro, entre os partidários da aproximação comercial e estratégica com os alemães e os da aproximação com os norte-americanos, ressaltava os dilemas do governo brasileiro em sua política externa. Seja por convicções ideológicas [...] seja por pragmatismo em apoiar os vencedores da hora, seja por não confiarem na vontade e capacidade norte-americana de fornecer prontamente equipamento bélico de que o país necessitava, as duas principais lideranças militares brasileiras, os generais Erico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Goes Monteiro, manifestavam apoio a um acordo com os alemães. No lado oposto, em nome do liberalismo e da unidade pan-americana, contra o crescimento da influência germânica, especialmente no Sul do país, estava o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, que defendia a aliança comercial e estratégica com os Estados Unidos. Compreendendo a fragilidade da soberania brasileira em uma situação internacional cambiante, que não perdoaria passos em falso, Getúlio Vargas tentava manter-se equidistante, até que a aproximação com os Estados Unidos se configurasse inevitável (FERRAZ, 2005, p. 17).

As diferenças ideológicas evidenciam-se também através do ranço e rancor alemão, que os acompanha desde a Primeira Guerra Mundial, em que a Alemanha sofreu uma irremediável derrota que causou enorme prejuízo financeiro e desmembramento de seu exército. Ainda assim vinham alinhando-se em vertentes conservadoras e dominadoras.

Sobre as diferenças nas formas de conduzir seus países politicamente, o autor Antonio Pedro Tota nos diz que:

se nos Estados Unidos a formulação do americanismo era a ideologia que explicava a modernização da nação no Novo Mundo, na Alemanha buscava-se, no germanismo, a justificativa ideológica

da expansão e da modernização pela via conservadora (TOTA, 2000, p. 22).

Ainda em Tota, o autor entende “a Alemanha como um país modelar durante a Primeira Guerra Mundial” (2000, p. 22). Por este aspecto era possível compreender as razões pelas quais a sociedade se alinhava com a forma alemã de pensar:

Genericamente, a ideologia do germanismo era atraente para muitos brasileiros que pensaram o futuro do país na década de 1930 e no início da década de 1940. O germanismo era, pois, um outro paradigma, que se apresentava como alternativa à dependência em relação à Inglaterra e à crescente influência dos Estados Unidos. E, por isso, a República da América do Norte, por meio do americanismo, teria de suplantar o paradigma germânico. Dessa forma, os Estados Unidos passariam a ser aceitos como um modelo mais viável do que fascinante modelo germânico, àquela altura uma azeitada e aparentemente imbatível máquina de guerra (TOTA, 2000, p. 23).

A definição do Brasil só viria com um acordo comercial assinado. As relações diplomáticas estavam divididas entre as duas potências, restando saber quem daria o valor necessário para a construção da siderúrgica no país. Os alemães estavam propensos a financiar e empreendimento brasileiro em troca de aliança militar, ao passo que os Estados Unidos cozinhavam em banho-maria um efetivo acordo militar e financeiro.

Enquanto o Brasil de Getúlio Vargas caminhava de maneira a se alinhar com a Alemanha, os Estados Unidos observavam os passos diplomáticos do país com desconfiança. Esta desconfiança foi confirmada em discurso proferido em junho de 1940 por Getúlio Vargas, onde tecia palavras de enaltecimento a Alemanha, país do Eixo. Seria a partir desse discurso que o país norte-americano iria se decidir por finalmente dar a quantia necessária para a siderúrgica.

Autoridades norte-americanas entenderam que o preço a pagar pelo apoio definitivo do Brasil não era tão alto assim: alguns milhões de dólares em financiamento para a construção de uma usina siderúrgica e envio de armas direcionadas para a defesa de um ponto estratégico que lhes interessava diretamente. Para uma nação

que já enviava centenas de milhões de dólares em material bélico e produtos de consumo para seus aliados na Europa, o acordo valia a pena, pelas vantagens estratégicas que lhes adviriam (FERRAZ, 2005, p. 17).

De fato os americanos sentiram-se ameaçados e com medo de perder a base no Nordeste brasileiro, a ponto de assinar o acordo em que diz concordarem no financiamento da construção da Companhia Siderúrgica Nacional:

Assim, em setembro de 1940, foi assinado o acordo para a construção da siderúrgica, a ser instalada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. O acordo liberava imediatamente 20 milhões de dólares, e mais 20 milhões seriam acrescentados posteriormente. Assessores técnicos colaborariam para o projeto e a construção da usina (FERRAZ, 2005, p. 17).

Então, em 26 de setembro de 1940 um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, onde o país norte-americano concorda em ceder 20 milhões de dólares para a construção de uma siderúrgica em solo brasileiro é assinado. Após este empréstimo o Brasil tomava seu lado, ainda de maneira informal, na Segunda Guerra Mundial. Após isto era uma questão de detalhe para que se assumisse oficialmente sua posição. Infelizmente este “detalhe” foi o ataque do Eixo a navios brasileiros causando a morte de centenas de civis. Era o “empurrão” final para que o Brasil participasse oficialmente do conflito para em seguida enviar seus homens para combate.

1.2 Brasil entre os Aliados

Depois que o Brasil assinou o acordo com os Estados Unidos para utilizar os recursos na construção de uma siderúrgica, a primeira no Brasil iniciando assim sua rápida ruptura dos laços diplomáticos com o Eixo. Este acordo serviu, de maneira informal, para sinalizar que o Brasil havia tomado partido no conflito mundial.

A cidade do Rio de Janeiro sediou, em janeiro de 1942, uma conferência em que o Brasil e alguns países latino-americanos romperam com o Eixo. A partir deste momento, o Brasil estaria por sua conta e vulnerável a qualquer tipo de ataque, o que acabou ocorrendo no mesmo ano, contra civis. Em agosto de 1942 um submarino alemão ataca mortalmente um total de seis navios brasileiros contendo civis, causando muitas baixas. Estes ataques ocorreram durante dois dias, na costa do Nordeste, afundando as seguintes embarcações, sendo cinco navios mercantes e um veleiro: *Baependi*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba*, *Arará* e *Jacira*.

Até julho de 1942, o Brasil já tinha perdido 13 navios na guerra que os submarinos alemães faziam ao comércio dos Aliados. No mês seguinte, porém, aconteceu algo que causou comoção em todo o país, obra de apenas um submarino nazista, o *U-507*. Em poucos dias o *U-507* afundou cinco navios e um pequeno veleiro. O *Baependy* teve 270 mortos, incluindo soldados do Exército sendo levados ao Nordeste. O *Araraquara* teve 131 mortos. O *Aníbal Benévolo* teve 150 mortos. O *Itagiba* teve 36 mortos. O *Arará*, que tinha parado para socorrer o *Itagiba*, teve 20 mortos. Só o pequeno veleiro *Jacira*, com seus seis tripulantes, escapou de ter vítimas fatais.

Foi o que bastava para forçar o governo de Getúlio Vargas a declarar guerra. Manifestações de rua não só de estudantes universitários mais politizados, mas de outros grupos da população, exigiram a guerra (BONALUME NETO, 1995, p. 43-44).

A partir deste momento, não havia como fugir de um pronunciamento oficial, uma atitude diplomática deveria ser tomada. Dias depois aos ataques, o Brasil declara estado de beligerância contra Alemanha e Itália, para em 31 de agosto declarar guerra contra os mesmos países. O Brasil estava oficialmente participando da Segunda Guerra Mundial.

No momento da tomada de posição diante do conflito mundial, outra discussão era iniciada, se o Brasil iria ou não, participar das frentes de combate com o envio de efetivos militares. Diplomáticamente bastante se discutiu entre os Aliados até chegarem a um consenso:

Na verdade, em um primeiro momento, algumas autoridades militares aliadas até tentaram desestimular as pretensões brasileiras. No entanto, o governo brasileiro insistiu no envio de uma força

expedicionária, pois além da reparação do ultraje queria melhorar sua posição internacional na mesa de negociações do pós-guerra.

No final de 1942, norte-americanos discutiam a conveniência ou não do envio dos brasileiros para a guerra. Em janeiro de 1943, depois de participar da conferência com chefes aliados em Casablanca, Marrocos, o presidente norte-americano Roosevelt encontrou-se com Getúlio Vargas em Natal, no Rio Grande do Norte. Depois desse encontro, ficou acertada a participação brasileira diretamente nos combates, em local ainda a ser definido (FERRAZ, 2005, p. 43).

A partir destes fatos, era uma questão de tempo até que os efetivos fossem formados, dando forma e corpo ao que se convencionou chamar de Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em nove de agosto de 1943 é criada a 1ª D.I.E. (Divisão de Infantaria Expedicionária) através da Portaria ministerial n. 44-47 (vide final deste capítulo, documento 1, página 47). Na mesma ocasião o ministro de guerra do Brasil, na pessoa de Eurico Gaspar Dutra, convida João Batista Mascarenhas de Moraes para comandar a 1ª D.I.E. A estrutura inicial imaginada para a FEB ficou diferente do que se imaginava, com menos homens e divisões militares.

Logo ficou evidente que a intenção de enviar um Corpo Expedicionário era ambiciosa demais para as condições reais. Em novembro de 1943 era criada a Força Expedicionária Brasileira, composta por uma divisão de exército e um grupo de caça da força aérea. As duas divisões inicialmente planejadas foram sustadas (FERRAZ, 2012, p. 54).

O Brasil, naquele dado momento, não estava estruturado para entrar em guerra. Embora ainda não se soubesse aonde os homens do corpo expedicionário iriam desembarcar para combate, era necessário selecionar os homens, treiná-los, alimentá-los. Seria necessário prepará-los para seu novo destino, um conflito violento que deveria ser combatido com armas e eventuais, porém não raras, baixas.

A guerra moderna não exigia apenas boas armas e equipamentos. Era preciso suprir-se de homens aptos fisicamente e com uma formação educacional suficiente para algumas tarefas mais complexas que cavar trincheiras, correr, mirar e atirar. Exigia soldados aptos em funções como ler mapas, dirigir veículos e operar rádios. No Brasil, havia deficiência até nesses recursos humanos. Assim, para pertencimento à FEB, foram estabelecidos os seguintes

critérios: mínimo de cinco anos de escolaridade, 26 dentes naturais, altura e peso mínimos de 1,60cm e 60kg, respectivamente. Dessa maneira, esperava-se que os exames médicos e psicológicos promoveriam certa seleção no contingente (GONÇALVES, 1951¹, p. 67 apud FERRAZ, 2012, p. 62).

Seriam homens civis entre eles estudantes, que seguiam vida acadêmica e demais trabalhadores. Eram motoristas, pedreiros, padeiros, até mesmo a população dos interiores que trabalhavam com agricultura e criação de animais que só possuíam intimidade com uma enxada e não com armamento. Muitos destes jamais haviam tido contato com uma arma, muito menos manuseá-la, mas estavam prestes a aprender isto e mais uma porção de tarefas além de formas para sobreviver em um ambiente hostil como o front de guerra. De todos estes homens, no ano de 1943 foi criado um decreto para não tornar disponíveis alguns trabalhadores em variadas profissões, para que serviços básicos do País não precisassem ser interrompidos (vide final deste capítulo, documento 2, página 51). O Brasil precisaria continuar operando, dentro do possível, todas as suas funções administrativas e as básicas para a sobrevivência. Além destes homens que foram selecionados, os demais selecionados já seguiam carreira militar junto ao exército brasileiro.

Ainda assim, independente das qualificações profissionais e acadêmicas, além de experiência no universo militar, não foi tarefa simples reunir o contingente militar para ir lutar. Muitos funcionários públicos foram desligados da FEB através de solicitações de desmobilização, com a justificativa de que suas funções eram muito importantes para deixarem seus postos de trabalho (vide final deste capítulo, documento 3, página 62).

Houve resistência por parte dos homens aptos em se voluntariarem para a guerra. “O número de voluntários foi pequeno: pouco mais de mil homens, em um contingente de 25 mil selecionados” (FERRAZ, 2005, p. 49). De todos os homens, muitos eram letrados e dotados de forte opinião política. Em sua maioria com participação ativa em protestos públicos a favor do envio de brasileiros a guerra, poucos tinham interesse em ir para os campos de batalha.

¹ GONÇALVES, Carlos Paiva, **Seleção Médica do Pessoal da FEB** – História, funcionamento e dados estatísticos. Rio de Janeiro: Editoria Biblioteca do Exército, 1951.

Para as autoridades militares, a avaliação do “ambiente de guerra” era ainda pior que as cifras de mobilização de efetivo. Constatava-se que a juventude de maior escolaridade apreciava fazer discursos favoráveis à guerra, mas não se apresentava para lutá-la. A avalanche de pedidos de dispensa de setores do funcionalismo público e de alta especialização e de alta especialização técnica ao Ministério de Guerra atingia principalmente o pessoal mobilizado instruído, enquanto o pessoal sem instrução permanecia mobilizado. Essa evasão não passava despercebida da população (FERRAZ, 2012, p. 53).

Também foi necessário selecionar homens que já dispusessem de algumas habilidades, tendo em vista haver pouco tempo para treiná-los em atividades que demandariam um tempo mínimo para instrução. Para isso o recrutamento escolheu homens com algum grau de instrução especializada.

Nem todo combatente de infantaria é um fuzileiro, ou seja, o soldado cuja função consiste em desentocar o inimigo de seu abrigo à base da ponta do fuzil. Os batalhões dos regimentos de infantaria da FEB precisavam contar com o trabalho de enfermeiros, técnicos em comunicações, motoristas, calculadores de tiros, especialistas em croquis e cartografia. Eram homens que precisavam ser retirados da vida civil e treinados para o bom desempenho de suas atividades. Mas a rápida adaptação e aprendizado desses variados serviços não seriam realizados a partir de treinamentos de homens desconhecedores de seus misteres de combate: foi preciso convocar recrutas que já dispunham de um grau de instrução civil que os habilitasse à execução das missões em tempo de guerra. Nas unidades de natureza essencialmente técnica como as da arma de artilharia, a proporção de conscritos com bom nível de instrução era ainda maior (MAXIMIANO, 2002, p. 74).

Por fim são reunidos quase 26 mil homens aptos, que havia previamente passados por todos os critérios para incorporarem a FEB, seriam agrupados para treinamento militar. Estes homens chegariam de diversas partes do país e seriam designados para a instrução de combate. O efetivo composto por 100 mil homens que havia sido previsto inicialmente não se concretizou, os planos precisaram ser modificados para adequar a realidade. Porém 26 mil homens parecia ser um número perfeitamente satisfatório para entrar em combate e participar da história feita com sangue e violência.

A um enorme custo, a FEB seria finalmente composta por 25.334 expedicionários. A dificuldade em preparar um contingente bem menor do que a proposta inicial demonstrou um abismo existente entre os mirabolantes projetos da política externa de emprego das Forças Armadas como meio de alcançar as metas de ocasião¹ e as reais possibilidades do país (MAXIMIANO, 2002, p. 38).

Os homens selecionados iniciaram sua viagem rumo ao Rio de Janeiro, onde receberiam treinamento militar sediado nesta mesma capital. (vide final deste capítulo, documento 4, página 65). Um ano se passou entre a criação da FEB e o envio do primeiro contingente (MAXIMIANO, 2002, p. 15). O primeiro escalão partiu em julho de 1944 rumo ao continente europeu, muitos não sabiam que o destino era a fria Itália. O rígido inverno nas montanhas e a neve os aguardavam, além, é claro, do inimigo alemão.

Depois de duas semanas em alto mar, aguardando sua destinação final, mesmo que surpresa, e entre um enjoo e outro, algumas sessões de carteados, e espera, os brasileiros chegaram ao seu local de combate. “As tropas brasileiras foram transportadas, vestidas, equipadas, armadas, municadas, alimentadas e assistidas em suas necessidades pela imensa máquina de guerra norte-americana” (FERRAZ, 2005, p. 51). A partir dali, seriam incorporados ao V Exército Americano, sob comando do General Mark Clark. Conheceriam melhor a localidade onde ficariam e receberiam instruções e treinamento.

A guerra ainda não estava ganha quando os brasileiros pisaram em solo italiano. Ainda havia muito a ser feito até o momento final com a rendição do exército alemão. Muito já havia sido feito em várias frentes de combate.

Concentrados em Vada, os soldados vindos do Brasil aguardavam o momento certo para entrar em conflito armado. Lá eram treinados com as táticas do exército americano, não pelo tempo necessário para que estivessem de fato preparados.

Mesmo com a solução parcial proveniente do período de adaptação em Vada, havia a consciência de que os brasileiros entrariam em linha com treinamento ainda abaixo do recomendável. Devido à necessidade de empenhar mais tropas no front, a permanência

máxima dos expedicionários no campo de instrução em Vada seria de três semanas, das quais a primeira serviria para a familiarização mínima com as armas, a segunda para aulas de táticas de infantaria e a terceira para um “exercício teste” de combate em nível regimental, no qual o 6 R.I. avançou por um terreno acidentado percorrendo 12 quilômetros em nove horas , sob o apoio da artilharia brasileira (MAXIMIANO, 2002, p. 49-50).

O batismo de fogo viria em setembro de 1944 com sua entrada efetiva no front de batalha, no lugar de tropas americanas que ali se encontrava. Era uma substituição em razão do novo destacamento destas tropas e por baixas.

[...] após um curto período de treinamento e adaptação a equipamentos, armas e terreno de operações, as forças brasileiras do 1 Escalão iniciaram suas ações contra as defesas alemãs estacionadas nos vales dos rios Arno e Reno, nas proximidades de Pisa e Florença. A ideia dos comandos era empregar inicialmente a FEB em um setor calmo da frente de batalha, através de ações de patrulha e pequenas ofensivas. À medida que os escalões iniciais fossem conquistando experiência de combate e os demais escalões lhes fossem agregados, as ações começariam a assumir porções e responsabilidades maiores. Destarte, em setembro de 1944 foram conquistadas as primeiras posições e registradas também as primeiras baixas. A progressão continuou para as forças brasileiras, que foram aos poucos completadas com os escalões subsequentes – somando ao final o montante aproximado de uma divisão de exército, num total de 25 mil homens, dos quais 10 a 15 mil diretamente envolvidos em combate. Deve ser ressaltado que, ao contrário do 1 Escalão, as tropas seguintes foram encaminhadas à luta praticamente sem treinamento nem adaptação ao armamento e ao terreno (FERRAZ, 2005, p. 61-62).

Iniciando assim, a efetiva participação do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Embora sem a oportunidade de treinamento suficiente, os homens tomaram sua parte no *front*.

1.2.1 Correspondência no *front*

Durante este período de mais de um ano em que os soldados brasileiros estiveram na Itália, houve intensa troca de correspondência entre os que lá estavam e seus familiares, amigos e conhecidos no Brasil. Em tempos de ausência de tecnologias como vemos hoje em dia, como internet e telefones inteligentes com rápida troca de mensagens e pronta resposta. Há muitas décadas atrás a única forma de manter contato e enviar notícias era através das cartas e telegramas.

A correspondência trocada no período do conflito também é um indicativo da instrução dos homens presentes em solo italiano, se levado em consideração o índice de alfabetismo do período, que era muito aquém do desejado.

As primeiras turmas de conscritos estiveram bem longe dos ideais de nivelamento social. Os jovens selecionados para o serviço militar no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial foram, na sua maioria, egressos das classes trabalhadoras rurais e das cidades, de nível baixo de instrução (30%, entre as décadas de 1930 e 1940) era analfabeta. Nos processos de seleção e exames, a cifra era maior do que 50%, em 1940 (FERRAZ, 2002, p. 58).

Está informação vai ao encontro do já dito anteriormente, da importância de selecionar homens com o mínimo de instrução. Para que possam ter conhecimentos especializados é importante, para não dizer indispensável, saber ler e escrever.

Ainda assim, os analfabetos que foram selecionados pela FEB dispunham da facilidade em de se comunicar com seus parentes no Brasil diante da realidade de não puderem, eles próprios, escrever uma carta. Em artigo de Marco Antonio Tavares da Costa, o autor cita que até mesmo os soldados que não sabiam ler ou escrever poderiam trocar cartas e se comunicar.

[...] O Correio Regulador, órgão responsável pelo envio das cartas e telegramas originários da guerra na Itália, desenvolveu junto aos regimentos um sistema que consistia em um tipo de cartão postal que já vinha com toda a mensagem pronta, só faltando colocar o nome do militar, do destinatário e o local para envio. Um amigo ou o

próprio militar responsável pelo envio lia a mensagem do cartão para o interessado e colocavam seu nome e o endereço. O único empecilho era que esse sistema era impessoal, todas as mensagens eram de conteúdos muito semelhantes, tornando a correspondência artificial, como o que consta nos modelos de sugestões para correspondência de analfabetos do 11º RI:

(4) Meu bom Pai – Estou bem de saúde e muito satisfeito. O frio aqui é bem forte mas tenho muitos agasalhos. Mande dizer-me como andam as cousas aí em casa e também se já recebeu dinheiro enviado daqui. Já fiz mais uma remessa. Dê um grande abraço em Mamãe e abençoe o seu filho.

(5) Querido Pai – Recebi suas notícias e fiquei contentíssimo em saber que todos em casa vão bem. Eu também gozo muita saúde e boa disposição. Sempre que puder mande dizer-me o que vai por nossa boa terra. Abrace os manos e Mamãe e receba o mais saudoso abraço de seu filho² (COSTA, 2008).

Desta forma, é possível concluir que a correspondência produzida e trocada nos meses de conflito armado avultou-se em decorrência também até aos soldados analfabetos.

Embora este dado estatístico aponte um elevado número de analfabetos nas primeiras seleções entre os recrutados, notou-se um abastado número de homens alfabetizados compondo os soldados da FEB.

Considerando o movimento postal da FEB, a abundância de publicações variadas como panfletos de ordens do dia, volantes de propaganda, manuais de orientações para tropa e o variado número de jornais de trincheira, é possível afirmar que a tropa, em sua maioria, era composta de homens alfabetizados. Milhões de cartas foram trocadas entre a Itália e o Brasil em 15 meses (lembrando que o contingente da FEB e da FAB era de cerca de 26 mil homens), e os jornais de trincheira como ... *E a Cobra Fumou!* E órgãos de comando como o *Cruzeiro do Sul* eram avidamente procurados pelos homens. Esses jornais estavam abertos para colaborações enviadas por soldados, cujos textos afluíam para as redações improvisadas. No *Cobra*, havia uma seção exclusiva para publicação de textos enviados pelos expedicionários, chamada “Poetas do Foxhole” (MAXIMIANO, 2010, p. 54-55).

Desta forma, é possível perceber que se produziu uma imensa quantidade de cartas em um período relativamente reduzido de tempo. O período que o Brasil

² Em (4) e (5), dois exemplos de Sugestões para Correspondências de Analfabetos – Arquivo Histórico do Exército.

permaneceu na Itália com a FEB representou pouco mais de um ano. Também é possível concluir que o elevado número de correspondências se deve ao completo isolamento em que estavam os soldados. Eram mais de 25 mil homens que residiam no Brasil, longe de seus lares. Dispondo apenas desta forma de comunicação, a carta, os soldados a usaram sem parcimônia.

As cartas viajavam de navio da Itália até o Brasil, e não era necessário comprar selos, as correspondências não possuíam custo para o soldado ou para sua família. O caminho percorrido pelos envelopes até seu destino, e a quantidade produzida durante os meses do conflito, são ilustradas abaixo:

No *front*, o soldado entregava sua carta na própria unidade a qual estava vinculado. Esta, por sua vez, tratava da censura dentro do regulamento que era amplamente difundido a todos e organizava os malotes para envio. Após isso, um veículo chamado carro-correio coletava as cartas e telegramas e seguia para o Nápoles, onde eram embarcadas em um avião para o Brasil. Já no País, elas eram enviadas para os dois Postos Coletores existentes, um em Natal para atender a região Norte e Nordeste, e outro no Rio de Janeiro, que atendia o restante dos Estados. Até o final da guerra, mais de 1.400.000 correspondências saíram da Europa para os seus destinatários no Brasil, com uma média mensal de quase 100.000. Um número notável para um efetivo de 25.000 homens que estiveram na Itália (COSTA, 2008).

Ilustrando a importância da carta no período em que os praças estiveram na Itália, o General Mascarenhas de Moraes, que comandava toda a FEB escreveu a seguinte referência elogiosa no boletim Interno n. 93 na data de três de junho de 1945:

O encaminhamento da correspondência postal, da frente até o Brasil, e da retaguarda até os homens da linha de combate, tem sido feito com regularidade. Os elos da cadeia estão bem ajustados. E nesse ajustamento é que está o patente resultado até agora conseguido de fazer com que o combatente receba cartas dos entes deixados na Pátria distante, 48 horas após a chegada das malas do correio a este continente.

Na rápida remessa do que há de mais precioso para o homem afastado do lar por imposição da magna relevância, qual a de afrontar a morte pela conquista da paz mundial – a bendita carta –, o Serviço Postal da FEB bem compreende a importância de seu papel, fator preponderante que é na manutenção do moral do combatente.

Cada um dos componentes desse serviço poderá, dentro em breve, quando a já derrotada Alemanha render-se incondicionalmente aos soldados das Nações Unidas, e a grandiosa paz surgir alvissareira, dizer com orgulho de brasileiro convicto: “Eu, como soldado da linha de combate, também concorri com todo meu esforço para esse resultado magnífico. Também combati pela Vitória da FEB” (FEB³ apud MORAES, 2005, p. 326).

No que se refere aos jornais de trincheira que foram produzidos na Itália, é possível afirmar que ainda hoje, existem muitos exemplares preservados. Devido a sua farta tiragem, tais jornais puderam ultrapassar a barreira do tempo sendo mantidos alguns exemplares em posse dos que lá estiveram. Muitos foram doados para instituições de memória, ou se mantêm nas mãos dos veteranos e suas famílias.

O que não se pode afirmar é que ainda existam coleções completas dos jornais, mesmo que em posse particular. A exceção e raro exemplo de ação visando a memória é referente ao jornal Cruzeiro do Sul. O Exército produziu uma edição especial com todas as tiragens do folhetim, indo de sua primeira edição em janeiro de 1945 até a última em dezembro do mesmo ano. É em formato brochura, preservando o tamanho original e contém todos os fac-símiles do Cruzeiro do Sul. Pode ser adquirido facilmente em livrarias especializadas.

O jornal possuía cinco mil tiragens e era produzido no quartel general da FEB na Itália e trazia notícias da guerra e da sociedade civil. Ainda possuía espaço para crônicas que foi preenchido por diversos correspondentes de guerra enviados pelo Brasil como Rubem Braga e Joel Silveira. Em suas páginas o jornal ainda trazia cartas e comunicados dos chefes militares.

De fato não era produzido exclusivamente pelos praças, tratava-se de produção também do órgão do Exército, o que não exclui sua importância diante do cenário da reconstituição da memória, entendimento de um período da história. Também cabe salientar o quão importante é poder ter contato com um jornal produzido no passado, num formato tão interessante como este, em livro.

³ FEB. BOLETIM INTERNO N. 93, DE 3-4-1945, DA 1ª DIE.

1.2.2 Correspondentes de guerra

As notícias sobre o cotidiano brasileiro e novidades do mundo também eram propagadas com a presença dos correspondentes de guerra. A imprensa brasileira enviou jornalistas para a Itália, a fim de colher notícias para preencher as páginas de seus jornais informando a população.

Devido ao regime político no Brasil, o Estado Novo, a imprensa brasileira era toda controlada por Lourival Fontes, chefe do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e por assim ser, controlava a Agência Nacional. Por questões ideológicas do regime, no primeiro escalão da FEB foram enviados apenas jornalistas da Agência Nacional, entendendo que conseguiriam cobrir bem as notícias de guerra, sem auxílio da imprensa brasileira. Após negociações entre o DIP e os donos dos jornais brasileiros, é que houve acordo para o envio dos homens.

Os principais jornais do Rio de Janeiro enviaram jornalistas para cobrir a guerra na Itália, bem como os já citados DIP e Agência Nacional. Os seguintes correspondentes de guerra cobriram os eventos ocorridos em solo italiano:

[...] Tenente-Coronel Carrol Peeke, da Coordenação de Assuntos Interamericanos; Raul Brandão, do Correio da Manhã, Rubem Braga, do Diário Carioca; Egidio Squeff, de O Globo; Francis Hallawel, da BBC; Henry Baggley, da Associated Press; Joel Silveira, dos Diários Associados; José Barreto Leite, dos Diários Associados, Thassilo Augusto de Campos Mitke, da Agência Nacional; Allan Fischer, cinegrafista da Coordenação de Assuntos Interamericanos; Frank Norall, da Coordenação de Assuntos Interamericanos, Horário de Gusmão Coelho Sobrinho, cinegrafista da FEB; Fernando Stamato, cinegrafista do DIP; Silvío Silvía da Fonseca e Abelardo Cunha (MORAES, 2005, p. 330-331).

Os jornalistas foram recebidos, em um primeiro momento, com desconfianças. Faziam parte de um grupo de homens que não concordavam com o governo de Getúlio Vargas, e não faziam questão de escondê-lo. Além deste fato,

eram da imprensa, aumentando o clima apreensivo pelo poder midiático que tinham, de informar e falar o que pensava, a favor ou até mesmo contra o Estado Novo.

Uma vez na frente italiana, os homens da imprensa brasileira foram instalados, receberam insígnias de correspondente de guerra e aos poucos foram sendo bem recebidos em todos os postos avançados até que suas presenças se tornassem corriqueiras e até mesmo apreciadas.

Os jornalistas traziam sempre consigo edições dos jornais que representavam, fazendo a alegria dos praças, que esperavam ansiosamente por notícias e informações de sua terra natal. Alguns ainda dispunham de meios para enviar notícias dos soldados a seus familiares, por meio das páginas dos jornais. Estas mensagens eram mais rápidas do que as cartas, que levavam mais tempo para serem entregues.

A presença de um correspondente no front era sempre bem-vinda. E tinha de ser: levávamos jornais do Brasil, já velhos de vinte dias, um mês, mas que eles devoravam como se fossem pão saído do forno. Levávamos cartas que nos haviam sido entregues no serviço postal de Porreta-Terme; e Squeff distribuía fartamente exemplares de O Globo Expedicionário, que tanto sucesso faziam ali no front e que eram disputados com avidez e passados de mão em mão, depois de lidos e relidos. Além disso, estávamos sempre dispostos a prestar pequenos favores, como bater uma carta à máquina, tarefa que, devido à exiguidade do espaço, exigia de nós uma verdadeira demonstração de contorcionismo. Às vezes, as cartas já estavam escritas e devidamente envelopadas – tínhamos apenas de entregá-las aos censores do QG avançado. Algumas vezes, acontecia de uma mãe ou uma mulher receber na Itália uma carta do pracinha – ou de um oficial – na qual vinha dito que “tudo estava bem e que logo estarei de volta”. Mas, na verdade, quem escrevia já havia morrido há dias, ou acabado de morrer – ou mesmo acabara de amputar um braço ou uma perna [...]

E o mais importante: pelo menos uma vez por semana, Squeff e eu, que gozávamos de franquia telegráfica e dela podíamos usar e abusar, visitávamos vários lugares no front, particularmente os mais afastados ou de difícil acesso, e lá recolhíamos dez, vinte, trinta mensagens curtas dos combatentes – mensagens que no dia seguinte já apareciam nos Associados ou em O Globo. “Vou bem. Logo estarei de volta”: “Saúde boa. Muitas saudades; “Beijos, Lúcia. Mamãe me abençoe”; “Querida Laura, muitas saudades”, coisas assim, indicações sucintas mas que batiam nos corações dos parentes, aqui no Brasil, como um jato de alegria e de conforto. Era um bom serviço aquele que prestávamos, principalmente quando se tem em conta que uma carta escrita do front não levava menos de um mês para chegar ao destinatário, isso se ele morava no Rio ou

em São Paulo. Para chegar ao interior de Pernambuco, já calcularam?” (SILVEIRA, 2005, p. 15-16).

O Jornalista Joel Silveira, que foi correspondente de guerra durante a campanha da FEB na Itália, comenta também, no citado acima é sobre a franquia telegráfica que dispunham ele e seu colega Egydio Squeff. É um detalhe interessante no que diz respeito à produção jornalística à época.

Os jornalistas podiam enviar informações no calor do momento para seus jornais de origem no Brasil, frente a outros da imprensa que não podiam usufruir de mesma vantagem. O autor José Geraldo Batista, em artigo sobre os textos do correspondente Rubem Braga, comenta sobre este importante diferencial, que interferia diretamente na produção textual:

Vale lembrar que o jornal para o qual o cronista trabalhava não tinha franquia telegráfica, isto é, as suas notícias eram todas datilografadas e enviadas via aérea ao jornal para o qual trabalhava. E isto repercutiu na escrita das crônicas do Braga. Os demais jornalistas que tinham a franquia telegráfica, além das crônicas datilografadas enviadas por avião, podiam, no calor do acontecimento, enviar as notícias por meios telegráficos, meio resumido de comunicação a distância, mas que beneficiava a rapidez da informação (BATISTA, 2012).

Assim é possível perceber que Rubem Braga, correspondente do Jornal Diário Carioca que compunha textos mais literários sabendo que suas matérias demorariam uma ou mais semanas para chegar à redação. Desta forma, com menor rigor do jornalismo, Braga não deixaria seus textos tão datados e ultrapassados quando chegassem às mãos dos leitores. O correspondente, em seu livro *Crônicas da Guerra*, contendo a compilação de todos os seus textos produzidos durante o período na Itália, também comenta o fato que o diferencia dos demais repórteres na guerra: “Acontece ainda que, sendo único jornalista limitado a escrever exclusivamente à via aérea, eu muitas vezes deixava de cobrir assuntos importantes, explorados por meus colegas, para poder ter algum assunto exclusivo” (BRAGA, 1964, p. 6).

Ao recompor o conteúdo produzido é importante perceber o quanto este dado interfere, não nos fatos ocorridos em si durante da guerra, mas na construção dos textos sobre estes fatos.

1.2.3 Censura Postal

Outro detalhe que merece atenção é o fato de todas as correspondências, cartas ou textos jornalísticos passarem por censura. Era importante que as cartas passassem por censura para garantir a integridade dos soldados. Assim garantiam que não enviassem informações, embora tenham sido instruídos a não fornecer a localização e outros dados da FEB, em suas cartas. Uma vez interceptadas pelos inimigos, estas poderosas armas de comunicação, voltavam-se contra eles. O eixo saberia exatos detalhes da região onde se encontravam, quantos homens e outros fatos que poderiam deixá-los a par para atacar mais precisamente e mortalmente. Esta primeira censura era comum em frentes de batalha:

A Censura Postal Militar é um instrumento já bem conhecido e utilizado desde a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) como forma de controle das notícias dos combatentes, vindas do *front*, com a intenção principal de evitar a transmissão de informações de interesse do inimigo, como por exemplo: a quantidade de soldados instalados em determinada região ou quais as atividades desenvolvidas por uma tropa (COSTA, 2008).

No Brasil, naquele dado momento, vivia-se um regime político que cerceava a liberdade de expressão, regulando a opinião pública com a já citada anteriormente DIP. Este órgão do governo também trabalhou no controle das informações contidas nas cartas recebidas e expedidas pela FEB. Não exerciam controle apenas nas informações relativas às estratégias militares que deveriam ser mantidas sob sigilo pelos soldados, mas informações que pudessem vir a ferir os princípios morais do governo da época.

No presente trabalho, sua proposta acadêmica e dissertativa não é discutir a estruturação do regime de governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Portanto presente parte do princípio de que seja geral o entendimento de que o governo possuía traços de regimes que vivam sob ditadura. Cabe, então, aqui dizer que a censura atuou no Brasil com o intuito de controlar as informações que foram enviadas ou recebidas pelos soldados da FEB. Ao contrário das cartas dos soldados de outros países participantes da guerra, no Brasil todas as cartas eram revisadas, de forma individual:

Inaugurando seus trabalhos em 12 de julho de 1944, quatro dias antes da chegada do 1º escalão da FEB à Itália, a seção da Censura Postal Militar do Posto Coletor Sul funcionava no centro do Rio de Janeiro, então capital federal. Foi organizada dentro dos moldes da censura norte-americana, tendo seus censores, a grande maioria de civis, realizado um curso de censura, ministrado pela Escola de Censores da Censura Postal Brasileira (CPB). Ao final daquele ano, os 41 censores civis foram substituídos por apenas 15 militares, enquanto a quantidade de entrada de cartas para serem verificadas era de 3.500 por dia, número que foi aumentando até o final dos trabalhos em setembro de 1945. O volume de cartas que entravam no Posto Coletor Sul era muito superior à capacidade de trabalho de grupo de censores, pois ao contrário do que acontecia na Alemanha, onde se realizava uma verificação por amostragem, aqui todas as correspondências eram vistoriadas (COSTA, 2008).

A censura postal era aplicada na Itália, primeiramente para garantir que nenhuma informação importante sobre o conflito chegasse indevidamente ao Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro a censura garantia que nenhuma informação que pudesse deixar a moral do soldado em baixa pudesse chegar até ele. Notícias tristes, como acidentes, doenças e morte de entes queridos, eram censuradas. A intenção era garantir que o soldado não ficasse abatido a ponto de que seu desempenho em combate pudesse ser prejudicado. Apenas notícias leves passavam sem maiores problemas nas correspondências.

Mais de um milhão de cartas foram escritas na trajetória do conflito vivida pelo Brasil junto a FEB. (Figuras 1 a 4) São preciosas fontes informacionais que remontam a história vivida e feita por estes homens. Embora, segundo o que foi apresentado aqui, remetam a informações mais subjetivas e aparentemente sem

importância, constroem a malha histórica e contribuem para o patrimônio documental.

Estes documentos históricos ajudam a reconstruir detalhes dos fatos vividos por estes homens. Documentos históricos guardam em si fontes para pesquisas que visam o entendimento da vida de uma pessoa, de um grupo delas ou mesmo de como se estruturava a sociedade naquele determinado momento.

As cartas são valiosas fontes documentais. Analisadas de forma isolada ou em conjunto com outros documentos da época, como por exemplo jornais produzidos na guerra, boletins do exército, fornecem um panorama histórico a respeito do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

Figura 1 – Envelope de carta enviada do Brasil para um soldado da FEB na Itália



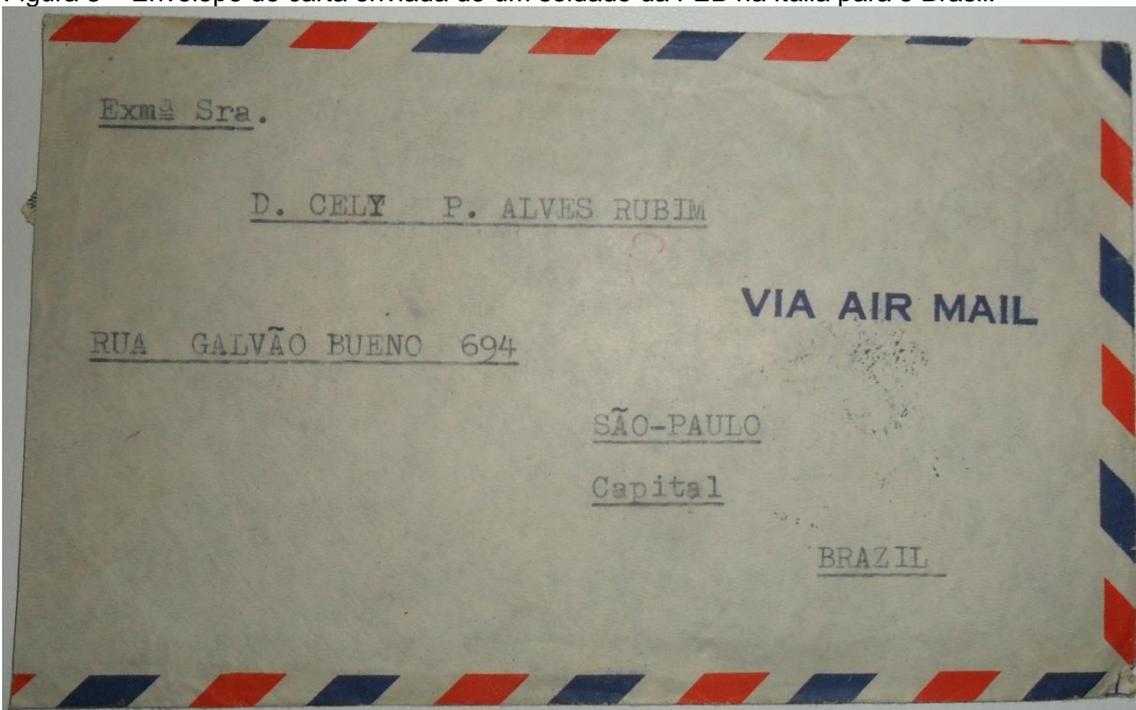
Referência: Acervo Coleção Pessoal Cesar Campiani Maximiano

Figura 2 – Envelope de carta enviada do Brasil para um soldado da FEB na Itália



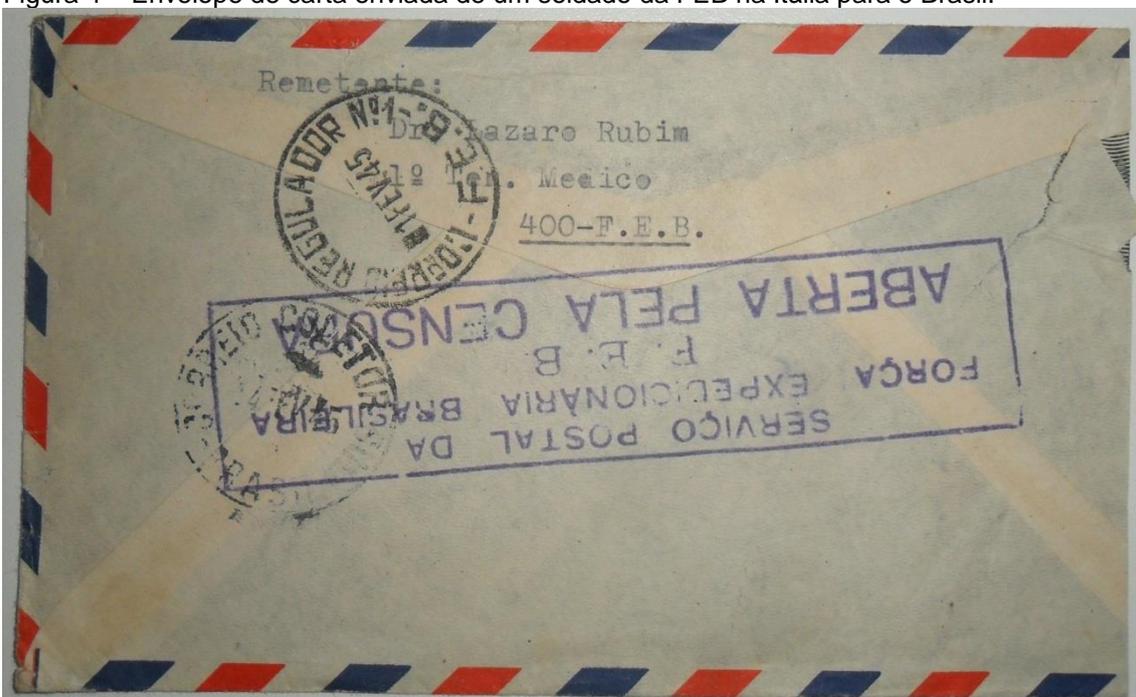
Referência: Acervo Coleção Pessoal Cesar Campiani Maximiano

Figura 3 – Envelope de carta enviada de um soldado da FEB na Itália para o Brasil.



Referência: Acervo Coleção Pessoal Cesar Campiani Maximiano

Figura 4 – Envelope de carta enviada de um soldado da FEB na Itália para o Brasil.



Referência: Acervo Coleção Pessoal Cesar Campiani Maximiano

1.3 Brasileiros em combate

A expedição da FEB na Itália não foi tarefa fácil. Os soldados brasileiros enfrentaram situações de extremo perigo e violência, próprias de conflitos armados. A violência psicológica, mutilação e a morte em si eram parte do cotidiano dos combatentes. Somados a isso, havia o terreno italiano, montanhoso e de difícil acesso, além da temperatura em um inverno rigoroso como nunca visto na região.

Em contraste com outras frentes de combate no teatro de operações europeu, a guerra na Itália caracterizou-se por combates de pequenas unidades. O terreno acidentado, montanhoso, reduzia drasticamente a eficácia de tanques, diminuía a velocidade das progressões e causava problemas de abastecimento e deslocamento de tropas, armas, munições e equipamentos. Devido ao mau tempo em algumas épocas do ano, o apoio aéreo era bastante prejudicado. As ações de combate envolviam, geralmente, pelotões, companhias e batalhões. Os regimentos eram acionados eventualmente e apenas em poucas ocasiões acionavam-se divisões inteiras (FERRAZ, 2012, p.81).

Os brasileiros combateram os soldados alemães do eixo com determinação, a fim de cumprir a missão que lhes havia sido dada. Este exercício militar desenvolvido por homens, em grande maioria que não seguia carreira no exército, era atividade extrema.

Após algumas conquistas territoriais, no final do ano de 1944 a FEB se preparava para sua maior batalha durante a guerra, e também a mais conhecida: a tomada de Monte Castelo:

A partir de novembro de 1944, a divisão expedicionária brasileira encaminhou-se para a ofensiva sobre Monte Castelo, a oeste de Bolonha, cume situado em uma região na qual os alemães mantinham posição bastante sólida, com defesas bem situadas também nos montes Belvedere, Gorgolesco e Della Toraccia. Tais fortificações visavam proteger o flanco sudeste de Bolonha e evitar que as tropas aliadas conquistassem o livre acesso ao vale do rio Pó pela estrada 64. A cidade de Bolonha era considerada importante para o esforço dos Aliados na campanha Italiana, pois conquistá-la significaria abrir o acesso para o Passo de Brenner, na fronteira com

a Áustria, e assim comprometer o recuo alemão para se juntar a possíveis reforços em outras frentes (FERRAZ, 2005, p. 63).

Ferraz ainda diz que “Monte Castelo é o maior símbolo e mito das ações da FEB. Muitas das histórias que o cercam originam-se na série de dificuldades enfrentadas pelos brasileiros para tomar a posição indicada” (FERRAZ, 2005, p.64).

Após quatro tentativas para a tomada de Monte Castelo e depois de muitas mortes, em fevereiro de 1945 os brasileiros conseguem ocupar em definitivo a região. Seguiram para a região de Montese onde sofreram o maior número de mortes em combate, devido ao tipo de embate, mais agressivo e letal ao passar pelo interior das cidades italianas.

Após Montese, a guerra chegaria ao fim para o Brasil. Os soldados alemães de um regimento inteiro se entregaram aos soldados da FEB. O final da guerra como um todo ocorreria apenas no dia 8 de maio de 1945, quando as tropas alemãs se renderiam incondicionalmente.

Duas semanas depois da conquista de Montese, após algumas ágeis manobras de perseguição, a divisão brasileira conseguiu a rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã, fazendo aproximadamente 15 mil prisioneiros. Isso era pouco usual na guerra travada na Itália, uma vez que as rendições se davam por unidades menores, como companhias e batalhões, raramente atingindo regimentos.

Em dois de maio, as tropas alemãs se rendiam incondicionalmente em toda Itália. A guerra terminava para os brasileiros. Enquanto ela durou, 443 expedicionários morreram, em diversas circunstâncias, na frente ou na retaguarda. A FEB permaneceu até três de junho como tropa ocupante e depois retornou ao Brasil (FERRAZ, 2005, p.65).

As atividades da FEB encerrariam por completo suas atividades em 20 de junho de 1945, quando “o último elemento deixou a zona que a 1ª DIE recebeu, logo depois cessadas as hostilidades militares” (Moraes, 2005, p.233). Os brasileiros retornariam ao Brasil através de navio, divididos em cinco escalões, todos aportando na cidade do Rio de Janeiro.

Nem todos os soldados estavam de volta ao Brasil quando em seis de julho de 1945, através do Aviso Ministerial n 217-185, o Ministério de Guerra determinava

a dissolução da FEB. Assim findavam todas as atividades militares executadas pela FEB.

DOCUMENTO 1

PROVENIÊNCIA	Arquivo Nacional
ESPÉCIE DOCUMENTAL	Ofício Reservado
EMISSOR	Secretário Geral General Firmo Freire do Nascimento
DESTINATÁRIO	Excelentíssimo Senhor Presidente da República Getúlio Vargas
DATA TÓPICA	Palácio do Catete
DATA CRONOLÓGICA	8 de novembro de 1943
FUNÇÃO DO DOCUMENTO	Criando a Força Expedicionária Brasileira
ASSINATURA	General Firmo Freire do Nascimento
QUANTIDADE DE PÁGINAS	3 páginas
ANEXOS	Processo n. 5.279/43 da Secretaria Geral e ofício reservado n. 90-54
LOCALIZAÇÃO	Documento n. 1 Página 47
DESCRIÇÃO PARA CATÁLOGO E PARA INDEXAÇÃO	O Secretário Geral General Firmo Freire do Nascimento envia para o Presidente da República uma exposição de motivos do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra para a criação da Força Expedicionária Brasileira. Envia também a minuta do projeto de decreto-lei para a criação da mesma. Alega ainda, o Ministro de Guerra, a urgente necessidade de pôr em prática as medidas de caráter provisório do estado de beligerância.
OBSERVAÇÃO	Os anexos citados no documento não se encontram junto ao original.

(PALÁCIO DO CATETE)

Em 8 de novembro de 1943.

780
- RESERVADO -

Do Secretário Geral
Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ASSUNTO: Criação de uma Fôrça Expedicionária Brasileira.

ANEXO -: Processo n. 5.279/43, desta Secretaria Geral.

I - O Senhor Ministro da Guerra, em a exposição de motivos nº 90-54, reservada, anexa, submete à consideração de VOSSA EXCELENCIA projeto de decreto-lei criando a Fôrça Expedicionária Brasileira, e encarece a urgência desse decreto, antes mesmo de ser firmado o convênio entre o Brasil e os Estados Unidos da América sobre a colaboração brasileira nas operações de guerra contra a Alemanha.

Alega mais o Senhor Ministro, a necessidade de pôr em prática certas medidas para a constituição da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária, algumas delas já tomadas em caráter provisório, sigilosamente, destarte a evitar os inconvenientes de uma improvisação.

II - Porque se trate de Fôrça Expedicionária que se deve compor de elementos do Exército, da Armada e da Aeronáutica, e para obviar os múltiplos encargos administrativos do Ministério da Guerra, a Secretaria Geral permitiu-se a elaboração de um projeto substitutivo que ora também submete à consideração de VOSSA EXCELENCIA.

III - Sirvo-me do ensejo para apresentar a VOSSA EXCELENCIA os protestos do meu alto apreço, consideração e respeito.

Gen. F. Freire
(General Firmo Freire do Nascimento)
Secretário Geral.

GAB/AMR.

1253

197

- RESERVADO -

Cria a Fôrça Expedicionária Brasileira.

usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º - É criada a Fôrça Expedicionária Brasileira, recrutada das Fôrças Armadas Nacionais, destinada a tomar parte, oportunamente, em operações de guerra fóra do continente, ao lado dos exércitos dos Estados Unidos da América, nas condições reguladas pelos respectivos govêrnos.

Art. 2º - A Fôrça Expedicionária Brasileira, que se designará abreviadamente "F.E.B.", compor-se-á, inicialmente, de um Corpo de Exército de três Divisões de Infantaria e dos elementos orgânicos de Corpo de Exército, inclusive Aviação e os órgãos de Comando e de Serviços.

Art. 3º - A Fôrça Expedicionária Brasileira será comandada por um general brasileiro, de nomeação do Presidente da República.

Art. 4º - O Comandante da Fôrça Expedicionária Brasileira, em todas as questões administrativas que lhe são pertinentes, entender-se-á diretamente com os Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, ficando sob inteira responsabilidade do mesmo Comandante a organização, preparação, instrução da F.E.B. e seu ulterior emprêgo no Teatro de Operações.

1253

103

- 2 -

Art. 5º - Enquanto não fôr nomeado o Comandante da F.E.B., o Ministério da Guerra tomará todas as medidas referentes ao Exército.

Art. 6º - O Governo abrirá os créditos necessários à execução do presente decreto-lei, que entra nesta data em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de _____ de 1943;
122º da Independência e 55º da República.

DOCUMENTO 2

PROVENIÊNCIA	Arquivo Nacional
ESPÉCIE DOCUMENTAL	Ofício
EMISSOR	Secretário Geral General Firmo Freire do Nascimento
DESTINATÁRIO	Excelentíssimo Senhor Ministro da Marinha
DATA TÓPICA	Palácio do Catete
DATA CRONOLÓGICA	3 de fevereiro de 1943
FUNÇÃO DO DOCUMENTO	Impossibilitando a incorporação de homens como reservistas em tempo de guerra.
ASSINATURA	General Firmo Freire do Nascimento
QUANTIDADE DE PÁGINAS	10 páginas
ANEXOS	Projeto do Decreto-Lei para indisponibilidade de reservistas em tempo de guerra.
LOCALIZAÇÃO	Documento n. 2 Página 51
DESCRIÇÃO PARA CATÁLOGO E PARA INDEXAÇÃO	O Secretário Geral General Firmo Freire do Nascimento envia para o Ministro da Marinha, para sua apreciação, o projeto do decreto-lei elaborado pela Secretaria Geral e que inclui uma lista com todos que deverão ser dispensados da incorporação ao serviço militar. A lista ainda inclui detalhes como idade, sexo e profissão.
OBSERVAÇÃO	

991

26

99

(PALÁCIO DO CATETE)

Em 3 de fevereiro de 1943.

Do Secretário Geral

Ao Exmo. Sr. Ministro da Marinha

ASSUNTO: Indisponibilidade para a incorporação de reservistas, em tempo de guerra - (Projeto de lei regulando a).

I - Tenho a honra de submeter ao exame de V. Excia. o projeto de decreto-lei em anexo, regulando os casos de indisponibilidade para a incorporação de reservistas, em tempo de guerra, e dando outras providências.

II - O referido projeto de lei, elaborado nesta Secretaria Geral, tem por finalidade:

a) - permitir a coordenação de todas as forças vivas da nação, mediante

- a mobilização dos Ministérios civis e demais organismos, públicos ou privados, sem ocasionar maior prejuízo à vida do país;

- a mobilização militar, sem desvirtuar os seus objetivos e removendo os óbices que a entravam;

b) - pôr termo aos constantes pedidos de dispensa e adiamento de convocação de reservistas.

III - Não podendo prescindir da colaboração de V. Excia. para

fm: + civil

(99)

27

- 2 -

a solução patriótica do assunto focalizado, de elevado interesse e palpitante atualidade, peço se digne V. Excia. emitir sua opinião a respeito.

Como a solução do problema em aprêço condiciona o estabelecimento dos planos de mobilização, já em preparo nos Ministérios civis e demais órgãos, públicos ou privados, do país, estimaria que o pronunciamento de V. Excia. se fizesse com a possível brevidade.

IV - Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Excia. os protestos de meu alto aprêço e consideração.

Ju. Firmino Freire do Nascimento
(General Firmino Freire do Nascimento)
Secretário Geral.

JDR/AMR.

983

28

DECRETO-LEI n° de de de 1943

Regula os casos de indisponibilidade para a incorporação de reservistas, em tempo de guerra, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA

Art. 1º - Fica considerado em indisponibilidade para o serviço militar, em tempo de guerra, o cidadão que exercer cargo ou desempenhar serviço de caráter técnico ou especializado, capaz de contribuir para o aumento do esforço de guerra, ou cuja paralização ou redução de intensidade acarrete evidente prejuízo para a nação.

Parágrafo único - A determinação da indisponibilidade para o serviço militar, nos casos deste artigo, obedecerá às seguintes percentagens:

- a) - menores de 30 anos de idade - 50% de indisponibilidade;
- b) - entre 30 e 40 anos de idade - 70% de indisponibilidade;
- c) - maiores de 40 anos de idade - 100% de indisponibilidade.

Art. 2º - Os diretores, encarregados e executantes de certos serviços de caráter administrativo, a juízo do Presidente da República, poderão ser também considerados em indisponibilidade para o serviço militar.

Parágrafo único - As percentagens de indisponibilidade para o serviço militar, nos casos deste artigo, serão no máximo:

- a) - menores de 30 anos de idade - 10% de indisponibilidade;
- b) - entre 30 e 40 anos de idade - 30% de indisponibilidade;
- c) - maiores de 40 anos de idade - 50% de indisponibilidade.

Art. 3º - Os cargos ou serviços de que tratam os artigos

984

29

- 2 -

1º e 2º, estão indicados na relação anéxa à presente lei.

§1º - A determinação da indisponibilidade para o serviço militar, recairá, de preferência, em serventuário chefe ou arrimo de família comprovadamente numerosa e constituída de pessoas de menor idade ou incapazes de prover os meios de sua subsistência.

§2º - Os cidadãos declarados em indisponibilidade para o serviço militar, se convocados, permanecerão nos cargos ou serviços que estiverem exercendo ou prestando na data da convocação, e dêles só poderão ser afastados:

- a) - mediante ato expesso do Presidente da República;
- b) - para responder a processo.

Art. 4º - A convocação dos serventuários da administração pública e das organizações ou emprêsas estatais ou paraestatais, bem assim dos estabelecimentos fabris considerados de interesse militar (Decreto-lei nº 4.937, de 9-11-1942), obedecerá à seguinte ordem de prioridade:

- 1º - os menores de 30 anos de idade;
- 2º - os maiores de 30 e menores de 40 anos de idade;
- 3º - os maiores de 40 anos de idade;
- 4º - os chefes ou arrimos de família numerosa (Art. 3º, §1º).

Art. 5º - As relações dos cidadãos em idade militar, encaminhadas pelos Ministérios civis, Departamentos e Conselhos autônomos e Governos estaduais, do Distrito Federal e do Território de Acre, através do Conselho de Segurança Nacional aos Ministérios militares, conterão:

- a) - nome por extenso;
- b) - cargo ou serviço que desempenhe;
- c) - classe militar;
- d) - categoria do reservista;
- e) - posto ou graduação;
- f) - conhecimentos especializados;
- g) - residência atual - Estado, cidade (localidade, fazenda, etc.), rua e número;
- h) - fôrça armada a que pertence.

§1º - Essas relações, organizadas pelas repartições públicas, organizações ou emprêsas estatais ou paraestatais, e estabelecimentos fabris considerados de interesse militar (Decreto-lei nº 4.937, de 9-11-1942), consignarão todos os serventuários em ida

985

30

- 3 -

de militar, que nelas prestarem os seus serviços, catalogando-os da seguinte fôrma:

1º - Cidadãos menores de 30 anos de idade, destacando:

- a) - os disponíveis para o serviço militar;
- b) - os que, a juízo do Presidente da República, poderão ser considerados em indisponibilidade para o serviço militar (Art. 2º);
- c) - os que ficam em indisponibilidade para o serviço militar (Art. 1º).

2º - Cidadãos maiores de 30 e menores de 40 anos de idade, separando-os como está dito acima.

3º - Cidadãos maiores de 40 anos de idade, nas mesmas condições do número anterior.

§2º - O cidadão que fizer declaração ou apresentar documento falso, visando obter sua indisponibilidade para o serviço militar, ou a de outrem, será responsabilizado nos termos da legislação em vigor, e terá sua incorporação antecipada, qualquer que seja a sua situação militar.

Art. 6º - O Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.), em articulação com as Secções de Segurança, promoverá sem perda de tempo, diretamente ou com o auxílio de organizações já existentes, a instalação e o funcionamento de cursos de emergência, destinados ao preparo e seleção do pessoal técnico ou especializado e administrativo do serviço público federal, para suprir as faltas de serventuários, sejam elas resultantes ou não da convocação para o serviço militar.

§1º - A convocação de um serventuário implica em imediata comunicação por parte da repartição interessada ao serviço do pessoal de seu Ministério, e deste ao D.A.S.P., para o preenchimento do claro correspondente.

§2º - O preenchimento dos claros resultantes da convocação de serventuários, será feito com pessoal extranumerário, admitido na fôrma da legislação em vigor.

§3º - A admissão de que trata o parágrafo anterior, far-se-á pelo tempo durante o qual permanecer afastado do serviço o serventuário convocado para o serviço militar.

§4º - A admissão do extranumerário só será feita quando houver vaga, observada a lotação de cada repartição ou serviço, no

986

31

- 4 -

tempo de guerra.

§5º - A apresentação do titular do cargo ou serviço, por efeito ou não da desmobilização, implica na comunicação ao serviço do pessoal correspondente, e deste ao D.A.S.P., para a dispensa do extranumerário ou sua transferência, se bem servir, para outra repartição ou serviço onde houver vaga, nos termos do final do parágrafo anterior.

Art. 7º - Nos cursos de que trata o art. 6º, segundo a especialidade considerada, só poderão ser admitidos:

- a) - homens válidos, maiores de 44 anos de idade;
- b) - mulheres válidas, maiores de 18 anos de idade;
- c) - jovens, de sexo masculino, maiores de 14 e menores de 18 anos de idade.

Art. 8º - Os Ministérios e demais órgãos da administração pública, federais, estaduais ou municipais, bem assim os organismos ou empresas estatais ou paraestatais, e os estabelecimentos fabris considerados de interesse militar (Decreto-lei nº 4.937, de 9-11-1942), adotarão no mais curto prazo a organização e o funcionamento previstos para os mesmos, em tempo de guerra.

§1º - Os serventuários excedentes, em virtude da adoção da nova organização para o tempo de guerra, permanecerão nas suas repartições ou serviços, até serem aproveitados na lotação de outros órgãos.

§2º - O movimento do pessoal cogitado no parágrafo anterior, será feito, primeiramente, no âmbito do Ministério ou organização de caráter federal. A relação dos excedentes dessa lotação será encaminhada ao D.A.S.P., que os distribuirá por outros setores da administração pública, onde houver vaga.

§3º - O D.A.S.P. coordenará e fiscalizará o movimento do pessoal, conseqüente da execução da mobilização nos Ministérios civis e demais organismos de caráter federal, em íntima ligação com as Secções de Segurança desses Ministérios e os presidentes dos Departamentos e Conselhos autônomos, de conformidade com os planos de mobilização por eles estabelecidos.

Art. 9º - Os Governos estaduais, do Distrito Federal e do Território do Acre, adotarão medidas correlatas às cogitadas nesta lei, nos setores de sua competência.

987

32

- 5 -

Parágrafo único - Ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio compete tomar providências semelhantes junto às organizações ou empresas paraestatais.

Art. 10 - Continua em vigor o Decreto-lei nº 4.937, de 9 de novembro de 1942, aplicando-se aos casos de indisponibilidade para o serviço militar, regulados nesta lei, as medidas coercivas estabelecidas no referido Decreto-lei.

Parágrafo único - Aos estabelecimentos fabris, considerados de interesse militar, nos termos do Decreto-lei acima citado, aplicam-se as disposições desta lei.

Art. 11 - O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

328 33

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA GERAL

Relação anéxa ao projeto de Decreto-lei que regula os casos de indisponibilidade para a incorporação de reservistas, em tempo de guerra (arts. 1º e 2º).

T É C N I C O S	ADMINISTRATIVOS
Advogado (de justiça, juízo, tribunal).	Administrador
Agrônomo	Agente (fiscal, estrada de ferro).
Ajudante de maquinista	Ajudante (pagador, procurador, tesoureiro).
Antropologista	Almoxarife
Arquivologista	Arquivista
Artifice ou especialista (mecânico, electricista, ferreiro, limador, fundidor, de arte grafica, impressão, gravura, rotogravura, linotipista, monotipista, serroteiro, modelador, frezador, torneiro, ajustador, assentador, funileiro, laticeiro, soldador, bombeiro, bombeiro hidraulico, caldeireiro, montador, armeiro, indutador, vulcanizador, ligas monetárias, cunhador, galvanoplastista, gravador, impressor, marcador, medalhador).	Assistente
Assistente juridico	Atuário
Astronomo	Bibliotecário
Astronomo auxiliar	Chefe (divisão, serviço, secção, gabinete, distrito, comissão, agência, fiscalização, fiscal).
Auditor (tribunal, caixa, justiça).	Classificador de arquivo especial.
Auxiliar de consulado	Coletor
Biologista	Comandante (aduaneiro, policia especial).
Cabineiro	Conferente
Calculista	Contabilista
Calígrafo	Contador (geral, seccional).
Classificador de produtos	Coordenador
Cartografo	Delegado (fiscal, tesouro, especial).
Chefe de oficina	Depositário
Comissario de policia	Diretor (geral, departamento, serviço, instituto, divisão, hospedaria, imprensa, diretoria, expediente, investigações, comunicações, arquivo, penitenciaria, pesquisa, identificação, correção, detenção, colonia, escola, patronato, assistência, de secretaria, despesa, dominio, pessoal, rendas, estatística, recebedoria, imposto, amortização, moeda, laboratório, biblioteca, curso, superintendência, aprendizado, obser
Conselheiro comercial	
Consultor (técnico, juridico, médico, privativo).	

- (Continuação) -

T É C N I C O S	ADMINISTRATIVOS
<p>Contra-mestre Criptógrafo Curador Datiloscopista Delegado (de policia, investi- gações, saúde). Dentista Desembargador Desenhista Detetive Economista Embaixador Enfermeiro Engenheiro Enologista Ensaaiador Estatístico Examinador de marcas Farmaceutico Fiscal de plantas Foguista Fotografo Inspetor (de linha, produtos) Juiz Maquinista Marinheiro Médico Mestre (de oficina, linha, ele- tricidade). Meteorologista Naturalista Observador meteorologista Oficial de deligência Operador cinematografista Patrão de embarcação Perito Pratico (laboratório, farmacia, rural, de navegação, enge- nharia). Procurador</p>	<p>vatório, organização, mu- seu, abrigo, azilo, hospi- tal, manicômio, liceu). Encarregado (de oficina, cáis) Escrivão (juizo, tribunal, au- ditoria, coletoria, dele- gacia). Fiel de armazem Fiscal (geral, de papel). Guarda-livro Guarda-mór Identificador Inspetor (geral, de policia, chefe, departamento, dele- gacia, seguro, trabalho, previdência, regional). Intendente Mestre de ensino Pagador Policia fiscal Presidente (conselho, departa- mento, junta). Redator (chefe de análs, de serviço). Representante especial Secretário Sindico Superintendente (geral, de serviço). Tesoureiro</p>

990

35

- (Continuação) -

T É C N I C O S	ADMINISTRATIVOS
Professor Promotor químico Radiotelegrafista Taquigrafo Técnico (laboratório, agrícola, caça, pesca, rural). Tecnicologista Telegrafista Tradutor Veterinário Zootecnista	

NOTA - Não basta possuir a especialidade indicada nesta relação. É mister que o servidor a exerça efetivamente.

DOCUMENTO 3

PROVENIÊNCIA	Arquivo Nacional
ESPÉCIE DOCUMENTAL	Ofício Reservado
EMISSOR	Secretário Geral General Firmo Freire do Nascimento
DESTINATÁRIO	Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura
DATA TÓPICA	Palácio do Catete
DATA CRONOLÓGICA	3 de junho de 1943
FUNÇÃO DO DOCUMENTO	Desincorporando de funcionários convocados para agregar ao corpo expedicionário.
ASSINATURA	General Firmo Freire do Nascimento
QUANTIDADE DE PÁGINAS	2 páginas
ANEXOS	Cópia do ofício 341/43, reservado da Secretaria Geral. Quadros demonstrativos da mobilização do pessoal do Ministro da Agricultura.
LOCALIZAÇÃO	Documento n.3 Página 62
DESCRIÇÃO PARA CATÁLOGO E INDEXAÇÃO	O Secretário Geral Firmo Freire do Nascimento acusa o recebimento dos ofícios GM/572, GM/694, GM/705 e GM/706 onde solicita desincorporação de funcionários que julga indispensáveis para o Ministério da Agricultura. Cita ao Ministro que segue cópia do ofício que o mesmo enviou ao Presidente da República Getúlio Vargas, informando de sua solicitação de desincorporação.
OBSERVAÇÃO	O quadro demonstrativo não consta em anexo no dossiê original.

#33 (PALÁCIO DO CARETE)

Em 3 de junho de 1943.

RESERVADO

Do Secretário Geral

Ao Exco. Sr. Ministro da Agricultura

ASSUNTO :- Desincorporação de funcionários convocados.

REFERÊNCIA :- Processos ns. 3 852/43, 3 954/43, 3 961/43, e 3 962/53, desta Secretaria Geral.

ANEXO :- Ofício 341/43, reservado, desta Secretaria (cópia do).

I - Tenho o prazer de acusar o recebimento dos ofícios GM/372, GM/694, GM/705 e GM/706, todos do mês de maio findo, em os quais V. Excia. solicita providências para a desincorporação de funcionários desse Ministério, por serem os mesmos indispensáveis ao serviço de suas repartições.

II - Pelo documento incluso, V. Excia. terá conhecimento do expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, relativo ao adiamento de convocação de servidores do Ministério da Agricultura, de conformidade com o Plano de Mobilização do pessoal mandado elaborar por V. Excia..

III - Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos do meu aprêço e consideração.

Gen. Firmo Freire
(General Firmo Freire do Nascimento)
Secretário Geral

JDR/os.

4130

138

(PALÁCIO DO CATETE)

H 31

Em 3 de junho de 1943.

RESERVADO

Do Secretário

Ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra

ASSUNTO :- Adiamento de convocação de servidores do Ministério da Agricultura.REFERÊNCIA :- Processos ns. 3 680/43 e 3 824/43, desta Secretaria, sem os quadros demonstrativos.

Of° 341/43, reservado, desta Secretaria.

ANEXO :- Quadros demonstrativos da mobilização do pessoal do Ministério da Agricultura.

I - Tenho a honra de encaminhar a V. Excia. os quadros demonstrativos da mobilização do pessoal do Ministério da Agricultura.

II - Os referidos quadros deixaram de acompanhar o ofício reservado n° 341/43, que esta Secretaria Geral dirigiu ao Senhor Presidente da República, e por Sua Excelência submetido ao exame e parecer desse Ministério.

III - Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de meu alto apreço e consideração.

fm. Firme Freire do Nascimento
(General Firme Freire do Nascimento)
Secretário Geral

JDR/os.

DOCUMENTO 4

PROVENIÊNCIA	Arquivo Nacional
ESPÉCIE DOCUMENTAL	Ofício Confidencial
EMISSOR	Secretário Geral General Firmo Freire do Nascimento
DESTINATÁRIO	Excelentíssimo Senhor Presidente da República
DATA TÓPICA	Palácio do Catete
DATA CRONOLÓGICA	4 de junho de 1943
FUNÇÃO DO DOCUMENTO	Estudando as questões de após-guerra e local do Brasil diante do cenário internacional de política externa.
ASSINATURA	General Firmo Freire do Nascimento
QUANTIDADE DE PÁGINAS	1 página
ANEXOS	Processo n. 3804/43, da Secretaria Geral
LOCALIZAÇÃO	Documento n.4 Página 65
DESCRIÇÃO PARA CATÁLOGO E INDEXAÇÃO	O Ministro das Relações Exteriores encaminha ao Presidente da República Getúlio Vargas sugestão para a criação de uma comissão para cuidar dos assuntos do pós-guerra. Ele sugere, ainda, através de motivos que envia em anexo, que este seria um momento vantajoso para o Brasil se colocar em uma distinta posição diante do cenário internacional.
OBSERVAÇÃO	O processo em anexo citado no documento não consta em seu dossiê original.

(PALÁCIO DO CATETE)

Em 4 de junho de 1943.

CONFIDENCIAL

Do Secretário Geral
Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ASSUNTO :- Comissão de estudos das questões de após guerra.

ANEXO :- Processo n. 3 804/43, desta Secretaria Geral.

I - O Sr. Ministro das Relações Exteriores, em a exposição de motivos anexa, submete ao alto exame de VOSSA EXCELENCIA alguns dos múltiplos problemas criados pela guerra atual, focalizando particularmente os aspectos que dela decorrerão, no período de após-guerra, para as nações chamadas a intervir no conflito. Particularizando o caso do Brasil, faz um ligeiro resumo das nossas necessidades e salienta a vantagem de aproveitar o momento para assegurar-nos a supremacia sul americana e uma posição distinta no cenário internacional. Conclue S. Excia. pela necessidade de serem estudadas, desde já, todas as questões de interesse nessa ordem de idéias, sugerindo seja criada uma comissão para esse fim.

II - O Sr. Ministro das Relações Exteriores ainda alude aos problemas referidos em uma carta confidencial dirigida a VOSSA EXCELENCIA, em 25 de janeiro proximo findo, em que, segundo afirma, expoz com minucias os problemas brasileiros em face da situação atual e de suas prováveis consequências.

III - Parece oportuna a sugestão do Sr. Ministro das Relações Exteriores.

IV - Sirvo-me do ensejo para apresentar a VOSSA EXCELENCIA os protestos de meu alto apreço, consideração e respeito.

Ju. Firmo Freire
(General Firmo Freire do Nascimento)

Secretário Geral

IS/os.

2 FEB E O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

O entendimento do termo patrimônio parte, antes de tudo, do estabelecimento de seus limites conceituais. Dessa forma, toma-se como base que patrimônio é uma construção humana (CHUVA, 2005), o que pressupõe que objetos e documentos surgem com o objetivo de nos serem úteis e seu acúmulo é revelador da identidade de um povo.

Neste estudo, busca-se analisar a construção do patrimônio referente à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, período em que podemos perceber significativas nuances na acumulação de patrimônio, tendo reflexo até os dias atuais.

Assim, a preservação do patrimônio referente ao período alia-se a constantes atividades de estudo ou celebrativas do período, com a criação de museus, publicação de artigos e revistas especializadas, livros escritos por estudiosos e veteranos, arquivos que possuem conjuntos documentais e, até mesmo, coleções particulares pertencentes a ex-combatentes e entusiastas do tema.

São objetos e documentos que superam o passar do tempo, e um tema que se nega a esgotar possibilidades de escrita, estudos, novos entendimentos e descobertas. Quando o passado ressurge no presente repleto de interesse e significado, temos então o patrimônio, expresso na curiosidade pela própria história.

A etimologia da palavra patrimônio está geralmente relacionada aos termos bens e herança; porém, seu sentido está mais ligado a um conjunto de valores do que a seu significado literal no dicionário. A ideia de patrimônio está vinculada ao conceito de memória, que é a grande acumulação de todos os saberes, afazeres, comportamentos e experiências (BELLOTTO, 2000, p. 152), e sua relação com a identidade de um povo. Ainda podemos entender em patrimônio que sua concepção “surge imbricada no processo de consolidação dos Estados Nacionais, servindo como justificativa ideológica para a construção de uma identidade nacional” (POSSAMAI, 2000, p.16).

Márcia Chuva (2005) propõe ainda que “a noção de patrimônio está imersa na História – é uma construção humana. Ela surgiu associada às práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação enquanto tais”. A autora ainda afirma que a acumulação de vestígios materiais surgiu junto ao cristianismo e a construção da identidade dos mesmos (CHUVA, 2005).

Tomando essas definições como base, entende-se que a noção de patrimônio só é consolidada a partir do entendimento da identidade de um povo. Trabalha-se, então, com o conceito de memória, para que assim seja possível perceber como se dará a consolidação da preservação das características de um povo através das suas particularidades, de sua acumulação de objetos e construções civis, sejam estas de cunho prático como moradia ou como culto ao belo e demonstração de feitos históricos (monumentos).

Nesta concentração de artefatos do passado, há a diferenciação entre reunião de objetos, documentos e monumentos. Zita Possamai, em seu artigo denominado *O patrimônio em construção e o conhecimento histórico*, encontra nas ideias de Jacques Le Goff a proposição de que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, enquanto o monumento existe para interpelar a memória (POSSAMAI, 2000, p.19). Há, no entanto, uma semelhança entre os autores Le Goff e Choay quanto à conceituação de documento e monumento; a autora retoma a diferenciação proposta por Choay, que identifica monumento e monumento histórico, tendo sido o primeiro criado para relacionar a memória aos indivíduos e o segundo, surge posteriormente, no momento em que se decide preservar uma ou outra construção (POSSAMAI, 2000, p.19). Vê ainda uma proximidade às considerações de Le Goff relativas a monumento (que evoca a recordação) e documento (como forma escrita) e, além disso, como uma escolha do historiador como prova e testemunho (POSSAMAI, 2000, p.19).

Com a dificuldade de encontrar um conceito que englobe a definição de patrimônio e pela na necessidade do entendimento dos vários fatores que levam a construir uma narrativa para este acúmulo material ao longo da trajetória de uma nação, Viana e Mello trazem proposições de forma a aprimorar os pontos já esclarecidos sobre patrimônio:

O patrimônio possui forte potencial para atribuição de identidades, sejam elas: individuais, coletivas, nacionais, étnicas, de gênero, entre outras. A definição do que possa ser ou não patrimônio de um grupo, nação ou mesmo da humanidade, estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder. As instituições políticas e de saber acadêmico, ou seja, as instâncias de julgamento e convencimento e as de saberes científicos, respectivamente, somadas à opinião pública, compõem o tripé a ser considerado na definição de bens patrimoniais (2013, p.3).

Embora não exista um conceito que defina pontualmente o que é patrimônio, podendo ser mais bem apresentado e compreendido junto ao entendimento dos conceitos de memória e identidade social, dispomos de algumas especificações que podem englobar de forma mais ampla seus aspectos. Fala-se então em patrimônio histórico, patrimônio cultural – sendo este ainda dividido em material e imaterial e patrimônio documental. Estas definições e esclarecimentos serão vistas no decorrer do presente trabalho.

2.1 Patrimônio Histórico e Patrimônio Cultural

Segundo Eduardo Jorge Esperança, patrimônio histórico

designa um suporte destinado à fruição de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que junta a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e saber-fazer humanos (ESPERANÇA, 1997).

Mas o que há, de fato, é o uso de duas expressões para designar o mesmo conjunto de artefatos, onde *patrimônio histórico* e *patrimônio cultural* referem-se ao mesmo conjunto de objetos acumulados por uma sociedade. Neste entendimento, as duas expressões são sinônimos, sendo usadas, no entanto, para dar significado a

estes objetos. Para o presente trabalho, termo *patrimônio cultural* está adotado sempre que se faz necessário.

Tendo em vista este entendimento quanto à definição de patrimônio histórico e patrimônio cultural, dispomos aqui da visão de Carlos Lemos (1981, p.8) e de sua divisão do patrimônio cultural em três grandes grupos, sendo eles: os elementos ligados ao meio ambiente, os ligados ao conhecimento e o saber e ao saber-fazer e ainda o terceiro com os objetos e artefatos. Porém, é interessante que sejam levados em conta apenas dois aspectos desta divisão, a de bens móveis e imóveis. A divisão de bens móveis faz referência aos livros, documentos e suportes tradicionais enquanto os bens imóveis referem-se a obras da arquitetura e urbanização (BELLOTTO, 2000, p.156).

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão responsável por “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (IPHAN, 2014), possui semelhante divisão de bens culturais. Segundo o Instituto, a Constituição Federal de 1988 “ampliou a noção de patrimônio a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial” (IPHAN, 2014).

Dentro dessa conceituação de patrimônio cultural, os documentos encontram-se classificados como bens móveis por seu suporte. Dessa forma, apresentaremos na sequência o conceito de patrimônio documental.

2.2 Patrimônio Documental

Designa-se patrimônio documental o conjunto de documentos que se destinam ao arquivo permanente por já terem cumprido a função pelo qual foram criados. Após passarem pela tabela de temporalidade, todos os que não serão eliminados e contam a história dos órgãos pelos quais tramitaram em sua fase

corrente permanecem no arquivo intermediário antes de seguirem para o permanente, em que todos estes fazem parte.

O patrimônio documental é um desdobramento do patrimônio cultural, a documentação histórica é um bem cultural da sociedade. Existe esta diferenciação terminológica porque há a necessidade de um tratamento diferenciado, assim como não seria possível tratar uma escultura ou um monumento da mesma forma que tratamos e lidamos com os documentos. Estas diferenciações se fazem necessárias para que não tenhamos apenas o entendimento do que consiste o bem cultural tratado, mas para também poder dispor dos certos profissionais para trabalharem este material, seja na guarda, ou mesmo no que diz respeito à educação patrimonial.

Há, no entanto, algumas diretrizes a seguir para identificar todos os documentos que compõem o corpo do patrimônio documental, por exemplo, observar se já cumpriram sua função imediata e se já tiveram seu trâmite pelo arquivo corrente. Assim,

já submetidos à tabela de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou nesta instituição (BELLOTTO, 2000, p. 154)

Sendo assim, todos os documentos de valor histórico fazem parte do arquivo permanente de uma instituição, sendo que neste encontram-se “provas e testemunhos que ficarão armazenados” (BELLOTTO, 2004, p. 25) e disponíveis aos pesquisadores e interessados pela própria história ou que busquem perceber de maneira crítica a relação entre sociedade e indivíduo.

Entende-se então que todos estes documentos que reunidos foram o corpo do arquivo histórico de uma cidade, nação, etc, compõem o que é definido conceitualmente como patrimônio documental. Estes acervos estão em sua maioria, respeitando-se os prazos de guarda, à disposição de toda a população civil. É de interesse geral, ou deveria ser ao menos, o acesso a estes documentos, porque é através deles que obtemos muitos esclarecimentos a respeito do funcionamento da sociedade civil hoje e podemos compreender como ocorreu sua desenvoltura e desdobramentos na atualidade.

Segundo o IPHAN (2014), os documentos fazem parte do que convém ser chamado como patrimônio material, em oposição ao patrimônio imaterial. Como já dito, o patrimônio material está dividido em bens móveis e imóveis onde os documentos se encontram classificados como bens móveis, em que também se enquadram fotografias, livros, paisagens e sítios arqueológicos. Portanto, o acervo histórico é um bem protegido conforme legislações específicas.

É papel do profissional de arquivo (entendido aqui como Arquivista ou outros profissionais que trabalhem junto aos acervos permanentes) administrar, preservar, gerir a informação e divulgar o conteúdo de seus acervos. Assim como um bem a ser preservado, os documentos devem ser divulgados por seu conteúdo, como objeto de estudo não apenas das disciplinas humanas. Os documentos, com sua informação, dados e estatísticas contribuem para o esclarecimento de muitos comportamentos da população, práticas sociais e hábitos. A verdade é que o arquivo histórico está repleto de informações à disposição da sociedade, que deve aproveitá-las, não entendendo apenas como local destinado aos pesquisadores e acadêmicos, mas como local onde é possível colher informações que dizem a respeito de sua própria identidade. Documento também é patrimônio histórico/cultural e deve ser protegido e divulgado.

2.3 FEB vista por seu Patrimônio

Dentre tantos momentos históricos reunidos e entendidos individual e coletivamente, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, embora de forma rápida, é um momento histórico relevante, que deve ser estudado e compreendido em sua totalidade.

A contribuição do patrimônio documental possibilita demonstrar essa importância, pois, mesmo com a guerra tendo sido marcada de forma catastrófica para a sociedade, não podemos excluir a participação do Brasil, mesmo que em

proporção menor que outras nações. Houve, por certo, uma transformação no cotidiano do país, afetando em maior ou menor forma a população brasileira.

Desde o soldado que foi enviado para combate na Itália, com o objetivo de defender a pátria em conjunto com soldados de outras nações, até a dona-de-casa que contribuiu com seu trabalho em fábricas, todos participaram direta ou indiretamente desta breve aparição do Brasil em um conflito bélico de proporções mundiais.

O envio de homens e mulheres para o esforço de guerra ocorreu através da Força Expedicionária Brasileira; mesmo quem não foi à guerra sentiu o impacto da mudança em sua rotina, com racionamentos de energia e alimentício, somado a uma forma mais efetiva de participação, como o trabalho em fábricas. O autor Eric Hobsbawm diz, em seu livro *A Era dos Extremos – O Breve Século XX*, que a guerra afetava a todos, independente de irem ou não para a frente de batalha todos sentiam os resultados no cotidiano, do conflito armado:

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria: é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados quantidades inimagináveis: produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida de todos os países nela envolvidos (HOBBSAWM, 2008, p. 51).

Em meio a este panorama, há uma grande produção documental. Na esfera oficial, o Exército Brasileiro foi responsável pela publicação de periódicos e documentos administrativos durante os anos de guerra. Eram produzidos naquele momento com o objetivo de servir à sociedade, fornecer informações e promover a gestão do cotidiano; contudo, hoje este material é entendido como patrimônio. Segundo Bellotto:

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida das instituições. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer de sua existência. Arquivos são capazes de demonstrar como decorrem – e decorreram – as relações administrativas, políticas e sociais por ela mantidas, tanto no âmbito

interno como no externo, sejam com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que lhe são, hierarquicamente, superiores ou inferiores. Estão na raiz de todos os atos de causa, efeito e resultados do para quê, do como, do porquê, de quando e do quanto, sob todos os pontos de vista, do ser e do existir das entidades que vão surgindo, em decorrência das necessidades de uma sociedade (BELLOTTO, 2002, p.167).

Nestas condições, o Exército Brasileiro acabou contribuindo com a construção do patrimônio documental. Em um primeiro momento, na gestão de suas atividades administrativas, com a produção de uma infinidade de tipos documentais, como boletins diários, pareceres técnicos, notas de instrução, mensagens aos expedicionários, ordens do dia. Documentos ricos em informações a respeito de como se deu a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Em literatura produzida pelo Exército para orientar a preservação dos bens culturais de sua organização e marcar a importância que tem para a população sua difusão em exposições e mostras, vemos que

o desenvolvimento é uma aspiração comum a todos. Entretanto, o verdadeiro processo de desenvolvimento deve estar baseado na identidade, no caráter nacional, caso contrário, poderemos ter uma nação rica mas dependente. Daí a necessidade de conhecermos e preservarmos o nosso passado, os componentes pretéritos do nosso processo histórico que orientarão, na conjuntura atual, a trajetória futura (CRESPO FILHO, 2005, p.13).

Embora exista a Política Cultural do Exército com suas particularidades, ela está ligada de forma hierárquica ao IPHAN e ao Arquivo Nacional, entre outros órgãos. Ou seja, a produção documental do Exército no correr de suas funções administrativas (e hoje pertencentes ao arquivo permanente) compõe parte do patrimônio documental brasileiro.

O desenrolar da guerra foi assunto rotineiramente abordado pelos jornais diários do país, mesmo em período anterior a entrada do Brasil na guerra. Como exemplo, os principais jornais da cidade de São Paulo (jornal O Estado de São Paulo) noticiavam diariamente fatos relevantes ocorridos na guerra.

A imprensa também esteve diretamente no *front* italiano, com a presença de correspondentes de diversos veículos, cobrindo o cotidiano da guerra e enviando ao Brasil notícias dos soldados e avanços junto ao esforço para o final da guerra.

Os correspondentes⁴ brasileiros ou não, que estiveram nos combates na Itália puderam acompanhar a movimentação das tropas e os acontecimentos diários do *front*. O próprio comandante da FEB, General Mascarenhas de Moraes, valorizou a atuação da imprensa na guerra:

a imprensa tem sido o arauto das aspirações populares e, não raro, segura orientadora de seus destinos, no exercício de sua nobre tarefa educacional. Destarte, no dramático desenrolar desta grande guerra, as democracias tiveram na imprensa dos povos livres, uma arma poderosa a serviço da verdade, da razão e da justiça (MORAES, 2005, p.331).

Um considerável número de publicações teve atuação durante o período do conflito bélico, dentre os quais citamos os jornais *Em Guarda*, *Nação Armada* e *Cruzeiro do Sul*, publicações que traziam em seu conteúdo o cotidiano brasileiro, a sociedade e a movimentação brasileira na Itália. São periódicos que, a partir da entrada do Brasil na Guerra, tomam o tema como o principal para a produção de matérias ou foram criados com o intuito de informar a população da situação bélica em que, de alguma forma, estavam todos inseridos.

Diferentemente dos dias de hoje (em que podemos contar com a tecnologia para disseminar as informações, contando com aparelhos que nos permitem acessar notícias de qualquer região do mundo a poucos toques em um telefone celular conectado à internet) naquela época a população dependia efetivamente dos jornais impressos para o conhecimento das notícias diárias, juntamente com as revistas, que retratavam costumes, tradições e sociedade, com matérias mais detalhada a respeito de moda, decoração, novidades em tecnologias, receitas, além de literatura e crônicas de autores em voga na época.

⁴ Os correspondentes de guerra são assunto amplamente trabalhado no capítulo um, explicando o contexto de sua convocação e sua participação no front e depois retomado no capítulo quatro, com sua produção textual e posterior publicação do material produzido em solo italiano durante a guerra.

Desta forma, a população entrava em sintonia com os acontecimentos e com o advento bélico; através destas publicações mantinham contato com o resto do país e do mundo, bem como da situação dos soldados em campanha da Força Expedicionária Brasileira.

Hoje contamos com arquivos, bibliotecas e museus enquanto guardiões da informação para dispor de todo este material recolhido durante a existência da Força Expedicionária Brasileira. Além da documentação produzida e recolhida, encontramos publicações de periódicos, jornais, gravações audiovisuais e sonoras do período, bem como uma série de objetos recolhidos e mantidos, dentre os quais podemos citar uniformes militares, armamentos, medalhas e objetos do cotidiano, como talheres, panelas e produtos de higiene pessoal. Há também um volume considerável de documentos, revistas e objetos em mãos de colecionadores particulares, que desenvolvem uma relação pessoal com o material herdado de familiares que participaram da guerra ou adquirido em locais próprios de comércio para este tipo de material militar.

Há no país alguns museus dedicados exclusivamente à exposição de material da Força Expedicionária Brasileira, juntamente com alguns que possuem pequenos ou grandes espaços com estes objetos, sem, contudo, serem exclusivamente dedicados ao tema. No sul do país, localizado em Porto Alegre/RS, há o Museu do Comando Militar do Sul, que possui objetos históricos da participação do exército na Segunda Guerra, incluindo um veículo blindado que esteve em combate pela Força Expedicionária Brasileira na Itália. Em Curitiba/PR, há o Museu do Expedicionário, dedicado exclusivamente a participação do Brasil na guerra, contando em seu acervo com objetos, documentos originais e armamento bélico.

No Rio de Janeiro/RJ, encontra-se o Forte de Copacabana, construção centenária que abriga, em espaço próprio dentro do Forte, o Museu Histórico do Exército, onde encontramos a exposição intitulada “O Exército na Formação da Nacionalidade”, de longa duração, contando através de exposição temática a história do Brasil desde o período colonial a partir da perspectiva militar. Nesta exposição há um espaço dedicado a Força Expedicionária Brasileira com objetos, manequins e audiovisuais, e mesmo não sendo um museu dedicado ao tema, dispõe de espaço específico para o mesmo.

A instituição museu exerce importante papel na sociedade, possibilitando a construção da identidade individual e coletiva, além de propor reflexão acerca do passado. Conforme Ulpiano Bezerra de Menezes⁵:

O museu deverá, além de evocar e celebrar o passado, também organizar-se para que uma sociedade determinada possa ser entendida como ela se apresenta, isto é, organismo vivo, sujeito a mudanças. Assim, o museu histórico pode contribuir para o enriquecimento da consciência histórica, que é a percepção da vida social como produto da ação humana, que a gera e transforma (MENEZES apud BARROSO, 2000, p. 149).

Por fim, dispomos de um considerável número de publicações de memórias dos participantes da guerra. São, em geral, veteranos que compartilham suas experiências bélicas, o contato com a violência e morte, o cotidiano com os companheiros e as vivências na Itália. São opiniões que formam uma malha capaz de expor visões do conflito por quem esteve em sua linha de frente. Através destes depoimentos é possível estabelecer um panorama do evento, com relatos do que ocorreu na Itália, fundamentais para que possamos compreender os fatos ocorridos a partir da perspectiva de quem por lá esteve.

Preservar e difundir estes acervos, que são bens culturais da sociedade, é importante, pois a contribuição ao entendimento deste particular momento na história brasileira é imensa. Através desta documentação de cunho militar é possível resgatar dados a respeito dos soldados, de sua rotina, suas tarefas e sua alimentação. São informações que contribuem para diversas áreas do conhecimento humano e devem ser difundidas, pois além do conteúdo imprescindível que contém, fazem parte do patrimônio cultural brasileiro.

⁵ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **Como explorar um Museu Histórico**. São Paulo: Museu Paulista, 1992. (Material didático)

3 IDENTIFICANDO FUNDOS DOCUMENTAIS: ALGUNS CUSTODIADORES

A criação de um documento é motivada pela necessidade de se fazer cumprir as atividades-meio e as atividades-fim de qualquer instituição. Com a FEB sua produção documental foi motivada pelas mesmas razões.

A partir do momento em que surge um documento, os arquivos são resposta natural e orgânica. E como consequência desta produção, são responsáveis por armazenar os mesmos e conferir-lhes organização de acordo com a importância da sua função e do seu conteúdo.

[..] o documento é testemunha do tempo, é a fonte com a qual nos abeberamos das informações de como a realidade se deu: é um vestígio do acontecido, é um registro produzido na trajetória dos homens vivendo nas várias dimensões do social. A fonte é documento das manifestações humanas – portanto é prova, registro da realidade, da história. Enfim, ela revela, fala, mostra e evidencia o real. Mas, para tal, o historiador tem que saber lê-la, com ela dialogar, capturar o que ela pode informar, dizer, revelar e desvelar. Ou seja, “tirar o véu”. Vale o mesmo para o profissional de arquivo, que deverá saber abordá-la para realizar seu arranjo (classificação, ordenação e catalogação) (BARROSO, 2002, p.197).

Quando um documento já não possui mais valor administrativo mas ainda contém informações relevantes para contar a história dos órgãos que os criaram (valor de testemunho e prova), então este documento torna-se permanente.

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, denominamos arquivo permanente o “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor” (BRASIL, 2005, p.34) Não são mais tais documentos utilizados pela atividade fim, a partir deste momento adquirem valor histórico.

Este grupo de documentos históricos que foram criados a fim de justificar a existência de alguma instituição, mas que seu prazo administrativo e de guarda intermediária já prescreveram, denomina-se fundo documental. Ainda segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, por definição de fundo temos

“conjunto de documentos de uma mesma proveniência” (BRASIL, 2005, p.97). O termo fundo documental em Bellotto é apresentado como:

Fundo de arquivo é o conjunto de documentos de toda natureza que qualquer corpo administrativo, qualquer pessoa física ou jurídica tenha reunido, automática e organicamente, em razão de suas funções ou de sua atividade. Isto é, dele fazem parte os rascunhos e/ou as duplicatas dos documentos expedidos e os originais e/ou cópias de peças recebidas, assim como os documentos elaborados em consequência das atividades internas dos organismos considerados e os documentos reunidos por sua própria documentação, bem como os conjuntos eventualmente herdados de outros organismos aos quais sucede totalmente ou em parte (BELLOTTO, 2006, p.128).

Um fundo que está se referindo a toda documentação produzida de forma orgânica é uma construção natural de um arquivo com documentos que refletem a história e administração do órgão produtor. Há também documentos da FEB alocados em coleções, que se diferenciam por não corresponderem ao princípio da proveniência, sendo agrupamentos de documentos vindos de diferentes produtores.

No *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* temos a definição de coleção como “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresenta alguma característica comum” (BRASIL, 2005, p.17).

Existe documentação da FEB distribuída em fundos e coleções, em vários arquivos, centros de documentação, museus, arquivos pessoais ou públicos, além de colecionadores que reúnem o material de familiares dos soldados que estiveram na guerra através de doações ou compras.

Cada instituição possui regras próprias quanto a sua organização e gestão. O acesso a estes documentos também é uma questão para cada local. Muito ainda não possuem nem organização compatível com o conteúdo que podem transmitir, não recebendo correto destino.

Os acervos arquivísticos podem – e isso é comum – estar simplesmente alocados como parte do patrimônio físico das instituições, em depósitos próprios ou misturados a outros materiais. Vários diagnósticos realizados no país indicam que a maior parte dos acervos brasileiros não foi recolhida aos

arquivos e nem sofreu qualquer tipo de tratamento profissional, permanecendo em inúmeros depósitos à espera de alguma solução (LOPES, 2002, p.179).

Hoje a Arquivologia já se encontra bastante avançada em termos de normatização e possui regras próprias, embora ainda longe do ideal. Dispõe ainda de órgãos como o Conarq (Conselho Nacional de Arquivos) com diretrizes que podem ser aplicadas por todos os arquivos, respeitando suas especialidades e tipo de acervo.

Ainda assim não é possível mapear de forma extensiva todos os acervos que contém algum documento referente à FEB e verificar se seus documentos encontram-se organizados e preservados segundo as normas arquivísticas. Devido a este amplo contexto de instituições e formas de preservar, assim como múltiplas formas de acesso, é que se optou por trabalhar com instituições que se diferenciam entre si nestes três aspectos: gestão, organização, preservação e acesso.

As escolhas são também em razão da variedade tipológica que é possível encontrar em cada uma das seguintes instituições, ao tipo de guarda documental e especificidades de cada um, desejando demonstrar as diferenciadas formas de custódia, acesso e de amplas possibilidades de exemplos de documentos.

O presente capítulo apresenta algumas destas instituições custodiadoras, a fim de esclarecer onde é possível, nos dias de hoje, encontrar esta documentação, qual a forma de acesso e, de forma abreviada, o que contém cada uma destas instituições.

3.1 A documentação da Força Expedicionária Brasileira hoje.

Durante sua existência, a FEB produziu/recebeu/acumulou documentos de toda ordem a respeito do trâmite militar que incluía seleção de pessoal, treinamento, material bélico, parte operacional como detalhes da retaguarda, alojamento, alimentação que foram produzidos no Brasil. Também documentação produzida no

campo de batalha, onde o Brasil exerceu sua participação no conflito. (outros documentos ilustrativos de interesse seguem em anexo).

Esta documentação engloba descrições das atividades do dia, operações militares, homens em batalha, as baixas, feridos e demais questões pertinentes junto ao teatro de operações. Estes documentos são referidos como “oficiais” por terem sido produzidos pelo órgão militar responsável pela administração e realização da participação do Brasil na guerra.

Em termos de diplomacia e relações internacionais, documentos foram produzidos sobre os laços políticos entre o Brasil e outros países. Ainda é possível encontrar muitos documentos a respeito dos trâmites da criação da FEB, pré-projetos de decretos sobre a situação de beligerância do país, atividade civil em tempos de guerra. Alguns destes citados encontram-se sob custódia do Arquivo Nacional, que será oportunamente trabalho no presente capítulo.

Documentos produzidos pelos expedicionários durante sua presença junto a FEB, tais como diários de guerra, certificado de reservista, registros que comprovavam a participação junto ao Exército. Outros exemplos são os cartões de ração para a retirada de alimentos, cartilhas explicativas de assuntos variados, como instruções em caso de acidentes com granadas, como se comportar diante do inimigo. Além de *souvenirs* que possam ter sido agregados como bilhete de cinema, cartão-postal, caixa vazia de cigarros ou passagem de trem.

Ainda há que se considerar o fato de que houve forte produção de material por parte da imprensa como jornais, revistas e correspondentes de guerra que seguiram ao lado dos pracinhas para acompanhar e reportar os acontecimentos. A participação dos correspondentes junto a FEB durante a Segunda Guerra Mundial foi anteriormente trabalhada, no capítulo 1 do presente trabalho.

Era através da mídia impressa e das rádios que a sociedade brasileira, incluindo os familiares dos pracinhas, ficava a aguardar notícias. Os acervos pessoais são compostos por todo material que era enviado pelos veteranos para suas mães, esposas ou namoradas além de parentes e amigos como cartas e fotos, que foram agregaram posteriormente às coleções que os veteranos criaram durante a expedição militar.

Ao longo deste capítulo abordaremos o histórico do fundo FEB e o conjunto (núcleo) concernente a FEB em: Arquivo Histórico do Exército, Arquivo Nacional, Arquivo do Primeiro Regimento de Infantaria/Regimento Sampaio e arquivos pessoais/coleções particulares.

3.2 Arquivo Histórico do Exército

O Arquivo Histórico do Exército (AHEX), localizado na cidade do Rio de Janeiro, possui sob sua custódia os documentos mais significativos para a história da participação do Brasil na Segunda Guerra.

São documentos que foram produzidos pelo Exército ao longo dos anos do conflito bélico, e incluem-se ainda boa parte da documentação criada no teatro de operações localizado na Itália.

Os documentos lá preservados a respeito da FEB tratam de assuntos sobre as atividades-meio e atividades-fim do Exército e referem-se as atividades desenvolvidas ao longo de sua participação no conflito mundial. Muitos passavam pelas mãos do General Mascarenhas de Moraes, no que diz respeito até de atividades do cotidiano militar (vide final deste capítulo, documento 5, página 91)

No fundo FEB há uma organização por tema e não por produtor. Foram anexados a estes fundos aqueles referentes aos subordinados do exército que, por razões da administração do mesmo ou com o fim da guerra, tiveram suas atividades finalizadas ou foram extintas.

O AHEX surgiu em abril de 1808, com o Príncipe Regente D. João, como Real Archivo Militar, subordinado ao Ministério do Estado, dos Negócios Estrangeiros e da guerra, com o intuito de preservar mapas topográficos e cartas marítimas do Brasil e seus domínios ultramarinos. Sua primeira sede estava localizada na Casa do Trem, onde hoje funciona o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. Em razão da proclamação da Independência do Brasil, seu nome foi modificado para Archivo Militar. Somente em março de 1934 é que o arquivo então muda seu nome para:

Arquivo Histórico do Exército. Hoje ele é subordinado ao Departamento Central da Secretaria do Estado da Guerra e, além disso, transformou-se também em Organização Militar. Segundo o Arquivo Histórico do Exército. O propósito de sua criação é o de preservar a memória do Exército Brasileiro. Seu vasto acervo possui itens como mapas, fotografias e documentos textuais, com início no século XVI. Entre o acervo custodiado, destacando-se entre outros, há material a respeito dos tratados de Madrid, Guerra Tríplice Aliança, Missão Militar Francesa, Missão de Paz em Suez e finalmente, o acervo da FEB.⁶

Cabe ainda dizer que o Arquivo Histórico do Exército, assim como o Forte de Copacabana e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, estão subordinados ao Departamento de Ensino e Pesquisa. Este, por sua vez, está subordinado ao Estado-Maior do Exército.⁷ Desta forma, estabelecem entre si, com o Arquivo Nacional uma ligação de cooperação/Integração/Ligação Técnica (CRESPO FILHO, 2005, p. 16).

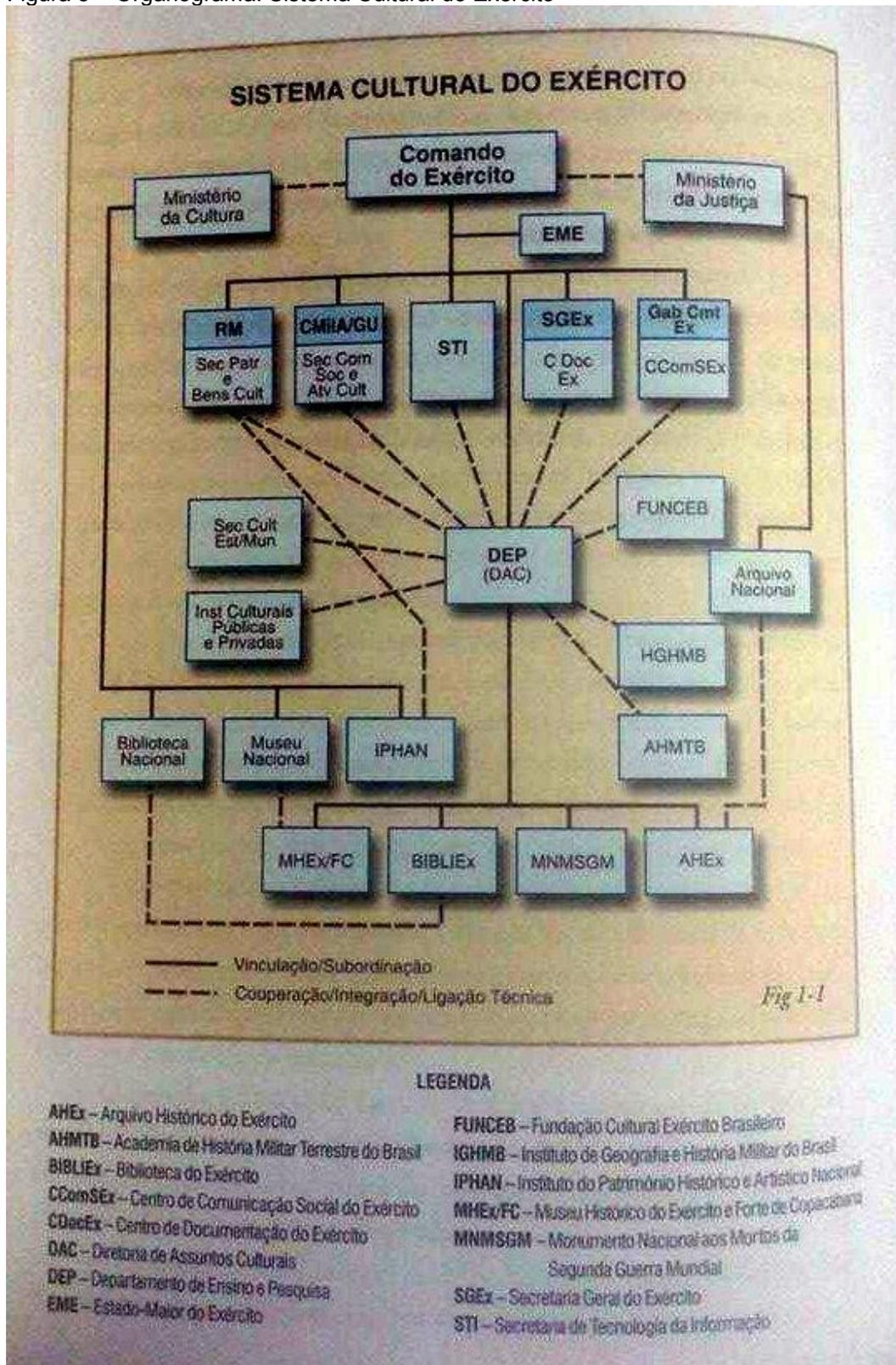
A partir destas relações é possível perceber que os documentos produzidos pelo Exército ficam alocados fisicamente junto ao seu produtor em razão da subordinação que possui com o Arquivo Nacional. Talvez pela subordinação que o Arquivo Nacional possui em relação ao Ministério da Justiça e esse por sua vez com relação de cooperação com o Comando do Exército, seja a razão dos documentos produzidos pelo Exército ficarem em suas dependências. E não no Arquivo Nacional. Estas são conclusões obtidas a partir do organograma explicativo a seguir (Figura 5):

Todos os documentos produzidos por Regimentos do Exército, quando findam suas atividades ou são reorganizados com outros Regimentos, saem de seus arquivos e seguem para o AHEX. No caso da FEB, seus documentos também estão no AHEX em razão de sua existência ter encerrado em julho de 1945, portanto não possuem uma sede própria. O Regimento Sampaio, que será oportunamente trabalhado logo mais no presente trabalho, ainda segue existindo e desenvolvendo suas atividades militares, portando ainda possui seu próprio arquivo, onde estão seus documentos referentes a participação da FEB.

⁶ <http://www.ahex.ensino.eb.br/index.php/pt/>

⁷ Dados extraídos de organograma constante no livro *Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro*, de Jayme Moreira Crespo Filho (FIGURA 5).

Figura 5 – Organograma: Sistema Cultural do Exército



Referência: CRESPO FILHO, 2005, p. 16

3.3 Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional encontra-se hoje localizado na cidade do Rio de Janeiro, junto à Praça da República. Seu prédio construído no século XIX abriga documentação a respeito da administração pública federal. Possui também, sob sua custódia, outros documentos históricos de interesse público e privado.

Em relação a FEB, o Arquivo Nacional possui documentos oficiais, cartas, fotografia e material audiovisual. Em rápida pesquisa através de seu portal, em sua base de dados, é possível localizar uma lista de documentos referentes à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Entre os documentos disponíveis através de consulta virtual, estão cartas e telegramas solicitando inclusão ou exclusão junto a FEB. Estes documentos datam os anos de 1944 e 1945, e foram produzidos pelos próprios interessados ou por suas mães, apreensivas com a possibilidade de ver um filho morto em combate.

Ainda constam documentos sigilosos bastante interessantes e datados de 1943, que com devido tempo e oportunidade devem ser trabalhados por pesquisadores interessados pela participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Seu conteúdo apresenta, entre outras questões, lidando de forma secreta, a criação da FEB e início de parceria entre Brasil e Estados Unidos para o envio de tropas para a guerra. Neste material sigiloso constam 243 páginas de documentos, cuja origem consta como Palácio do Catete, antiga sede do Poder Executivo que se encontra na cidade do Rio de Janeiro. São documentos reunidos em dossiê que seguiram para diversas personalidades do Exército. Em alguns documentos contam a assinatura de Firmo Freire do Nascimento, secretário geral e chefe do Gabinete Militar de Getúlio Vargas, o presidente do Brasil naquele período. Segundo o Arquivo Nacional em sua área de identificação, no âmbito e especificação do conteúdo, consta:

Dossiê de documentos sigilosos da Secretaria Geral do Conselho Superior de Segurança Nacional (SG/CSSN) expedidos em 1943, nos quais predominam encaminhamentos de documentos sem os anexos, contendo regulamentação para

os casos de indisponibilidade para a incorporação de reservistas em tempo de guerra; relação de serventários da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional; proposta de criação do Serviço Civil obrigatório; proposta de imposição de obrigações civis em caso de guerra a estrangeiros residentes no Brasil; mobilização para convocação de servidores de diversos ministérios para os esforços militares; diversos despachos sobre dispensa de convocação ou adiamento; sindicâncias feitas pelo ministro da Guerra sobre atividades da empresa Bromberg & Cia.; termo de incineração de documentos sigilosos; parecer sobre alistamento de brasileiros em Forças Armadas estrangeiras; quadro sobre os lucros de guerra de algumas empresas; proposta de financiamento para instalações fabris; proposta de criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB); anteprojeto de convênio secreto entre Brasil e Estados Unidos para emprego de tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial; criação da FEB por meio de convênio secreto entre Brasil e Estados Unidos; incorporação ao patrimônio nacional de bens e direitos decorrentes dos testamentos de dois súditos alemães; atividade de norte-americanos em Fernando de Noronha; comissionamento de oficiais; entre outros. (BRASIL, Sem data)

Sua criação foi em dois de janeiro de 1838, através do regulamento número dois, o Arquivo Público do Império possuía como objetivo guardar a documentação pública que está dividida em três seções: Administrativa, Legislativa e Histórica.

Sua sede provisória estava localizada na Secretaria do Estado dos Negócios do Império e sua primeira sede oficial encontrava-se no edifício do Ministério do Império. Desde o século XIX até o século XX o Arquivo Nacional, surgido como Arquivo Público do Império, mudou-se de local algumas vezes. Em 1893, de Arquivo Público do Império seu nome muda para Arquivo Público Nacional e reorganiza-se em documentação Legislativa e Administrativa, Judiciária e Histórica.

Em 1907, muda-se para o antigo prédio do Museu Nacional e, em 1911, modifica seu nome de Arquivo Público Nacional para Arquivo Nacional, como é conhecido nos dias de hoje, modificando novamente a organização de sua documentação para as seguintes seções: Administrativa, Histórica; Legislativa e Judiciária.

No ano de 1932 há uma nova mudança quanto às suas seções, que ficam organizadas, então, da presente forma: Administrativa, Histórica, Legislativa e Judiciária, Biblioteca e Mapoteca. Além disso, possui agora uma Secretaria. Na década de 50, mais precisamente no ano de 1958, é aprovado o novo regimento do

Arquivo Nacional que implica na criação de novos conselhos, seções e serviços. Em 1985 o Arquivo Nacional muda sua sede para a qual está até os presentes dias, na antiga Casa da Moeda, localizada na Praça da República.

O acervo do Arquivo Nacional está composto por documentos, fotografias, caricaturas, postais, desenhos e mapas. Conforme descrição encontrada em seu site virtual há no Arquivo Nacional mais de 55 quilômetros de documentos textuais, cerca de 1,74 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, quatro mil caricaturas e charges, três mil cartazes, mil cartões postais, 300 desenhos, 300 gravuras e 20 mil ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera oito mil títulos.⁸

O Arquivo Nacional dispõe de dois tipos de pesquisa: a virtual, através de seu site eletrônico e a presencial. Para ambas encontra-se à disposição um sistema de bases de dados para que o consulente possa entrar em contato com a documentação existente e aprimorar sua experiência virtual ou física, até mesmo constatar se existe a documentação procurada. Entre as bases de dados temos o SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) o MAPA (Memória da Administração Pública) e a Descrição Multinível, além dos Instrumentos de Pesquisa.

No ano de 1983, o Arquivo Nacional tornava-se autônomo da administração do Ministério da Justiça para, posteriormente, em 2011, voltar a integrar a estrutura deste mesmo Ministério.

3.4 Primeiro Batalhão de Infantaria: Regimento Sampaio.

O Regimento Sampaio surgiu a partir da união de antigas unidades surgidas no século XIV na cidade do Rio de Janeiro. Foi somente na década de 40 que divisão recebe a denominação que o acompanha até os dias de hoje e é com foi

⁸ <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=165>

com este título que a unidade do exército acompanhou a FEB em sua expedição na Itália.

Possui, sob sua custódia, documentos que se referem às questões administrativas da FEB (vide final deste capítulo, documento 6, página 94), bem como documentos a respeito da atividade-meio e atividade-fim de seu Regimento. O Regimento Sampaio foi anexado ao corpo da FEB ainda no Brasil e seguiu como parte integrante até a Itália. Segue, ainda nos dias de hoje, desempenhando suas funções militares e subordinado ao Exército. O Regimento Sampaio é um exemplo de divisão militar que não se desmembrou, foi extinta ou ainda, se uniu a outros regimentos do Exército.

Se por ventura, o Regimento Sampaio encerrar suas atividades militares, sua documentação deverá ser destinada ao Arquivo Histórico da FEB.

Organizado inicialmente no formado de Terço, como era chamada a unidade militar segundo a estrutura do exército espanhol e que também foi adotado por Portugal, país que colonizou o Brasil, mostra-se, então, portador destas heranças militares trazidas ao país. O Regimento Sampaio surgiu como Terço Velho estruturado por Mem de Sá, o primeiro governador do Rio de Janeiro, com o propósito de expulsar os franceses que estavam invadindo o Brasil pelo litoral. O nascimento do Terço está ligado à fundação da cidade do Rio de Janeiro, portanto sua sede até hoje. Com o passar do tempo estas unidades militares, que não eram mais chamadas de terço, fundiram-se e então em meados do século XVIII no Primeiro Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro.

Em 1940 o Primeiro Regimento de Infantaria adquire o nome de “Regimento Sampaio” em homenagem a General Sampaio que também é Patrono da Infantaria. Por seus feitos militares junto a Divisão Encouraçada, como era chamada informalmente o Primeiro Batalhão de Fuzileiros da Corte.

Ao oficializar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através do decreto n 10.358 de 31 de agosto de 1942, o então presidente Getúlio Vargas declarou guerra aos países do Eixo. Teve o Exército Brasileiro como elemento para o treinamento e envio de efetivos para a luta armada. O Regimento Sampaio, como parte integrante do exército, tornou-se então integrante automaticamente da Força Expedicionária Brasileira como Infantaria Divisionária Brasileira.

Seu endereço, desde a criação até o presente encontra-se na Avenida Duque de Caxias, número 1672 na cidade do Rio de Janeiro/RJ e seus arquivos localizam-se preservados neste mesmo local. Através da documentação criada no período da participação da Segunda Guerra Mundial, é possível analisar os detalhes do cotidiano militar nos bastidores do conflito.

3.5 Coleções Particulares

Ao contrário dos arquivos que preservam a documentação produzida de forma orgânica, a coleção corresponde a uma organização de documentos selecionados através seu responsável. Por coleção temos conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente (BRASIL, 2005).

O colecionador reúne documentos com os quais ele cria uma linha do tempo pessoal, que envolve mais sua memória afetiva em relação ao que foi preservado do que reconstruir os fatos ocorridos nos quais sua vida tomou parte.

A autora Priscila Fraiz, em seu artigo denominado *A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema*, fala sobre o valor que tem o arquivo pessoal, diante de se proprietário e posteriormente o seu pesquisador:

Uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal, característica essencial dos seus documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Mas se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados (FRAIZ, 1998, p.62-63).

Ao desenvolver critérios pessoais de seleção de documentos, há a intenção de arquivar seletivamente o que ficará para a posteridade, como a pessoa acredita que viu o mundo ou como ele gostaria que os outros o vissem:

Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (ARTIÉRES, 1998, p.9).

As coleções particulares que foram constituídas por veteranos da Força Expedicionária Brasileira em sua participação na Segunda Guerra Mundial e que os acompanhou ao longo de suas vidas e que, com o decorrer do tempo virou parte da herança sentimental transmitida para seus filhos e netos, reúne uma série de espécies documentais tais como carta, bilhete de ônibus, ingresso de cinema, recortes de jornais e revistas, até documentos produzidos formalmente tais como os emitidos pelo Exército: boletins, pedidos de licença, documentos de registro enquanto expedicionário da FEB, entre outros. Eventualmente é possível encontrar nestas coleções certidão de casamento, pois alguns soldados vieram a se casar com cidadãs italianas, cujo país o Brasil combateu durante sua estadia na Europa.

Toda esta documentação, ainda em posse de seus produtores ou mesmo de sua família, alguns ainda que doados para instituições de memórias, somadas as informações contidas em documentos oficiais que, hoje se encontram nos arquivos aqui citados, compõem uma malha histórica que reconstrói, sob diversas perspectivas, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Embora as coleções sejam em parte a memória seletiva de quem os recolheu e organizou, são vestígios para que se possa perceber como foi vivido o conflito por quem protagonizou o mesmo.

Uma coleção de documentos, assim como os arquivos pessoais, são formas com as quais os indivíduos remontam suas histórias, valorizando ou esquecendo partes delas. As coleções são interessantes materiais para pesquisa, que deveriam ser mais valorizados. As coleções são perspectivas das histórias vividas e possuem em si, grande valor.

Não é possível, de forma individualizada, recontar toda a trajetória da FEB apenas através de uma coleção pessoal, porém ela auxilia no entendimento de muitas questões, elucidando dúvidas em pesquisas ou mesmo apontando novos caminhos e perspectivas.

DOCUMENTO 5

PROVENIÊNCIA	Arquivo Histórico do Exército
ESPÉCIE DOCUMENTAL	Ofício
EMISSOR	General Comandante da 1ª Divisão de Infantaria do Exército João Batista Mascarenhas de Moraes
DESTINATÁRIO	Excelentíssimo Senhor General Diretor de Engenharia
DATA TÓPICA	Quartel General da 1ª Divisão de Infantaria do Exército, Rio de Janeiro - RJ
DATA CRONOLÓGICA	19 de janeiro de 1944
FUNÇÃO DO DOCUMENTO	Solicita vistoria predial.
ASSINATURA	General Comandante da 1ª Divisão de Infantaria do Exército João Batista Mascarenhas de Moraes
QUANTIDADE DE PÁGINAS	1 página
ANEXOS	
LOCALIZAÇÃO	Documento n.5 Página 92
DESCRIÇÃO PARA CATÁLOGO E INDEXAÇÃO	Ofício solicitando vistoria no prédio que serve como instalação para a Companhia de Manutenção do Quartel General, localizado na Avenida Vinte e Oito de Setembro, número 276. O 1º Tenente Paulo de Oliveira e Silva prestará os devidos esclarecimentos quanto a vistoria.
OBSERVAÇÃO	

- QUARTEL GENERAL DA 1ª D.I.E. -

7
OPICIO

Rio de Janeiro, Em 19-I-944

Gen. João Batista Mascarenhas de Moraes

Exmo. Sr. Gen. Diretor d
Engenharia

Vistoria de prédio

I - Solicito vossas providencias no sentido de ser feita por esta Diretoria, uma vistoria no prédio sito à Avenida Vinte e Oito de Setembro nº 276, que se destina a instalação da Companhia de Manutenção desta Quartel General.

II - O 1º Tenente Paulo de Oliveira e Silva, portador deste, prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários ao official designado por esta Diretoria para proceder a vistoria solicitada.

Moraes

JOÃO BATISTA MASCARENHAS DE MORAIS
GEN. CMT. DA 1ª D.I.E.

DOCUMENTO 6

PROVENIÊNCIA	Arquivo do 1º RI - Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio
ESPÉCIE DOCUMENTAL	Boletim Reservado
EMISSOR	General João Batista Mascarenhas de Moraes
DESTINATÁRIO	1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária
DATA TÓPICA	Quartel General, Pistóia - Itália
DATA CRONOLÓGICA	10 de fevereiro de 1945
FUNÇÃO DO DOCUMENTO	Informar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária sobre os assuntos administrativos, tais como proibição de caça e câmbio monetário.
ASSINATURA	Coronel Adjunto Geral Oswaldo de Araújo Motta
QUANTIDADE DE PÁGINAS	2 páginas
ANEXOS	
LOCALIZAÇÃO	Documento n.6 Página 94
DESCRIÇÃO PARA CATÁLOGO E INDEXAÇÃO	Boletim Reservado para conhecimento e execução do 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária contendo assuntos diários e administrativos para instrução. Informa sobre mudanças e nomeações nos comandos, proibição de caça para quem não possui autorização de missão especial e câmbio de moeda no teatro de operações. Soldados brasileiros transferidos para tratamento nos Estados Unidos e multas a soldados por infrações.
OBSERVAÇÃO	Cópia do fac-símile do original obtido junto a coleção pessoal de Cesar Campiani Maximiano.

Induzido um "jeu"
da 10 de corrente
em 400 liras,
In. D.I.E.).
das multas acima
relação discrí-
erra, destinando
em campanha.-

5º EXERCITO
FORÇA EXPEDICIONARIA BRASILEIRA
1º ESCALÃO DA F.E.B.
1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONARIA

QUARTEL GENERAL EM
PISTOIA - ITALIA
EM 11 DE FEVEREIRO DE 1945
(Sábado)

BOLETIM RESERVADO Nº 8

PARA CONHECIMENTO E EXECUÇÃO DO 1º ESCALÃO DA F.E.B. E DA 1ª D.I.E.,
PUBLICO O SEGUINTE:

Regimento Sampaio - S 2
ENTRADA 5 - 10/11
SAIDA 1 - 11

PRIMEIRA PARTE

Assuntos diários:
Sem alteração.-

SEGUNDA PARTE

Assuntos de instrução:
Sem alteração.-

TERCEIRA PARTE

Assuntos gerais e administração:

*Compre
Armando Kottz
cel*

I - COMANDO GERAL DO TASK FORCE 45 (PROV.)

O Q.G.do IV Corpo em ordem geral nº 7, de 27-I-45, comunicou que o Exmo. Sr. Major General G.P.HAYS, 07149, U.S.A., foi nomeado Comandante Geral do Task Force 45 (Prov.) desde 0600 de 28-I-45, substituindo o Exmo.Sr.General de Brigada ROBINSON E. DUFF, 07388, U.S.A..-

II - CHEFE DE POLICIA DO Q.G.DO 5º EXERCITO

Em of.n.12, de 1º do corrente, o Q.G.do 5º Exército comunicou que o Cel. RAYMOND D.PALMER-015942, Cavalaria, foi nomeado chefe do Serviço de Policia Militar do Q.G.do 5º Exército, em substituição ao Cel. KIRK BROADDUS, 09665, Cavalaria.-

III - CAÇA NÃO AUTORIZADA

Recebeu-se do Q.G.do 5º Exército, o of. AG 250.1-P, de 24-I-45, que abaixo se transcreve:

1. A atenção de todo o pessoal militar deve dirigir-se às provisões do Memorandum Administrativo Nº 20, AFHQ, assunto: "Grupos de Caçadores", datada de 13 de Maio de 1944.

2. A nenhuma pessoa deste Comando será permitida a caça em qualquer Território na área do Exército, a não ser que ela tenha uma permissão especial fornecida pelo Chefe de Policia do 5º Exército.

3. A área entre a desembocadura do Rio Serchio e auto-estrada Nº 1 (Q0472; Q0072; Q0077; Q0377), Pistoia, folha nº 104, GSGS nº 4.164, escala 1:100.000, e posta "OFF LIMITS" para todo pessoal do 5º Exército, exceto aquelas pessoas cujas obrigações exigem que elas entrem nesta área. O Oficial Senior das Unidades, bivacado nesta área, será responsável pelo policiamento desta área, e, ele deve fazer com que sejam presas todas as pessoas apreendidas, violando estas instruções. Uma parte de Delinquência por escrita deve ser feita, a esse Q.G., sobre todas as pessoas que forem apreendidas!-

IV - EVACUAÇÃO PARA OS ESTADOS UNIDOS - TRANSCRIÇÃO DE TELEGRAMA

Recebeu-se de QG MTCUSA (encaminhamento do Cmt.da S.B.B.), o telegrama 231940A Janeiro 1945, que abaixo se transcreve:

"Confidencial.. AGWAR Cabo WX 24189 datado 21 Janeiro 1945 autoriza a evacuação para o Continental Estados Unidos de pacientes do Exército Brasileiro com grandes amputações para tratamento definitivo inclusive a colocação de prosthesis nos nomeados Hospitais Gerais "2º Sgt. JAIR".-

- 29 -

CONT. DO B. RESERVADO Nº 8, DE 10-II-45V - CONTROLE DE PAPEL MOEDA

Recebeu-se do Q.G. do IV Corpo, o of. A.G. 120-K, de 14-I-45, que abaixo se transcreve:

"1 - Pede-se atenção para o seguinte extrato da carta do Q.G. MTUSA datada de 3-I-45, sobre controle de circulação: "Chegou ao conhecimento do General Comandante da Força Norte Americana, no Oriente Médio, que o pessoal de MTUSA está apresentando para cambio no Oriente Médio, grandes somas de dinheiro desta teatro. A USAPIME está emitindo instruções para proibir os oficiais do serviço de fundos naquela area, de cambiar tais moedas sem certificados dos oficiais do serviço de fundos deste teatro".

"De acordo com o § 5, Secção 2, da Circular 111 do Q.G. de NAFROMA, datada de 7 de setembro de 1944, avisa-se a todo o pessoal, que a moeda local deve ser trocada por moeda americana, selo amarelo, antes da partida deste, para outro teatro de operações. No caso de voltar a este teatro, de um outro T., qualquer, toda a moeda local deve ser cambiada por moeda americana, selo amarelo, antes da partida daquele teatro".-

QUARTA PARTE - Justiça e disciplina:

VI - APLICAÇÃO DE MULTAS

De acordo com as instruções publicadas no B.I. n.28, de 8 de setembro do ano p.findo e conforme partes de transgressão encaminhadas a este Q.G., pelo IV Corpo e Chefia do Serviço de Polícia, aplico as seguintes multas:

- 1º Tenente ANTONIO MONTEIRO SILVA, do 6º R.I., por ter no dia 29 do mês p.findo, na Auto-Estrada, excedido a velocidade máxima prescrita para veiculo de 1/4 ton., - incurso na letra a da 3ª. penalidade, e multado em 400 libras.

- 1º Tenente JOSE GABRIEL DE AZEREDO COUTINHO FILHO, do 11º R.I., por ter deixado o veiculo que conduzia, abandonado sem a devida segurança, na cidade de Luca, - incurso na letra d da 4ª. penalidade, e multado em 500 libras.

- 1º Tenente LUIZ GONZAGA MOURA, do 11º R.I., por ter conduzido um "jeep", desprovido do respectivo talão de despacho, - incurso na letra d da 5ª. penalidade, e multado em 600 libras.

- 1º Tenente SINVAL SANT'ANNA REIS JUNIOR e 2º Ten. MARIO DE CARVALHO CAMARGO, ambos do 6º R.I., por terem deixado, no dia 25 do mês p.findo, na cidade de Lucca, o veiculo abandonado, sem a devida segurança, sendo ambos responsáveis, - são multados em 250 libras cada um, - de acordo com a letra a da 4ª. penalidade e as observações contidas nas regras e acidentes de trânsito.

As importâncias resultantes da aplicação das multas acima devem ser recolhidas ao S.F.D. acompanhadas de uma relação discriminativa, afim de serem enviadas ao Ministerio da Guerra, destinando-se ao fundo, para as familias das praças falecidas em campanha.-

VII - APLICAÇÃO DE MULTA - RETIFICAÇÃO DE ITEM

Declara-se que a multa aplicada ao 2º Ten. PORFIRIO FRAGA BRANDÃO, foi por haver o mesmo oficial transitado sem o talão de despacho e assumido a responsabilidade por essa infração - e não como por equívoco, foi publicado no item V do B.Res.n.12, de 20-12-44.-

(a) JOAO BATISTA MASCARENHAS DE MORAIS
Gen.de Divisão Cmt.do 1º Esc.da
F.E.B. e da 1ª.D.I.B.

CONFERE:

Oswaldo de Araujo Matta
OSWALDO DE ARAUJO MATTÁ
Cel., Ajt. Geral

"2ºSgt.JAIR".-

ap

4 ARQUIVOS PESSOAIS: O VETERANO E SEUS FUNDOS DOCUMENTAIS

A documentação produzida pelos veteranos ao longo de sua participação na Segunda Guerra Mundial representa uma importante parcela para a construção historiográfica da presença do Brasil no conflito. Organizados a fim de manter a memória destes dias de outrora, os veteranos utilizam-se de recursos para agrupar documentos e objetos que remetem a um passado vivido por eles enquanto soldados, de forma individual e coletiva.

As múltiplas formas de uso dos arquivos pessoais se dão em razão das características e particularidades que levaram o indivíduo a organizar suas memórias. Neste âmbito, o papel do arquivista mostra-se indispensável para a recuperação da informação ali contida, pois a maioria destes arquivos não foram organizados. Através do artigo *O arquivista na sociedade contemporânea*, de Heloísa Bellotto, é possível elucidar o seu papel:

Do arquivista depende a eficácia da recuperação da informação, sua uniformidade, ritmo, integridade, dinamismo de acesso, pertinência e precisão nas buscas, porque terá havido precisão na classificação, avaliação e descrição. Sua atuação pode – e muito – influir no processo decisório das organizações e nas conclusões a que chegam os historiadores a respeito da evolução e identidade da sociedade (BELLOTTO, 2003)

Atualmente estes acervos encontram-se dispersos nas mãos de seus criadores ou com seus familiares. Ressalva alguma doação para instituições de memória como o caso de Virgínia Portocarrero, que participou como enfermeira integrante da FEB na Itália e escreveu diários durante sua estadia na Europa. Além destes diários ela ainda reuniu fotos, recortes de jornais, desenhos, panfletos e outros documentos que foram doados em 2010 para a Fundação Oswaldo Cruz, localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Houve interesse da instituição em receber e tratar esta documentação para disponibilizá-la ao público. Graças à doação da produtora deste material que foi recebido e hoje se encontra à disposição.

Nesta fundação é possível solicitar pesquisa remota através de email, mediante taxa de pagamento, o que possibilita a qualquer pesquisador do País receber a pesquisa através dos Correios ou mesmo digitalizado por correio eletrônico. É um fato positivo, pois assim há economia de recursos humanos e financeiros para qualquer pesquisa, seja esta acadêmica ou de interesse particular.

Quando um arquivo pessoal vira alvo de interesse público e de pesquisa, ele pode vir a ser recolhido pelo Poder Público, como confirma a lei n. 8.159 de oito de janeiro de 1991 e no Capítulo 3 – Arquivos Privados consta que:

Art. 11 – Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12 – Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 13 – Os arquivos identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único: Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.

Art. 14 – O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como os de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

Art. 15 – Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.

Art. 16 – Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social (BRASIL, 1991).

Desta forma o Poder Público poderia alegar interesse em algum acervo pessoal a algum veterano da FEB, assim como de outras personalidades. Segundo Rousseau e Couture, os destacados arquivistas canadenses, as leis contribuem positivamente e significativamente aos arquivos:

As leis de acesso a informação e de proteção das informações pessoais não tiveram porém como única consequência tornar a vida difícil às instituições de arquivo. A maior parte das vezes, elas foram

a chicotada necessária para que os organismos públicos se decidissem finalmente a tomar as rédeas da organização e o tratamento dos seus arquivos. Deste ponto de vista, as leis são outros tantos elementos importantes na evolução das instituições de arquivo e no desenvolvimento da arquivística na América do Norte. Como permitir o acesso a documentos sem lhes organizar de forma sistemática a recuperação e conservação da informação e como assegurar uma proteção eficaz das informações pessoais sem lhes controlar a criação, a difusão e a conservação? (COUTURE, ROUSSEAU, 1994, p. 217).

Neste entendimento, houve um acréscimo positivo da presença das leis no Brasil no que se refere aos acervos privados cujo interesse possa vir a ser público. O interesse também parte no âmbito familiar. São os parentes de personalidades como músicos, escritores e pensadores que reúnem material de suas vidas concomitante com a de suas carreiras.

Muitas vezes, em vida, não conferiram destino para sua documentação, e seus familiares acabam ficando responsáveis por esta destinação. Nem sempre este caminho passa ileso sem algumas pedras a atrapalhar o destino da memória e do patrimônio. A questão fica exemplificada através do autor Francisco Ferraz, onde cita que muitas vezes a questão dos direitos a memória fica em um impasse de difícil resolução:

Quando aos acervos das associações, há pouco interesse externo dos grupos de ex-combatentes, suas famílias e conhecidos. Universidades e centros de documentação pouco interesse têm manifestado pela documentação e acervos de associações. E mesmo quando isso ocorre, há o problema de chegar a um acordo sobre os direitos de propriedade e usos dos acervos, pois os centros de documentação investiriam recursos para reunir, organizar e disponibilizar o material documental e, naturalmente, o que não tem sido aceito pelas associações de ex-combatentes (FERRAZ, 2012, p.328).

O caminho, neste sentido, por ser tanto da procura da família por uma instituição como desta para com a família. Há um interesse das duas partes, da família em preservar a memória de um familiar que participou ativamente da história do País como da Instituição em integrar sua coleção com um novo personagem

histórico promovendo-lhe acesso a novas contextualizações históricas, novas memórias, histórias íntimas que podem vir a contribuir com a historiografia.

Alguns veteranos, ainda em vida, reuniram suas memórias e as transformaram em livro relatando suas experiências a partir de um ponto de vista bastante particular, o da sua vivência pessoal. Alguns os fizeram pessoalmente outros contrataram escritores profissionais para lhes ajudar nesta tarefa. Há ainda casos como o de Boris Schnaiderman com o livro *Guerra em Surdina*, onde o autor, que também foi soldado da FEB, transforma seus relatos pessoais em romance. Permeia a linha do autobiográfico e ficcional, mas também contribui para a memória da participação do Brasil da Segunda Guerra Mundial.

Os correspondentes de guerra, como Joel Silveira e Rubem Braga, cujos nomes já haviam sido explorados no capítulo 2 do presente trabalho, também compilaram sua produção textual. O material que havia sido publicado nos jornais à época agora podem ser acessados na íntegra, sem a censura vigente do período.

Em artigo denominado *Rubem Braga e Joel Silveira: Dois cronistas no front*, a autora Camila Marchioro comenta as razões pelas quais os textos dos correspondentes eram tão interessantes para quem lia suas publicações:

O que tornava os relatos desses autores, para o público leitor, mais interessantes que as próprias notícias de guerra era justamente uma das características da crônica citadas anteriormente: sua aproximação com o cotidiano. Os correspondentes não tratavam somente das estratégias dos exércitos, nem dos avanços das tropas por este ou aquele local, mas falavam principalmente do dia-a-dia dos pracinhas, mandavam recados para as famílias, traziam para as pessoas notícias da vida de seus entes queridos ou conhecidos. Explicavam como era a comida, os locais, como os cidadãos italianos conviviam com a guerra, as dificuldades dos pracinhas no frio, a fragilidade do teco-teco brasileiro e outros aspectos relacionados aos pequenos detalhes da Segunda Grande Guerra (MARCHIORO, 2013, p.256-257).

Nos textos do correspondente Joel Silveira é possível perceber o flerte do jornalismo com a literatura. Embora o correspondente faça uso de analogias para explicar ao seu leitor imagens do cotidiano do que o cerca, ele é bastante claro e preciso em suas palavras.

No exemplo abaixo, Joel Silveira descreve sua chegada na Itália com o segundo escalão da FEB. As palavras se tornam duras para entrar em sintonia com a hostilidade do ambiente em que se encontrava:

“Então isto é que é a guerra?”, eu me perguntava. Ambulâncias se enfileiravam pelo cais, descarregavam feridos. Bandos de soldados ruidosos, meio bêbados, enchiam as ruas. E quando veio a noite – a primeira –, veio completa, definitiva, camadas e mais camadas de treva e de nevoeiro. Munido de minha lanterna, arrisco andar pelo centro da cidade – aventura que me enche o coração de medo: é um desafio! Vozes e ruídos vêm da escuridão, indistintos, como um marulhar. Mulheres sorriem como autômatos, num exagero de batom, algumas vestidas apenas com os pesados casacos que as cobrem. Na praça de canteiros já sem forma, a estátua equestre de um herói qualquer havia perdido um pedaço do pedestal, agora transformado numa disforme ferida de cimento. E chegam do cabaré – ou *music box* – próximo, destinado apenas aos soldados, os sons de um *blues* mal tocado.

Pois aqui estou eu sozinho na enorme cidade subvertida, ferida de morte, invadida e estuprada de dias cinzentos e empoeirados que cheiram a gasolina e a pus, a grande cidade talada pela guerra. Aqui estou eu sem amigos e sem direção. Então, num lampejo, tudo me pareceu adulto – inclusive eu – Era isto: tudo amadurecera subitamente – a cidade, a noite, eu, os próprios meninos (numerosos e barulhentos como um enxame de abelhas famintas) que me perseguiam de mãos estendidas, sujos, insistentes, um bando sem fim de pequenos espantalhos. Tudo está maduro, à espera da morte. (SILVEIRA, 2005, p.27).

Nos texto do autor Rubem Braga, encontramos certo lirismo, passagens mais subjetivas. Aos escrever suas crônicas, escrevia detalhes do cotidiano para os leitores como se estivesse redigindo um texto literário e não um sobre um cenário de guerra. Braga denota algumas passagens em suas crônicas, repletas de calma, como se não estivesse em guerra. Descreve paisagens bucólicas como se fosse estivesse viajando como turista. Talvez para despistar o terreno violento e mortal de uma guerra. Na crônica intitulada “Pedras”, de janeiro de 1945. Rubem Braga descreve uma região pela qual ele passa:

Isso não é mais Toscana: é a Emília. Tenho passado uma boa parte destes últimos tempos a rodar em carro serra abaixo e serra acima por estes Apeninos tosco-emilianos e sua beleza não me cansa. É uma belíssima terra. O outono pintou esses montes de ouro e ferrugem, como lombadas de onça. As árvores estão nuas – com

exceção das oliveiras, dos ciprestes e um ou outro pinhal. Há, nas montanhas, aldeias completamente deliciosas, onde os pastores continuam a tanger as suas ovelhas. Milhares de fontes de águas claras descem para o vale, onde os rios e córregos estão sempre límpidos por mais que chova, correndo em seus leitos de pedras [...] (BRAGA, 1964, p.159-1960).

Os jornalistas Rubem Braga e Joel Silveira contribuíram significativamente para a construção da memória da FEB. Seus textos recriam imagens do cotidiano do Brasil da guerra.

De fato, não há instrumentos de pesquisa descrevendo acervos pessoais dos ex-combatentes, que seja capaz de orientar os pesquisadores em seus trabalhos e também como forma de mapearmos esta documentação.

Seria um trabalho relevante a ser feito no sentido de que não se perca após a morte de seus produtores. Desta forma, as instituições arquivísticas poderiam tomar conhecimento destas coleções e, se houvesse interesse, poderiam entrar com pedido para doação, a fim de organizar, preservar e divulgar as informações contidas nestes documentos.

Para localizar um acervo pessoal hoje é necessário entrar em contato com os veteranos e/ou seus familiares, ou mesmo a indicação de outros pesquisadores. Há de se considerar que muitos veteranos acabam desmembrando suas coleções ao longo dos anos as entregando a organizações ou pessoas e, por uma razão ou outra, acabaram por perder-se.

4.1 Documento e Arquivista

Os documentos são hoje preservados pela contribuição que promovem a respeito da vida, costumes e detalhes administrativos da existência humana, são fonte de prova e neste entendimento há a necessidade de lhes garantir um lugar de respeito, onde o papel do documento é garantido junto ao trabalho do arquivista.

No entendimento de que o documento possui valor probatório Rousseau e Couture dizem que:

Os documentos desempenham um papel de prova. Foram durante muito tempo produzidos e utilizados com esse fim. [...] Hoje em dia encontramos diversas categorias de documentos que têm valor de prova ou um valor legal. Das múltiplas formas, eles desempenham sempre um papel na defesa dos direitos das pessoas e das instituições (COUTURE; ROUSSEAU, 1994, p.33).

Desta forma, tendo então os documentos valor de prova e papel perante a sociedade diante da vida civil, administrativa e revelador de detalhes das relações entre os homens, possuem aliado a eles um profissional cuja capacidade primordial seja lhes garantir acesso. Uma espécie de guardião para promover a gestão, preservação e acessibilidade, sendo então este o papel do arquivista diante da sociedade moderna. A importância do arquivista é explicitada, ainda em Couture e Rousseau:

A sociedade tem, por arrastamento, cada vez mais necessidade de disciplinas e de técnicas capazes de fornecerem soluções de conjunto, viáveis e rendíveis para os inúmeros problemas suscitados pela gestão dessa massa de informações, em todas as suas dimensões, desde a sua criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação até à sua conservação. Os arquivistas e a disciplina arquivística contribuem já com diversas soluções concretas para esses múltiplos problemas e é por isso que o seu papel é cada vez mais reconhecido pela sociedade que eles servem (COUTURE; ROUSSEAU, 1990, p. 23).

Os documentos de arquivos possuem como aliado o profissional arquivista que é capaz de lhes garantir correta destinação e uso bem como se torna o responsável por sua guarda. É imprescindível sua presença diante dos arquivos contribuindo também no auxílio à pesquisa. Arquivos são ricas fontes de informação que possuem suas funções otimizadas e utilizadas ao máximo, como deve ser, se disporem de profissionais capacitados a orientar e lhes informar da correta forma de uso de seus materiais.

A relação entre documento e profissional, no contexto da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, pode ser exemplificada no livro *Barbudos, Sujos e Fatigados*. Em sua pesquisa, o professor Cesar Maximiano Campiani, no capítulo “O Mundo Através de uma Trincheira”, transcreve na íntegra uma carta de um soldado para um familiar cujo conteúdo remete a uma pacífica participação no conflito. Abaixo está reproduzido o conteúdo da carta, como consta no livro (vide final deste capítulo, documento 7, página 115).

Itália; em 15 – 1 – 1945

Saudações.

Bom Titio Antonio,

Espero que ao receber esta o sr. E todos estejam gozando a mais perfeita saúde.

Quanto eu aqui, vou indo bem graças ao bom Deus.

Titio, estamos passando uma temperatura bem diferente do Brasil. Aqui há muita neve: é para nós um tanto esquisito ver a terra coberta de neve; mas quanto à temperatura que ela causa; devido nossos bons agasalhos nós não a sentimos.

Também já andei em diversos lugares da Itália; alguns muito interessantes; mas não tão belo como o Brasil.

Termino enviando abraços aos primos e primas.

Ao Titio e Titia, abraços; e abençoem o sobrinho

Antonio Amarú

(MAXIMIANO, 2010, p.99-100).

Esta correspondência demonstra os preceitos de segurança quanto a localização, impostos pelo Exército e anteriormente abordados, no primeiro capítulo do presente trabalho. Assim como também deixa claro o tom brando, como que por diminuir o sofrimento que é estar em um conflito armado, assim como não transparecer para os familiares, deixando-os preocupados e aflitos.

A verdade é que este soldado passava, junto de seu batalhão, por dificuldades na Itália, em *Barbudos, Sujos e Fatigados* estão explicitadas as agruras da vida no front. Também revela os motivos, além da censura, pelos quais o soldado, bem como muitos outros, evitava falara a verdade:

O batalhão de Amarú havia sofrido um retumbante revés havia pouco mais de um mês, no ataque de 12 de dezembro de 1944 ao Monte Castello. Janeiro de 1945 foi um mês crítico para a infantaria brasileira. O inverno europeu estava no auge, havia poucas possibilidades de deixar os abrigos durante o dia ou de locomoção. Muitos soldados desenvolveram problemas de saúde em função das condições insalubres dos *foxholes*, especialmente o “pé de trincheira”, uma espécie de trombose causada justamente por falta de circulação dos membros locomotores. Amarú, no entanto, escreve sobre amenidades, embora faça uma referência ao frio. A indicação da origem da carta é somente “Itália”, de acordo com as diretrizes da censura – e não sem razão. Imagine-se a mãe de um soldado recebendo uma carta cujo cabeçalho contivesse: “de dentro de um buraco gelado a mil metros de altitude”. Mensagens pouco eloquentes como essa transmitiam quase nada sobre o que realmente se passava com quem enfrentava quinhão mais árduo da guerra. E mesmo depois do retorno a maioria dos veteranos também evitou aborrecer os parentes com recordações desagradáveis (MAXIMIANO, 2010, p.100).

É neste exemplo de carta e posterior pesquisa que se transformou em livro, que é possível perceber a dinâmica relação que se estabelece entre documento e pesquisador. Se um documento for avaliado individualmente, fora de seu contexto de produção, ele nada significará. Porém, ao reunir documentos que estabelecem entre si, relação direta ou indireta, bem como pesquisa bibliográfica, é possível construir uma malha histórica.

Uma carta, isoladamente, não contribui significativamente para a história. No presente caso, não contribui de forma individualizada para a contextualização entre a vida real no teatro de operações e o que os soldados informavam a suas famílias. O trabalho do pesquisador é reunir estas pistas para decifrar o quebra-cabeça histórico. O papel do arquivista, entre outras atribuições, é dispor destes documentos, sua gestão, preservação, bem como elaboração de instrumentos de pesquisa que visam a otimização de trabalhos, acadêmicos ou não.

Um documento, quando bem contextualizado abre um leque de possibilidades. Seja uma carta ou um conjunto delas, só terão correta utilização quando um profissional capacitado lhes der correta destinação.

No sentido de entender o que é um documento de arquivo e qual seu papel diante da sociedade e indo além, compreendendo qual o lugar do arquivista nesta frente de trabalho, que a visão de patrimônio se amplia. Através da preservação documental preserva-se a memória individual e coletiva de toda a sociedade que

produz documentos constantemente, sejam no desempenho de suas funções corriqueiras e administrativas ou de forma íntima e pessoal em suas coleções pessoais, seus diários e pequenas lembranças. Arquivadas muitas vezes de forma aleatória que, em dado momento, podem chegar até as mãos de uma instituição mantenedora de memórias que as tratará dando-lhe não apenas seu significado inicial, motivo pelo qual seu criador desenvolveu a coleção, mas o significando.

No entendimento da relevância social e do papel dos documentos e arquivos, ao trazer à tona as lembranças pessoais e as vividas em sociedade, os documentos produzidos pelos veteranos brasileiros no período da Segunda Guerra Mundial adquirem múltiplos significados. Esta valorização do documento pessoal é transmitida através dos arquivos pessoais, que possuem suas particularidades arquivísticas, com normas próprias que lhes garantem melhor organização, gestão e acesso. Através das coleções pessoais há um novo conjunto de subsídios para a compreensão do significado dos fatos ocorridos no passado que se complementam com outras fontes, arquivos e documentos criando uma malha de informação capaz de permitir novas teorias, respostas e esclarecimentos.

4.2 Arquivos Pessoais

Os arquivos pessoais representam uma parte relevante para a construção da história em sociedade, ao contrário do que sua denominação de pessoal possa transmitir, eles possuem interesse público. Podem ter sido construídos por apenas um único indivíduo, porém sua contribuição para uma percepção do todo com apenas a parcela do entendimento desta personalidade é uma forma de compreender a evolução do pensamento e perceber certos aspectos da vida. Um arquivo pessoal não é apenas uma reunião aleatória de papéis, mas sim uma construção da identidade do individual que infere no coletivo. Em linhas gerais, conforme o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, um arquivo pessoal corresponde ao arquivo da pessoa física e arquivos privados correspondem a

arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa, também chamado de arquivo pessoal. E segundo Bellotto:

Assim, pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTTO, 2006, p. 266).

Há um interesse neste tipo de material que acompanha uma nova corrente de pesquisas onde o historiador vê potencial onde anteriormente não levava muito em consideração ao buscar subsídios para seus trabalhos e projetos. Podem ser percebidas estas tendências em artigos publicados como “Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privado” em que a autora Angela de Castro Gomes diz que os arquivos pessoais adquirem uma relevância que acompanha uma nova forma de fazer história:

[...] A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens do “fazer histórica.” (GOMES, 1998, p. 122).

Ainda explorando este tipo de publicação, a autora Célia Leite Costa, em artigo denominado *Intimidade versus Interesse Público: a Problemática dos Arquivos*, dá enfoque à contribuição do arquivo pessoal para a organização do pensamento, em que questões do cotidiano tornam-se presentes e de interesse para a construção do pensamento:

[...] a importância crescente dos arquivos privados para a pesquisa do cotidiano, tendência predominante hoje na história americana e europeia, particularmente da França. Esse novo olhar da história, enfocando sentimentos, hábitos e comportamentos, vem elegendo de uma forma especial documentos como diários íntimos, anotações, correspondência pessoal etc., encontrados nos arquivos de escritores, artistas e políticos, entre outros. A publicação deste tipo de fonte, isoladamente ou em série (caso, por exemplo, da correspondência), tem sido amplamente utilizada pelos historiadores para incentivar o debate e a compreensão de temas, personagens e épocas, a partir de novos enfoques metodológicos, para os quais a contribuição da antropologia, da teoria literária e da ciência política têm sido fundamental (COSTA, 1998, p. 197).

Aliado a este interesse pelos arquivos, convém sempre lembrar o papel do arquivista enquanto responsável pela organização e disponibilização destes conjuntos documentais. Sem o profissional capacitado para gerir toda informação produzida, o acesso às mesmas não seria tão objetiva. O arquivista trabalha aliado à teoria geral de respeito aos fundos. Schellenberg diz que o princípio a ser observado é que os arquivos devem ser classificados de modo que reflitam claramente a organização e as funções que as produziram (SCHELLENBERG, 1973).

Um dos benefícios mais importantes de um acervo que já passou pela gestão arquivística é o acesso à informação, e cabe ressaltar aqui que

o resgate a memória encontra-se estreitamente vinculado tanto à organização de seus suportes materiais como o acesso à informação neles contida. Partindo desse pressuposto, a organização de arquivos se constitui em tarefa primordial, antecedendo o desenvolvimento da investigação científica (FERREIRA, 1995, p. 50).

A organização, acondicionamento e descrição dos itens documentais são fundamentais para qualquer acervo, são passos importantes para que haja o real aproveitamento das informações ali contidas nestas coleções. A realidade eventualmente mostra que há certo descaso no que diz respeito a estas etapas das atividades arquivísticas. É um dever de todo profissional de arquivo trabalhar para que as políticas públicas promovam melhorias nas condições de guarda e acesso aos documentos.

Convém lembrar que eventualmente algumas coleções são beneficiadas por fazerem parte de acervos que dispõem de recursos, apoio financeiro e patrocínio. São incentivos que promovem as condições ideais para a gestão dos acervos, que demandam de valores para custeios, espaço físico e recursos humanos. As questões financeiras permeiam as atividades da arquivologia não diferentemente de outros setores da vida individual e coletiva.

Por ainda não haver um entendimento completo da relevância do papel dos arquivos é que há ainda em eterno debate a questão dos incentivos. Questões que envolvem cultura, patrimônio e memória correm ainda, infelizmente, alguns destes riscos de serem considerados menos importantes e não são igualmente valorizados:

4.3 Documento pessoal e patrimônio

Diante das possibilidades desta nova escrita da história e o papel que os acervos pessoais adquirem a partir de então, entender a conceituação do documento pessoal, sua diferenciação em relação ao documento e seu lugar no patrimônio. É fundamental para a percepção do quão amplo pode ser o papel do acervo, documento e arquivista diante da nova realidade historiográfica.

Ao localizar o conceito inicial de documento pessoal, o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* diz que é o documento cujo teor é “de caráter estritamente particular” (BRASIL, 2005, p. 78). No mesmo dicionário, a definição de documento é unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o formato. Então um documento pessoal é aquele que possui informações que foram produzidas para si sem ter necessariamente a intenção de compartilhar com outras pessoas. São dotados de conteúdo íntimo e particular.

São estes documentos que produzidos na esfera privada que compõem o corpo dos acervos pessoais. Hoje toda esta documentação exerce fascínio junto à compreensão da constituição da vida em sociedade. São estes pequenos dados da

vida íntima que formam a teia de relações com outros nas mesmas condições que contribuem para a construção da memória e identidade de uma nação.

A importância da contribuição que estes documentos podem fornecer fica explicitado em artigo da autora Luciana Heymann conforme segue:

prevalece a associação entre arquivo e história da vida. É nela que está a base da valorização generalizada dos documentos pessoais não apenas em empreendimentos acadêmicos de natureza histórica, mas, também, em projetos que visam à patrimonialização de trajetórias individuais. Muitos desses projetos investiram, nos últimos anos, na criação de instituições – fundações, institutos, memoriais – voltadas especificamente para a “preservação” da memória de uma figura pública. Nesse tipo de empreendimento, os arquivos pessoais ocupam sempre lugar de destaque: por meio do arquivo, preserva-se o personagem, sua atuação, seu ideário, enfim, seu “legado”. Nesse movimento, o próprio arquivo é associado à noção de legado, numa relação metonímica em que a *parte* – os documentos – representa, substitui e comprova o *todo* – a trajetória. É o estabelecimento dessa relação, por sua vez, que justifica que o acervo se torne, ele próprio, objeto de projetos de preservação e valorização (HEYMANN, 2009).

A autora coloca a importância da história da vida, da valorização destes documentos que trazem a luz detalhes do cotidiano e das experiências pessoais. São a partir destes depoimentos manuscritos e compreensão histórica que se promove a construção do legado de um povo. O documento enquanto patrimônio é a prova física da existência de uma nação, reunidos a outros objetos e artefatos eles representam a passagem dos seres e mostra como viviam em sociedade.

4.4 Acesso ao Arquivo Pessoal

No que diz respeito aos acervos pessoais que ainda hoje se encontram com seus produtores ou ainda com suas famílias, o acesso se dá inicialmente de maneira informal. Acervos privados, por maior que um trabalho acadêmico possa vir a ser relevante, são como o nome diz: privados. No caso da FEB, cabe ao veterano

decidir se permite, ou não, o seu acesso. São fontes documentais delicadas onde há o fator humano que implica na obtenção destas fontes.

Há de se notar que o significado de uma coleção pessoal para um pesquisador é diferente do que representa para seu produtor. Uma coleção de documentos e objetos referem-se a vivências pessoais e, muitas vezes, são lembranças dolorosas, como no que diz respeito dos veteranos da Segunda Guerra Mundial. Estes homens sofreram por diversas formas de pressão psicológica, muitos foram mutilados e os que voltaram viram morrer amigos pelos quais tinha muito apreço. Uma guerra total envolve muitos traumas e lembranças pesadas e negativas.

Como qualquer coleção pessoal, há um apreço e valorização dos documentos e lembranças que podem interferir na possibilidade do acesso por um pesquisador de fora, que não esteja vinculado através de parentesco ou laços de amizade com o veterano.

É importante ressaltar que o documento possui representatividades diferentes. Para seus produtores ele possui uma significação e o pesquisador entende de outra forma. A oportunidade de destrinchar o conteúdo de um documento ao lado do veterano, colhendo seu depoimento é uma forma rica de se trabalhar estas fontes primárias. Revela-se interessante possibilidade de trabalhar com fontes primárias e história oral, onde esta consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjuntura, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea (ALBERTI, 2003) Como já se passaram mais de setenta anos desde o final da Segunda Guerra Mundial, as possibilidades deste trabalho em conjunto atualmente são escassas, porém não impossíveis. Alguns veteranos ainda vivem e reúnem-se em associações com outros que na Itália estiveram.

Entretanto, ao perceber que trabalhar com a contribuição do veterano representaria um ganho para o trabalho isso não significa necessariamente que ele irá colaborar, ou mesmo ceder seu material. Em termos práticos é mais provável que uma pesquisa embasada em arquivos públicos e instituições como o próprio Arquivo Histórico do Exército vá se desenvolver sem maiores questões como se houver a necessidade de se estabelecer contato com os próprios veteranos.

Questões que podem influir nesta hora partem desde as condições de saúde, muitas vezes debilitados a ponto de não conseguirem desenvolver ideias e pensamentos com clareza, quando já estão acamados. Isso levando em consideração os homens que gostariam de dar depoimentos e contribuir para com a história da nação.

Ainda há os veteranos que não gostam sob hipótese alguma de conversar sobre os fatos ocorridos ou os que presenciaram. Há também o caso das famílias, que ficam desconfortáveis com o contato de curiosos e pesquisadores não permitindo que os mesmo estabeleçam qualquer relação, seja pessoalmente, email ou telefone. Estas questões que ocorrem no ambiente familiar e são vivenciadas por quem estuda a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Este pesquisador sente que há a necessidade de incluir em seus trabalhos depoimentos de veteranos ou mesmo reproduções de seus documentos e objetos. A negativa a este tipo de inclusão prejudica o trabalho. Não há nada que possa ser feito em caso de negativa da família ou do expedicionário combatente.

Restam alternativas para o desenvolvimento dos trabalhos e para isso há um número considerável, longe do ideal, porém consistente com depoimentos dos veteranos ou suas histórias narradas por escritores. Ainda há recursos como algumas biografias e este material de história oral organizada pelo Exército em oito tomos, denominado “História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial”, contendo, como diz o nome, a história oral dos veteranos.

Para o caso dos trabalhos que se desenvolvem apenas sob a ótica dos documentos, restam-lhes a sorte no contato com estes senhores que estiveram combatendo na Itália. Alguns historiadores contaram com a boa relação entre os veteranos e produziram material que colocou seus acervos sob a luz da historiografia, patrimônio e memória. Para estes casos as possibilidades de trabalhos são amplas. Isto porque há o caso dos veteranos que não gostam de comentar, ou mesmo relembrar, suas memórias.

Não há, do ponto de vista do presente trabalho e pela ótica da arquivologia, nenhum acervo pessoal que possa vir a ser o exemplo de arquivo pessoal organizado. O que há, na verdade, são reminiscências de histórias e coleções que foram perdidas com o tempo. O valor destes documentos acaba por surgir

posteriormente quando muitas vezes, é tarde demais e porque muitos destes foram eliminados.

Ainda sobre o descaso com a memória e patrimônio dos documentos da FEB o autor Cesar Maximiano diz que:

O respeito aos combatentes brasileiros, seu sacrifício e contribuição para a derrota do nazismo era confundido com ufanismo barato, ao contrário do que ocorreu na maioria das democracias ocidentais, que reconheceram mais adequadamente seus veteranos, pondo em prática diversas iniciativas de readaptação social, além de criarem uma estrutura de recordação e manutenção de suas memórias, com arquivos organizados efetivamente acessíveis, monumentos e museus militares instigantes e interessantes para o público. Nada semelhante existe no Brasil, e – pior ainda – vários dos excelentes museus organizados por veteranos em várias partes do território nacional ou definham ou perderam partes importantes de seus acervos de material carinhosamente doado por ex-combatentes. Décadas de empenho das associações em constituir esses acervos foram irremediavelmente perdidas, especialmente nos outrora extraordinários museus de Curitiba e Rio de Janeiro. Ainda não dispomos de um centro nacional de referência museológica e pesquisa sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, e os dois museus citados, antes com acervos de padrão mundial, hoje são pálidos resquícios das potencialidades de ensino e pesquisa que apresentaram no passado (MAXIMIANO, 2003, p.30).

Contra o tempo e o que já passou, nada pode ser feito porém atitudes preventivas e de ação patrimonial são bem vindas para salvar o que ainda resta da memória através dos documentos produzidos e acumulados pelos veteranos da FEB.

Ao mapear os veteranos, suas famílias, ainda é possível buscar por acervos que estejam intactos ou mesmo os que já não estão mais em seu formato inicial, lembrando que acervos pessoais sempre mudam seja para a inclusão ou exclusão do material. Contudo faz-se necessário a criação de um projeto para tanto, que seja embasado e receba apoio material e financeiro para sua execução. Fica praticamente inviável se não houver este tipo de respaldo.

O que há são tentativas de arquivistas, historiadores e pesquisadores de forma regional para o resgate destas memórias. Ainda assim, são bastante louváveis as iniciativas deste porte, embora raras. Verificar se há o interesse em cultivar os

feitos dos pracinhas ainda mais levando em conta este detalhe interessante em meio à história do País, como foi a presença do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

O trabalho do arquivista é frequentemente uma atividade solitária, onde os documentos têm de falar diante de seus olhos, através das técnicas arquivísticas as possibilidades dos documentos realmente “falarem” é ainda mais ampla. Dispor da informação de maneira concisa permite que a pesquisa seja feita de forma mais apurada.

DOCUMENTO 7

PROVENIÊNCIA	Coleção pessoal de Cesar Campiani Maximiano, guardado em seu domicílio.
ESPÉCIE DOCUMENTAL	Carta
EMISSOR	Antonio Amarú
DESTINATÁRIO	Antonio (tio)
DATA TÓPICA	Itália
DATA CRONOLÓGICA	15 de janeiro de 1945
FUNÇÃO DO DOCUMENTO	Comunicar ao tio o que se passa no front e que tem saudades da família.
ASSINATURA	Antonio Amaru
QUANTIDADE DE PÁGINAS	1 página
ANEXOS	
LOCALIZAÇÃO	Documento n.7 Página 115
DESCRIÇÃO PARA CATÁLOGO E INDEXAÇÃO	Carta pessoal de Antonio Amarú para seu tio Antonio dando notícias de como estão as coisas na Itália, que faz muito frio e que tem saudades de todos no Brasil.
OBSERVAÇÃO	Coleção pessoal de Cesar Campiani Maximiano

Itália; em 15 de 1 de 1945.

Saudações.

Com Tício Antonio.

Espero que ao receber esta, o sr. e todos estem
já gozando a mais perfeita saúde.

Quanto eu aqui vou indo bem graças
ao bom Deus.

Itália estamos passando uma tempera-
tura bem diferente do Brasil. Aqui a mu-
ta neve. É para nós um tanto requirido
sr. a terra coberta de neve; mas quanto à
temperatura que ela causa, dando mesmo bem
agazalho nos mãos a sentimos.

Também já andei em diversos lugares
da Itália; alguns muito interessantes; mas
não tão belo como o Brasil.

Termino enviando abraços aos Primos
& Primas.

Com Tício & Tícia. abraços; e abenç.
o rabrinho. Antonio Amorim.

CONCLUSÃO

Em conclusão, o objetivo desta dissertação foi, acima de tudo, mostrar a FEB no sentido do seu patrimônio documental. Se bem entendermos a representatividade dos acervos documentais concernentes as mais diversas instituições vemos o quanto eles retratam a origem, funcionamento e legado histórico delas. Assim também aconteceu em relação à FEB: seu patrimônio documental reflete realmente o que ela foi, ainda que ele não seja completo, apresente lacunas de informações importantes. Mas, cabe aos pesquisadores preencherem essas falhas, juntando informações de um e de outro acervo, até reconstituírem de forma mais completa possível a história. E isso só será possível com a colaboração dos arquivistas e dos cientistas da informação em geral.

Pude explorar no primeiro capítulo a contextualização histórica necessária para compreensão do contexto político no qual a FEB foi criada. Fiz uma breve compilação e utilizei os autores que mais se dedicaram ao tema. São trabalhos norteadores que me inspiram a trabalhar na temática Brasil em armas. Os considero autores objetivos e bastante práticos, que nos poupam do sentimentalismo corriqueiro no que diz respeito ao tema aqui trabalhado. Estes livros que abordei na contextualização histórica são embasados em documentos, ricas pesquisas que tomaram alguns anos para serem concluídas. Por esta perspectiva documental é que selecionei principalmente os livros de Francisco César Ferraz e Cesar Campiani Maximiano.

Todo trabalho de pesquisa a respeito da FEB é ilustrado por documentos selecionados a fim de fazer compreender todas as frentes: documentos sigilosos, boletins de atividades no *front* italiano, cartas dos pracinhas. Ressalto aqui como os documentos do Arquivo Nacional marcam bem as passagens históricas retratadas na correspondência entre os Ministros do Brasil e Gabinete da Presidência. São ricos objetos de pesquisa que trazem consigo uma série de significados. Para esta pesquisa eu incluí os que entendi serem mais relevantes e esclarecedores, dos documentos que se encontram neste arquivo.

Para elucidar de forma prática o que foi dito no capítulo 1, contei com a força de documentos relativos a um dossiê à época da criação da divisão expedicionária. Hoje este documentos se encontram no Arquivo Nacional, e após criteriosa avaliação arquivística, selecionei os que considere melhor abordarem o tema do capítulo.

Foram selecionados ofícios que apresentam solicitações para desmobilização de funcionários de diversos departamentos do governo, sob argumento de que eram fundamentais para o funcionamento dos devidos órgãos. Estes documentos refletem o argumento apresentado no capítulo 1 sobre o que se convencionou chamar de “canetaço”, uma forma administrativa de evitar o envio de homens para guerra. Os interesses eram de suas repartições ou mesmo solicitações pessoais. O que foi colocado é que nem todos queriam ir a guerra e se utilizaram de manobras administrativas para serem desligados das incorporações.

Consta também em anexo, no contexto ainda do primeiro capítulo, ofício do Ministro da Guerra expedido para o Presidente da República, trazendo o projeto de lei para a criação da Força Expedicionária Brasileira. Documento rico em detalhes a respeito do que havia sido considerado inicialmente para a FEB. Esta questão também foi abordada neste capítulo, isto é, que o imaginado não pôde ser realizado por falta de recursos humanos. Através deste documento percebemos os bastidores dos atos políticos, tarefa que considero primordial da Arquivologia, poder trabalhar com os fatos ocorridos antes das tomadas de decisões. Este ofício e seu contexto contribuem para a elucidação do objetivo geral do trabalho que é mostrar, também com exemplos, porque os acervos FEB também são patrimônio documental.

Ainda na questão incorporação/desincorporação, incluí como anexo um ofício que contém o decreto lei que trata de forma detalhada a respeito de sexo, profissão e idade das pessoas, que não poderiam ser mobilizadas como efetivos de guerra. É possível perceber o quanto as atividades especializadas eram importantes a época. Ter uma profissão colocava as pessoas em um patamar diferenciado. Fato que entra em contato com outro tópico abordado, onde falo sobre a necessidade de serem incorporados ao grupo expedicionário, homens com habilidade para que pudessem desempenhar outras funções primordiais, além do combate militar em si.

Para demonstrar a questão dos laços diplomáticos e o anseio do governo brasileiro em se posicionar diante do cenário internacional, anexei um ofício (de

Firmo Freire do Nascimento para Getúlio Vargas em 4 de junho de 1943) que toma esta questão. Ele aborda esta delicada questão de relações internacionais e propõe criação de comitê específico apenas para trabalhar o pós-guerra. Interessante questão tendo em vista que os expedicionários nem haviam sido ainda todos efetivamente mobilizados, nem ido para a guerra. Mas já haviam preocupações com os fatos que viriam a seguir. Este ofício revela ainda que estas questões haviam sido pensadas anterior ao decreto de criação da própria força expedicionária.

Pelo volume de documentos relativos à FEB no Arquivo Nacional com os quais que eu tive contato, acredito que o trabalho no Gabinete do Presidente devia ser bastante intenso no concernente à FEB. O secretário de gabinete, na pessoa de Firmo Freire do Nascimento, recebia muitos ofícios advindos de muitos ministérios e deveria encaminhar as solicitações, de forma resumida, para o então presidente Getúlio Vargas. Em tempos de guerra o trabalho deveria ser no mínimo duas vezes maior. É possível perceber que a quantidade de leituras entre memorandos, ofícios, projetos de lei, entre outros documentos, deveria ser parte principal da rotina diária.

A questão interessante da Arquivologia é poder perceber estes detalhes, que estão além da informação contida no documento. São minúcias reveladoras da rotina de trabalho de personalidades públicas, homens e mulheres que influenciaram nosso presente. Pude concluir que foi necessário um alto número de profissionais destacados para dar forma a FEB, desenvolver suas especificidades operacionais, mobilizar homens, treiná-los e enviá-los para Itália. Não trabalhei as questões da desmobilização dos soldados no que diz ao tocante do pós guerra. Existem alguns trabalhos que exploram bem esta questão e deixo, no entanto, o presente título como sugestão para interessados em compreender melhor como se deu este processo ao final da FEB. O livro é o *A Guerra Que Não Acabou: A Reintegração Social dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)*, tese de doutorado que se transformou em obra de referência do assunto, escrito por Francisco Ferraz.

Tentei demonstrar nas páginas do capítulo 2, através de conceitos, construção de conhecimento e exemplos, porque a FEB possui peso e lugar a ser resguardado enquanto patrimônio. Segundo o site do IPHAN, o conceito norteador referente a patrimônio encontra sua definição no decreto-lei n. 25 de 1937, sendo então

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (DECRETO-LEI N.25 DE 1937).

Sendo assim, acervos fazem parte do que chamamos de patrimônio cultural, classificados como patrimônio material:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos⁹.

Isto posto, fica claro e torna-se concreto o fato de que fontes documentais também são patrimônio e possuem leis que as amparam e protegem. Talvez a falta de informação, motivada pela ausência de interesse no âmbito público em divulgar seus acervos, faz com que a documentação da FEB fique constantemente esquecida e desprestigiada.

Outra questão que considero pertinente, e que percebi no período da redação do capítulo 2 é que a produção acadêmica a respeito de patrimônio documental ainda não é o suficiente de forma a fazer perceber o impacto de sua relevância na sociedade. Há sim, publicações no tema, mas não tantas quanto necessário para compreender que há espaço e interesse para o tema. É mais comum trabalhos sobre patrimônio cultural, outras formas de patrimônio material e muito no que diz respeito ao imaterial. O tema ainda não despertou suficiente interesse da comunidade acadêmica.

Não é incomum ouvirmos comentários de caráter político a respeito da presença do Brasil na Itália, diminuindo a relevância que este momento possui na história deste país. Não podemos tratar os acervos de maneira parcial, se a preservação documental só fosse viável a partir da opinião e anseios de quem irá organizá-la e tratá-la, provavelmente não haveria nenhum acervo contendo documentos a respeito de guerras, crimes e violência.

⁹ Site iphan: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/>

A FEB desempenhou o papel que lhe cabia e hoje a partir de seus documentos, acervos, livros e depoimento, podemos tentar reconstruir os fatos passados os contextualizando corretamente. O que pode ser dito com certeza, a respeito destes soldados brasileiros é que cumpriram a missão que lhes foi dada.

Não há nada simbólico na perda da vida de centenas de jovens, e nas marcas indelévels que o horror da guerra deixou para os outros milhares de combatentes que retornaram ao Brasil. Soldados, aviadores e enfermeiras combateram o nazi-fascismo e deram de si a contribuição máxima que se pode exigir de um cidadão: defender a pátria com o risco da própria vida. Sua contribuição pode ter sido pequena, se comparada com as cifras de milhões que a Segunda Guerra Mundial exibiu. Mas não há relativismo histórico que anule o pequeno mas significativo lugar que conquistaram na história da humanidade (FERRAZ, 2005, p.71).

O papel que me cabe, enquanto arquivista, é tornar estes documentos objeto de interesse de outras pessoas, além de mim e de minha pesquisa. Conjuntos arquivísticos organizados, que possuem boa gestão, são higienizados e acondicionados corretamente são mais interessantes. Ainda mais se estes locais forem ambiente de trabalho de profissionais qualificados e interessados em divulgar seus objetos de trabalho. Isto serve para a FEB, mas também todos os acervos e coleções, dos mais variados temas e personalidades.

Pude trazer, neste trabalho, ao longo do capítulo 3, algumas instituições que julguei serem interessantes enquanto produtoras de fontes documentais. Trabalhei os locais de memória que acolhem um número considerável de documentos a respeito da Força Expedicionária Brasileira. No Arquivo Nacional há ofícios, memorandos, decretos e outros exemplos que também abordam questões pertinentes que são anteriores a criação da FEB. No Arquivo Histórico do Exército também localizamos exemplos que trabalham o período anterior a entrada do Brasil na guerra. No Regimento Sampaio há documentos referentes ao período em que os soldados deste regimento estiveram na Itália. Trouxe um exemplo de boletim reservado que apresenta como eram as atividades diárias e administrativas dos soldados em solo europeu.

Complementando a questão dos exemplos produzidos em solo italiano, que se encontram no capítulo 3, inseri no capítulo 4, um documento referente ao 6º

Regimento de Infantaria. Faz referência ao regimento da cidade de Caçapava, interior do Estado de São Paulo. Ele traz questões rotineiras que se apresentavam como relevância suficiente para virar tema de ofício e ser encaminhado a um superior. Também insere descrição de comportamento não exemplar de um soldado.

Este documento ainda apresenta um detalhe importante, não foi datilografado em papel timbrado ou oficial, foi utilizada uma folha qualquer com linhas impressas. Talvez naquele dado momento houvesse escassez tamanha de material que nem mesmo uma simples folha oficial do Exército houvesse à disposição. Outro fator que também é importante ressaltar é que os homens estavam alocados em uma região da Itália que não o centro oficial de operações. Talvez o material não pudesse chegar até lá. Este faz parte de um dos detalhes administrativos que não passam despercebidos aos olhares arquivísticos.

Importante ressaltar que este exemplo foi encontrado em um uma coleção pessoal. Além de fazer parte do acervo do professor Cesar Campiani Maximiano, ele ainda se encontra descontextualizado por não integrar seu conjunto documental original. E quanto ao 6º Regimento, pretendo ir pessoalmente conhecê-lo. Isto para que futuramente eu possa descrevê-lo com o intuito de produzir artigos científicos na mesma linha deste trabalho. Bem como trazer para o lado do patrimônio documental mais um arquivo. Por opção e questões relativas a tempo necessário para execução das visitas e pesquisas neste trabalho, este regimento ficou de fora.

No exemplo referente ao Arquivo do Exército, optei por um documento de tarefa corriqueira, como vistoria de prédios, que possui assinatura do General Mascarenhas de Moraes. Ele era o responsável por toda a divisão de Exército que foi enviada a Itália. Mesmo com toda esta responsabilidade sob sua supervisão, não deixou de participar, ao que se nota no documento, de questões menores relativas aos soldados. Este exemplo mostra que a arquivologia não é feita apenas de documentos dos grandes feitos históricos, mas também de detalhes do cotidiano. Assim como cabe inferir que não apenas os documentos com decretos e ordens secretas representam o patrimônio documental, todos os são, mesmo os a respeito de vistoria predial, por exemplo.

Como pude demonstrar, estes arquivos não contém apenas documentos a respeito da FEB e sim de outros assuntos pertinentes a eles, não são locais exclusivos para documentos do período do Brasil em armas. Por uma questão de

disponibilidade e tempo não foi possível estar presente todas as instituições mantenedoras, porém o AHEX e o Arquivo Nacional, eu pude ir pesquisar pessoalmente.

O AHEX é cercado pela recorrente burocracia do Exército, no entanto possuía a sua disposição no período de minha visita, profissionais que além da carreira militar possuíam graduação em diversas áreas, como história e biblioteconomia. É um arquivo bastante acessível e bem localizado, levando em consideração pesquisadores que não residam na cidade do Rio de Janeiro, pois fica na região central. O prédio do arquivo é um imponente prédio da administração do Exército, (o antigo prédio do Ministério da Guerra, quando o Rio de Janeiro era a capital do país), e todos que lá exercem suas atividades mostram-se bastante interessados em receber e auxiliar pesquisadores.

Infelizmente no AHEX não existe um instrumento de pesquisa concernente à FEB, ou mesmo a inúmeras outras dependências ou atividades do Exército, digitalizados e disponíveis em seu site eletrônico. Acredito que seja primordial um instrumento de pesquisa que atenda aos pesquisadores do Brasil. A única forma de saber se o que você está procurando existe, ou encontra-se no arquivo é entrando em contato com a equipe do Exército através de email ou telefone. O primeiro contato é feito desta forma, também é necessário agendar visita caso seja do interesse para a pesquisa. Pelo que pude notar em visita e através das informações de seu site, que um guia cumpriria bem esta função informativa aos pesquisadores.

No que diz respeito ao capítulo 4, tratei dos arquivos pessoais: o entendimento destes enquanto patrimônio e o fundamental papel do arquivista na execução das atividades que concernem os acervos. Os arquivos pessoais contribuem para a construção da história em sociedade. No intuito de demonstrar sua importante participação junto ao patrimônio documental, é que destaquei neste último capítulo apenas este tipo de documentação.

Arquivos pessoais são de relevante importância enquanto visam a patrimonialização de trajetórias individuais (HEYMANN, 2009). São estas caminhadas pessoais que, expressas em documentos, propiciam uma versão dos fatos. Este íntimo entendimento e celebração da vida, que reunidos em várias etapas da vida, agregam significativamente ao conceito de patrimônio abordado neste trabalho. Assim como não existe história sem pessoas, não existem

documentos sem pessoas. Da mesma forma que atribuímos importância a documentos saídos do Gabinete da Presidência, a atribuímos também a estes.

Documentos pessoais são um recorte bastante particular de acontecimentos na história. Compõem com outras fontes documentais a trajetória de pessoas e acontecimentos. Aqui falamos da participação de brasileiros na Segunda Guerra.

Por acreditar que acervos pessoais possuem peso que em geral não lhes é creditado, é que dediquei espaço ao tema. Também trabalhei o quanto significativa é presença de um arquivista junto a eles. Arquivos, sejam eles pessoais ou não, demandam a presença de um profissional qualificado que os compreendam, de forma individual e coletiva.

Se fosse necessário, para a conclusão deste trabalho, selecionar apenas um tipo de documento para dizer que, este seria o exemplo máximo de patrimônio documental, eu diria que não há. Depois de anos de interesse e pesquisas a respeito da FEB, notei que não há uma única versão dos fatos. A construção do conhecimento se dá com a reunião de vários documentos, tais como um jogo de quebra-cabeça. São peças que, reunidas de forma correta apresentam uma imagem. Sozinhas as peças pouco ou quase nada representam. Meu entendimento no trabalho é que a arquivologia funciona da mesma forma, seja para a FEB ou para outros fatos ocorridos na história. O que me cativa, e eu creio ter apresentado vários indícios disso ao longo do trabalho, é o fato de que os documentos do Brasil na guerra são exemplos diferentes entre si e que se complementam. Eles foram produzidos em vários contextos, situações e locais. Sejam as cartas escritas em meio a um buraco gelado abaixo da terra, seja em um gabinete ricamente decorado, na mesa da cozinha de uma moça que acabara de ficar noiva via correspondência com um soldado que está na Itália.

A história, embora alguns insistam, não é linear. É uma reunião de momentos e situações que levam tanto a história como a arquivologia; afinal são atividades correlatas, a apresentar uma diversidade de opções e possibilidades. A arquivologia reconta a história com objetos factuais, que são os documentos. O arquivista tem em mãos as fontes para falar o que nunca antes havia sido dito, trabalhar com o lado obscuro dos fatos, as versões desconhecidas. Desenvolver melhor os fatos já amplamente trabalhados e julgados velhos conhecidos. Documento não deve ter status de antigo e retrógrado, documento representa sempre o futuro.

No conceito inicial da criação e idealização deste trabalho, eu imaginei poder trazer os mais variados exemplos documentais e trabalhar quase que exclusivamente com os documentos do arquivo do Exército. Essa era a minha intenção ao ingressar no Mestrado, focar apenas neste arquivo. Não se tornou tarefa viável totalmente, tendo em vista que eu iria precisar visitar várias vezes a capital carioca. Como resido em São Paulo e minha realidade profissional não permitira que eu me ausentasse o tempo necessário para a realização deste feito, o trabalho tomou outro rumo. Este desvio de foco em termos de instituição não desvirtuou a tarefa e objetivo central que era trabalhar os documentos da FEB e seu papel no patrimônio documental brasileiro. Tomei conhecimento de outros locais que me permitiram abordar o no conceito patrimonial sem prejuízo.

Também tive a oportunidade, junto ao professor Cesar Campiani Maximiano, de discutir questões relativas à FEB, bem como levantar novas dúvidas. Estes encontros ocorriam no Centro Histórico Overlord, local que abriga livraria especializada com a temática militar. Além da livraria o local ainda possui estrutura para receber palestras e eventos ligados ao universo da Segunda Guerra Mundial. Este espaço é administrado pelo professor em um conceito ímpar e inovador ao abrir um espaço em São Paulo com livros apenas a respeito de guerras e conflitos militares. Um local criado por quem entende o papel do patrimônio histórico de uma nação. Muitas das publicações raras, títulos importados e nacionais. Foi neste ambiente que bastante foi discutido entre eu e o professor, de forma que pude formatar melhor a estrutura que eu pretendia dar ao trabalho.

Sem o apoio e incentivo do professor Cesar eu talvez não tivesse contato com o arquivo do Regimento Sampaio, parte importante do trabalho. Ele é um exemplo de fundo aberto. É curioso porque, embora a FEB já não exista e tenha sido desmobilizada em 1945, o Regimento tem como aberto este fundo por referir-se a si como um grupo isolado. Na verdade, como outros regimentos do Exército, o Sampaio foi agregado a 1º Divisão de Infantaria Expedicionária, incorporando a FEB com seus soldados. Como esta unidade militar não foi dissolvida ao ingressar aos expedicionários, seu fundo seguirá aberto até o último dia de funcionamento da unidade.

Foi através do professor e de sua coleção de documentos relativos aos soldados que foram para a Itália, que pude incorporar os exemplos deste trabalho.

Foram documentos pessoais doados por ex combatentes, jornais de trincheira, bem como as cópias reprográficas de muitos registros do Regimento Sampaio. Ao longo de muitos anos de pesquisa e dedicação acadêmica, o professor recebeu boa parte dos documentos que possui, não hesitando em disponibilizá-los para outros pesquisarem, neste caso, para minha pesquisa. Sou grata a ele por me iluminar o caminho no sentido do que diz a FEB.

Arquivos pessoais são como memórias para quem os tem. São pequenas preciosidades que compõem a história dos indivíduos. Trabalhar diretamente com os veteranos não é trabalho fácil, é uma árdua tarefa que requer tempo e paciência. Quando há o entendimento de que preservar estes documentos é importante, muitas vezes eles acabam dispersos, nas mãos de instituições que não conseguem bem administrar os itens que possuem. Não estamos falando dos arquivos que trabalhei aqui, falo de todos os documentos doados por veteranos para pessoas que prometeram dar o melhor destino para suas memórias e que, se perderam com o tempo.

Por estas questões é que muitos veteranos quase nada possuem sob sua custódia, documentos que poderiam ser fundamentais para o trabalho. Relevantes sim, mas não indispensáveis, eles mudariam os objetivos a respeito de patrimônio e quanto a isto eu não estaria disposta a abrir mão. Também houve outro fator que interferiu diretamente neste ponto, o fato de eu agora morar na cidade de São Paulo. Eu possuía contato com os veteranos de Porto Alegre, portanto não conseguiria estar em contato tanto quanto eu gostaria.

Eu entendi que trabalhar lado a lado destes já bastante idosos senhores não seria proveitoso no âmbito acadêmico. Que meu papel era estar ao lado dos documentos e não dos produtores. Embora soe bastante emocionante estar ao lado destes soldados já aposentados, senti que meu trabalho não iria adquirir as formas que eu estava, naquele momento, idealizando. Estar na presença dos veteranos é sim muito interessante. Lidamos com vários tipos de perfis, com os senhores que falam muito, os que nada falam do que presenciaram na guerra. Até mesmo os que absorvem as histórias de outros compatriotas e recontam como se fossem suas memórias, por razões da idade acabam por não perceber que o fazem, ou mesmo por vergonha de seus próprios feitos. Estas questões deixo para meus colegas da História e da Sociologia, creio que eles poderão trabalhar melhor estes conceitos de

história oral e comportamento diante situações de perigo extremo. Meu trabalho aqui, reafirmo, é trabalhar com documentos.

De qualquer forma, o acesso aos arquivos pessoais não é simples, pois não se encontram em locais de memória abertos ao público, falamos na casa destas pessoas. Embora a maioria dos veteranos se mostre, ou se mostrava interessado em meus anos de participação ativa na associação em Porto Alegre, a casa de uma pessoa é local de intimidade, é compreensível que não se sintam a vontade. Após algumas destas visitas entendi que não era a melhor opção para se constituir um trabalho como o meu. Em termos gerais, os veteranos possuem muitos recortes, medalhas e honrarias de seus feitos após a guerra. Dedicaram-se a arquivar a própria memória após a guerra, minha pesquisa, entretanto, é referente apenas a documentos anteriores a isso. Esse foi outro conflito que me direcionou para o viés atual do trabalho.

Tentei costurar os capítulos do presente de modo que fique claro que o peso exercido pela FEB enquanto patrimônio documental não pode ser deixado de lado. Embora o tempo e as rotinas profissionais tenham corrido contra, sinto que cumpri meu objetivo ao demonstrar de forma conceitual e com exemplos. Tentei tratar aqui desta nova abordagem que tem como foco conceitual e exemplos.

Acredito ter usado exemplos documentais suficientes para ilustrar tudo o que foi dito aqui, embora eu tenha ainda o desejo de tomar conhecimento de mais documentos do tema. Ainda há muito a ser desbravado. Espero, em oportunidades futuras desbravar novas coleções e arquivos deste não mero detalhe, a FEB.

Pessoalmente considero a temática da FEB um assunto inesgotável e interessante. Para se ter como *hobby* ou para algo mais sério como um mestrado. Espero que, independente do meu gosto e interesse pessoal, eu tenha conseguido demonstrar como a FEB possui um papel relevante perante a memória da sociedade e que possui um lugar no patrimônio documental brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA DE APOIO

ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: Simpósio Nacional de História (22: João Pessoa, PB). Anais eletrônicos ANPUH-PB, 2003, 10f.

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: História de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34. 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

BARROSO, Vera Lúcia, Maciel. A função social dos museus históricos. **Ciências & Letras: Educação e patrimônio histórico cultural**, Porto Alegre, n. 27, jan/jun. 2000.

_____. Arquivos e Documentos Textuais: Antigos e Novos Desafios. **Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 31, n. 31, p. 197-206, 2002.

BATISTA, José Geraldo. O cronista com a FEB na Itália: entre o factual e o literário. **Darandina Revisteletrônica**, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/darandina/files/2012/09/O-cronista-com-a-FEB-na-Italia-entre-o-factual-e-o-literario-no-Template-Simposio-2012.pdf>> Acesso em: 20 Jun 2015.

BELLOTTO, Heloísa liberalli. **Arquivos Permanentes**: Tratamento documental. Segunda Edição. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

_____. Documentos de Arquivo e Sociedade. **Ciências & Letras: Patrimônio e Educação**, Porto Alegre, n. 31. jan/jun. 2002.

_____. Patrimônio Documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências & Letras: Educação e patrimônio histórico cultural**, Porto Alegre, n. 27, p.151-166, jan/jun. 2000.

_____. **O Arquivista na Sociedade Contemporânea**. Conferência, 30 outubro de 2003. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf>> Acesso em: 20 Jun 2015.

BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BRAGA, Rubem. **Crônicas de Guerra: Com a FEB na Itália**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Consulta Multinível**. Sem Data. Disponível em : <http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1124995> Acesso em: 20 Jun 2015.

_____. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. Casa Civil. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm> Acesso em: 20 Jun 2015.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de. **Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias**. São Paulo: Nova Fronteira, 1981.

CHUVA, Márcia. Patrimônio material e memória da nação. **Jornal UNESP**, São Paulo, ano XIX, n. 204 (suple.), set. 2005. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/204/supleb.php>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. **A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus Interesse Público: a Problemática dos Arquivos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. 1998.

COSTA, Marcos Antonio Tavares Da. A Censura Postal Militar: A Política Do Estado Novo Na Correspondência De Guerra Da Feb. **Revista Virtú**, Juiz De Fora, Sétima Edição, 2008. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a16.pdf>> Acesso em 20 jun 2015.

COUTINHO, Lourival. **General Góes depõe**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

COUTURE, ROUSSEAU. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Portugal: Dom Quixote, 1994.

CRESPO FILHO, Jayme Moreira. **Preservação e difusão do patrimônio cultural do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra**. São Paulo: EDUSP, 2002.

ESPERANÇA, Jorge Eduardo. **Patrimônio e comunicação**: políticas e práticas culturais: Lisboa. Veja, 1997.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Londrina: EDUEL, 2012.

_____. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FERREIRA, Lúcia de F. G. A organização de arquivos e a construção da memória. **Saelacum Revista de História**. n.1, jul. 1995.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87. 1998.

GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privado. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127. 1998.

GONÇALVES, José; MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Irmãos de Armas**: Um pelotão na II Guerra Mundial. São Paulo: Códex, 2005.

HEYMANN, Luciana. **VIII Reunião de Antropologia do Mercosul**. 2009. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf> Acesso em: 15 Jun 2015

HOBSBAWM, Erich. **A era dos extremos**: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

LOPES, Luís Carlos. **O lugar dos arquivos na cultura brasileira**. Ciência & Letras, Porto Alegre, v. 32. 2002

LYRA TAVARES, Aurélio de. **O Brasil de minha geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

MARCHIORO, Camila. Rubem Braga e Joel Silveira: **Dois cronistas no front**. Estação Literária, Londrina, v. 11. 2013

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados**. São Paulo: GRUA, 2002.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências & Letras**: Educação e patrimônio histórico cultural, Porto Alegre, n. 27, p.11-24, jan/jun. 2000.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

SILVEIRA, Joel. **O Inverno da Guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIANA, Iamara da Silva; Mello, Juçara da Silva B. de. Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos. In: BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Sérgio Ricardo da Mata (orgs). **Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos**. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. Disponível em: <
http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/snhh7/media/arquivos/sistema/trabalhos/COAUTORIA_Educacao_Patrimonial_e_Ensino_de_Historia__dialogos.pdf >. Acesso em: 10 jul. 2014.

WALTERS, Vernon. **Missões Silenciosas**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

WIRTH, John D. **A Política do Desenvolvimento na Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

ANEXO 1

Ministerio da Guerra	Acantonamento em Perreta Terme,
Força Expedicionaria Brasileira	Italia, em 5 de Fevereiro -1945.
6º Regimento de Infantaria	Parte numero 6
I Batalhão	Do Cmt. da 1a. Cia.
1a. Companhia	Ao Sr. Cmt. do Btl.

I- Partecipe-vos que o soldado numero 5118 Carelino Machado Pedreira, quebrou assintosamente um vaso de louça, pertencente ao proprietario da casa na qual se acha acantonado o grupo de comando de seu pelotão.

II- Indignado porque a dona da casa trouxe ao conhecimento do Cmt. de Pel., o referido soldado jogou uma pedra de gelo no resto da mulher.

III- Chamado outra vez a atenção pelo seu comandante de pelotão, dissera que queria era ser transferido.

IV- O valor do ~~valor~~ é de 100 L. (cem liras).

V- Trata-se de um péssimo elemento, que vive pregando que os alemães faziamos maiores absurdos e que poderiamos tambem faser.

Ignacio T. Oliveira
1º Ten. Sub. Comd.

100
Machado

5118
de 11 dias - p... - 100 liras - pelo... - 1º Ten. Comd.
- Comd. do Btl. - 1º Ten. Comd.

ANEXO 2

557
(PALÁCIO DO CATETE)

1700 114
Em 2^a de julho de 1943.

Do Chefe do Gabinete
Ao Sr. Chefe do Gabinete do Estado Maior do
Exército.

ASSUNTO: Incineração de documentos sigilosos.
ANEXO -: Um termo de incineração.

I - Tendo em vista a autorização contida no Boletim Reservado nº 3, de 18/V/1943, do Estado Maior do Exército, remeto-vos o termo de incineração, em duas vias, da Instrução para a Organização e Emprêgo dos Fichários de Pessoal (1931) - exemplares números 241 e 242 (Secreto).

II - Sirvo-me do ensejo para apresentar-vos os protestos do meu apreço e consideração.

(Ciro Espirito Santo Cardoso)
Coronel, Chefe do Gabinete.

IS/AMR.

1301 145

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONALTermo de Incineração de Documentos Sigilosos

Aos dezanove dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e três, a Comissão nomeada pelo Exmo. Sr. General Firmo Freire do Nascimento, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, para incinerar a Instrução para a Organização e Emprêgo dos Ficharios de Pessoal (1931) - exemplares números 241 e 242 (SECRETO), de acôrdo com a autorização publicada no Boletim Reservado nº 3, do Estado Maior do Exército, de 18/V/1943, e composta do Coronel Ciro Espirito Santo Cardoso, Tenente-Coronel Inimá Siqueira e Capitão Carlos de Campos Gay, reuniu-se na sala de incineração onde lhe foram apresentados os exemplares do documento acima descrito, que depois de conferidos, foram incinerados em presença da Comissão. E, para constar, foi lavrado êste termo que se acha datilografado com contra-cópia e assinado por todos os membros da Comissão.


 Coronel CIRO DE ESPIRITO SANTO CARDOSO


 Tenente-Coronel INIMÁ SIQUEIRA


 Capitão CARLOS DE CAMPOS GAY
 cap.

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONALTermo de Incineração de Documentos Sigilosos

Aos dezasseis dias do mês de julho de mil novecentos e duas-
 rente e três, a Comissão nomeada pelo Exmo. Sr. General Primo Frei-
 re do Nascimento, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacio-
 nal, para incinerar a Instrução para a Organização e Emprego dos
 Ficheiros de Pessoas (1971) - exemplares números 241 e 242 (SECRB-
 T0), de acordo com a autorização publicada no Boletim Reservado n.º
 3, do Estado Maior do Exército, de 18/1/47, e composta do Coro-
 nel Ciro Espirito Santo Cardoso, Tenente-Coronel Inimã Siqueira e
 Capitão Carlos de Campos Gay, reuniu-se na sala de incineração on-
 de lhe foram apresentadas os exemplares do documento acima descrito,
 que depois de conferidos, foram incinerados em presença da Comissão.
 E, para constar, foi lavrado este termo que se acha datilografado
 com contra-cópia e assinado por todos os membros da Comissão.

Coronel CIRO DO ESPIRITO SANTO CARDOSO

Tenente-Coronel INIMÃ SIQUEIRA

Capitão CARLOS DE CAMPOS GAY

ANEXO 3

4135

131

PALACIO DO CATETE

386

31. mai. - 1943

Do Secretário Geral

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

ASSUNTO: Opinião pública (Preparação da)

ANEXO: Processo n. 3 952/43, desta Secretaria Geral.

I - Em exposição de motivos n. 53-23, secreta, de 27 de maio findo, o Sr. Ministro da Guerra sugere a conveniência de uma nova Lei Organica para o Departamento de Imprensa e Propaganda, tendo em vista que lhe cabe, no momento, a preparação da opinião pública.

II - Prevista, como parece, a formação de um corpo expedicionário, muita razão tem o Sr. Ministro da Guerra para a preparação metódica e intensa da opinião pública.

E não será descabido entregar-se ao D. I. P. essa tarefa, de vez que é o órgão indicado para esse trabalho.

III - Sirvo-me de ensejo para apresentar a VOSSA EXCELENCIA os protestos do meu alto apreço, consideração e respeito.

Gen. Firmo Freire do Nascimento
(General Firmo Freire do Nascimento)
Secretário Geral

IS/AA.

ANEXO 4

5º EXÉRCITO
RAÇÃO DE CAMPANHA
(MODIFICADA)

UNIDADE: 26 Fluminense EFETIVO: 300 DATA: 4-12-44

MENU N. 1
11/17/43

TABELA PARA 100 HOMENS

Para os dias 9, 19 e 29

Ingredientes - 100 Homens	Unidade	AlMOÇO	JANTAR	Total	Quantidade Fornecida
Suco de Abacaxi, N. 10	lata	6		6	
Aveia laminada, 48 oz	pac	1		1	
Leite evaporado, 14 ½ oz	lata	27	2	4	33
Linguiça de porco, 2 lb	lata	15			15
Ovo em pó	lb	5			5
Pão fresco	lb	20	20	22.5	62.5
Manteiga em lata	lb	3			3
Açúcar granulado	lb	10	17	14	41
Café T. & M.	lb	4		4	8
Chá	lb		¾		¾
"Corned Beef", 6 lb	lata		7		7
Farinha de trigo	lb		1	6	7
Batata desidratada			8		8
Ervilha, N. 10	lata		3		3
Pêcego em fatias, N. 10	lata		3		3
Cranberry flakes, dehyd. 1 lb.	lata		2		2
Peixe (Salmão, Tuna, Cavala)	lb			30	30
Arroz				6	6
Tomate, N. 10	lata			1	1
Vagem, N. 10	lata			3	3
Queijo em lata	lb			5	5
Maçã, N. 10	lata			3	3